

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

LUISANDRO MENDES DE SOUZA

**A SEMÂNTICA DA COMPARAÇÃO:**  
ALGUNS PROBLEMAS LEVANTADOS PELAS  
COMPARATIVAS COM PREDICADOS VERBAIS

FLORIANÓPOLIS  
2006

LUISANDRO MENDES DE SOUZA

**A SEMÂNTICA DA COMPARAÇÃO:  
ALGUNS PROBLEMAS LEVANTADOS PELAS  
COMPARATIVAS COM PREDICADOS VERBAIS**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre em Lingüística,  
Curso de Pós-Graduação em Lingüística,  
Centro de Comunicação e Expressão,  
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Pires de  
Oliveira

FLORIANÓPOLIS  
2006

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

LUISANDRO MENDES DE SOUZA

### **A SEMÂNTICA DA COMPARAÇÃO: ALGUNS PROBLEMAS LEVANTADOS PELAS COMPARATIVAS COM PREDICADOS VERBAIS**

---

Prof. Dr. Fábio Lopes da Silva (coordenador da PGL – UFSC)

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Lingüística no Curso de Pós-graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

---

Profa. Dra. Roberta Pires de Oliveira (UFSC – orientadora e presidente)

---

Prof. Dr. Rodolfo Ilari (UNICAMP – membro)

---

Prof. Dr. Heronides Maurilio de Melo Moura (UFSC – membro)

---

Prof. Dr. Carlos Miotto (UFSC – suplente)

Florianópolis, 05 de Abril de 2006

À memória de minha Mãe, que ficaria orgulhosa.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Roberta Pires de Oliveira, pela paciência em me ensinar e estudar comigo os textos, buscar referências e acreditar que esta dissertação fosse possível. A leitura atenta aos meus textos, comentários, correções. Cujas orientações me fez crescer muito academicamente.

Aos profs. Rodolfo Ilari e Heronides M. Moura por gentilmente terem aceito o convite para participar tanto da banca de qualificação como da banca de defesa, bem como pelos comentários valiosos.

À Prof. Ruth Lopes por estar sempre disposta a colaborar com textos, e me ajudar a compreender alguns problemas sintáticos.

Ao Prof. Rui Marques pelo envio de sua tese e por gentilmente ter respondido aos meus e-mails.

À Prof. Petra Hendriks por gentilmente ter me enviado sua dissertação sem nenhum custo.

Aos colegas e amigos do Núcleo de Estudos Gramaticais, Cláudio, Fabiana, Lilian, Ronald, Sandra e Tharen com os quais aprendi muita coisa nesses dois anos de convivência, festas, e amizade.

Ao amigo Renato Basso pela leitura atenta ao meu projeto de qualificação e aos textos que escrevi. Bem como pela sua disposição em me trazer textos sempre que os encontrava.

Aos meus irmãos Flávia, Mateus e Jeferson, que sempre me ajudaram no que foi preciso, apoiando e me estimulando a continuar estudando.

A Deus, por me dar forças quando ela parecia faltar, e fé para acreditar que as adversidades podem ser superadas com trabalho e perseverança.

Ao CNPq, pela bolsa que possibilitou que eu realizasse esta pesquisa.

“Se você não encontrar o sentido das coisas é porque este não se encontra, se cria”.

*Antoine de Saint-Exupéry*

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	viii
<b>ABSTRACT</b> .....	ix
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 A COMPARAÇÃO NA SINTAXE E NA SEMÂNTICA</b> .....	4
1.1 INTRODUÇÃO .....	4
1.2 DEFINIÇÕES DA COMPARAÇÃO .....	8
1.2.1 Klein (1991) .....	8
1.2.2 Hendriks (1995) .....	10
1.2.3 Kennedy (2004) .....	13
1.2.4 Marques (2003) .....	19
1.2.5 Discussão .....	26
1.3 ASPECTOS SINTÁTICOS .....	32
1.3.1 Dados de fala .....	33
1.3.2 Subordinação ou coordenação? .....	36
1.4 CONCLUSÃO .....	42
<b>2 A SEMÂNTICA DA COMPARAÇÃO</b> .....	44
2.1 UMA AGENDA PARA AS TEORIAS DO COMPARATIVO .....	45
2.1.1 Ambigüidade de Russell e Contrafactual .....	47
2.1.2 Licenciamento de Itens de Polaridade Negativa .....	53
2.1.3 Operador de Possibilidade .....	56
2.1.4 A proposta do Operador de Maximalidade .....	60
2.2 UMA PROPOSTA PARA A LÍNGUA PORTUGUESA .....	63
2.2.1 Relações de escopo .....	63
2.2.2 Ambigüidade entre o grau máximo e o mínimo .....	67

2.2.3	Comportamento Monotônico das Sentenças Comparativas .....	68
2.2.4	Legitimação de NPIs .....	72
2.2.5	A Reformulação do Operador de Maximalidade .....	76
2.3	CONCLUSÃO .....	85
<b>3</b>	<b>A COMPARAÇÃO EM ESTRUTURAS COM SINTAGMA VERBAL .....</b>	<b>86</b>
3.1	DELIMITANDO O OBJETO .....	87
3.2	COMPORTAMENTO VERBAL .....	92
3.3	A INTERPRETAÇÃO DE STECHOW E MARQUES .....	97
3.4	UM POUCO MAIS SOBRE VERBOS .....	102
3.5	ALGUMAS DIFERENÇAS .....	110
3.5.1	Comportamento em Relação à Monotonia .....	111
3.5.2	O Operador Comparativo como Determinante .....	119
3.5.3	Outras Peculiaridades .....	124
3.6	FINALIZANDO .....	127
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>131</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>136</b>

## RESUMO

O estudo da semântica da comparação concentra-se, em sua generalidade, em estruturas de quantificação escalar, com predicados adjetivais. Assume-se, mesmo que não explicitamente que os subtipos de construção comparativa são passíveis de mesma análise. Essa crença será questionada nesta dissertação. No primeiro capítulo, são considerados alguns aspectos das sentenças comparativas, critérios nocionais, classificação dos subtipos e apresentada a nomenclatura pertinente. Apresenta-se, no segundo capítulo, dois modelos de análise: Stechow (1984), tendo em conta os principais problemas que envolvem sentenças comparativas, cria um operador de maximização, que, associado ao movimento de todo o sintagma comparativo, explica a comparação adjetival e supostamente se aplica para outras estruturas que não envolvem adjetivos. Marques (2003) analisa especificamente a semântica da comparação no Português Europeu. Propõe critérios de delimitação de tais sentenças e reconceitua o operador de maximização de Stechow, além de propor uma estrutura em que o sintagma comparativo fica *in situ*. Apresenta-se, no último capítulo, um conjunto de dados ainda pouco analisado na literatura, estruturas comparativas verbais. A discussão mostra que sentenças simples com predicados verbais são indeterminadas. Essa indeterminação deve-se ao fato de que a comparação incide diretamente sobre o verbo ou sobre os objetos ou algum outro elemento implícito quando não há complemento verbal. Além disso, há evidências de que comparativas com adjetivos e com verbos possuem estruturas semânticas distintas, contrariando a proposta de Marques. As principais são: a diferença de comportamento em relação às propriedades de monotonia e se considerado o operador comparativo como determinante, nas estruturas comparativas adjetivais, o operador comparativo de inferioridade não é conservativo.

Palavras-chave: semântica da comparação; comparação adjetival; comparação verbal.

## ABSTRACT

The study of the semantics of comparison addresses, in general, scalar quantification structures, with adjectival predicates. It is assumed, most of the time implicitly, that subtypes of comparative construction could have the same analysis. This dissertation will question such an assumption. In the first chapter, some aspects of comparative sentences, notional criteria, classification of subtypes, and the most appropriate nomination are presented. In the second, two models are discussed: Stechow (1984) who taking the main problems of comparative sentences, creates a maximization operator, and combines it with the movement of the whole comparative phrases, in order to explain comparison. He claims that his analysis may be extended to other structures besides adjectival ones. Marques (2003) analyses specifically the semantic of comparison in (European) Portuguese. He proposes criteria for delimitation of the comparison sentences and rephrases Stechow's maximality operator, combining it with a comparison phrase *in situ*. In the last chapter, a set of data, verbal comparative structures, not yet well analyzed are shown. It is discussed whether the comparative operator applies directly on the verb, or on the objects or some implicit element, when there is no verbal complement. The discussion shows that simple sentences with verbal predicates are indeterminated. Moreover, there is evidence that adjectival comparatives and verbal comparatives have different semantic structures. The main evidences are the difference behavior concerning monotonic properties; and, if considered the comparative operator as a determinant, in adjectival comparatives, the comparative operator *less* isn't conservative.

Key-words: semantics of comparison; adjectival comparison; verbal comparison.

## INTRODUÇÃO

O objeto de estudos dessa Dissertação são as sentenças comparativas no PB. Mais particularmente, interessam-nos as sentenças comparativas verbais, cuja análise não é corrente na literatura sobre o tema. Nosso objetivo é descrever, dentro do quadro da semântica formal, o mais explicitamente possível a semântica da comparação verbal. A conclusão é que as sentenças comparativas verbais têm um comportamento diferente das sentenças comparativas adjetivais.

A literatura em semântica vem discutindo a problemática das sentenças comparativas provavelmente desde Russell (1905). Na Língua Portuguesa, particularmente no PB, ainda não existem estudos sobre a semântica de tais sentenças, excetuando-se o caso de Vogt (1977, 1985), que analisa a comparação em termos de argumentatividade. A abordagem dessa dissertação é a semântica formal das línguas naturais. Assim como para ao inglês, alemão e outras línguas, os problemas que envolvem a semântica da comparação também são relevantes para o estudo do Português Brasileiro (PB), sejam eles a legitimação de itens de polaridade negativa, a interpretação da comparação em contextos epistêmicos e modais, e a presença de quantificadores no sintagma comparativo. Nesta dissertação são discutidos alguns destes problemas, através da resenha de duas teorias centrais. O texto clássico de Stechow (1984), sobre a comparação em inglês, e a tese de Marques (2003), que, do que pudemos aferir, é o primeiro trabalho a considerar especificamente a Língua Portuguesa.

Iniciamos o trabalho apresentando um conjunto de noções que se revela importante dentro do estudo da comparação. Problemas como a delimitação dos subtipos de construção comparativa, apresentação de conceitos e classificações, tendo em conta aspectos tanto puramente semânticos quanto sintáticos, propostas pela literatura

lingüística, finalizando com a tipologia e a nomenclatura que serão adotadas ao longo da dissertação.

No segundo capítulo resenhamos as abordagens de Stechow (1984) e Marques (2003). Considerando o conjunto de dados problemáticos para as teorias que analisam a comparação, que constitui os dados a serem explicados por qualquer teoria da comparação, Stechow critica as várias teorias então em voga, mostrando que nenhuma delas consegue abranger todo o conjunto. A segunda parte do texto é a sua tentativa de criar um mecanismo que pode acomodar a semântica de todo o conjunto de dados que analisa. Sua proposta possui três características particulares: assume a hipótese de Russell (1905) de que o sintagma comparativo *do que X é...* identifica uma descrição definida de graus; cria então o operador de maximização, que identifica o grau máximo que é atingido; e assume que o sintagma comparativo inteiro é alçado em forma lógica para a posição mais alta.

Marques (2003) também considera os problemas e as críticas pertinentes na literatura, especificamente com relação a questões ligadas à legitimação de itens de polaridade negativa, problemas de monotonia, e a presença de itens modais em construções comparativas que criam ambigüidades. Para dar conta do conjunto de dados pertinentes, o autor re-conceitua o operador de maximização de Stechow pela identificação d“o grau máximo que não é ultrapassado”. Assume que há uma negação implícita na oração comparativa e a duplicação da ordenação de graus, o que lhe permite o tratamento de quantificadores *in situ*, já que há argumentos na literatura contra tal tipo de movimento (Larson, 1988; Schwarzschild & Wilkinson, 2002).

No terceiro capítulo apresentamos um conjunto de dados ainda pouco considerados pela literatura, construções comparativas com predicados verbais. Definimos, dentro dos subtipos de construção comparativa, quais serão objeto de estudo

e os problemas que estas sentenças colocam para a análise da comparação. Em particular mostraremos que sentenças comparativas verbais, como *João fuma mais do que Pedro*, são altamente indeterminadas, diferentemente das comparativas adjetivais. Em seguida mostramos que as análises apresentadas no capítulo dois não são claras quanto ao tratamento de tais sentenças. Em outros termos, não é possível estender as análises propostas para as comparativas adjetivas, sem alterar o próprio modelo. Vislumbramos, então, a hipótese de que as comparativas com predicados verbais tenham um comportamento diferenciado das comparativas com predicados adjetivais. Através da discussão das propriedades de monotonia, assunto bastante debatido na literatura da comparação, verifica-se que construções com adjetivos e com verbos mostram comportamento distinto. Também é considerada a hipótese, adotada por Heim (2000) entre outros, de que o operador comparativo é um quantificador generalizado operando sobre variáveis de grau. Como é assumido na literatura, quantificadores generalizados precisam ser conservativos. A análise deste fenômeno também vai nos mostrar que os subtipos de comparação são diferentes neste aspecto, uma vez que o operador *less* seria não conservativo, enquanto nossa análise das comparativas verbais mostra que elas são conservativas. Esses dois aspectos são tidos, então, como evidências para mostrar que comparativas com adjetivos e comparativas com verbos podem possuir uma semântica distinta.

A conclusão, portanto, será na direção da hipótese de um tratamento diferenciado de tais sentenças, que permita descrever as propriedades de monotonia relevantes.

## CAPÍTULO 1

### A COMPARAÇÃO NA SINTAXE E NA SEMÂNTICA

#### 1.1 INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que a semântica da comparação na língua portuguesa, particularmente do Português Brasileiro (doravante PB), é carente de estudos. Além do trabalho de Vogt (1977), poucos foram os estudiosos, muito menos dentro da tradição formal, que se debruçaram sobre o tema (Neves & Hattner (2002), sobre o PB; e Brito & Matos (2003) e Marques (2003) para o Português Europeu). Este trabalho pretende preencher essa lacuna, por ser uma análise da comparação no PB, que se enquadra nos moldes da semântica formal das línguas naturais. Ele não se pretende trans-lingüístico, isto é, não tem como objetivo uma comparação entre línguas, mas como a maior parte dos estudos se deu sobre a língua inglesa, estes trabalhos nos servirão de base, e uma comparação com o inglês será, portanto, inevitável.

A sentença em (1) é um exemplo de estrutura comparativa que chamaremos de canônica, porque quando nos referirmos ao conceito de comparação teremos em mente este tipo de sentença:

(1) João é mais alto do que Pedro.

Intuitivamente, nela se comparam as alturas de Pedro e João e se afirma que a de João é maior do que a de Pedro.

Na gramática normativa, tradicionalmente<sup>1</sup> predicados graduais possuem quatro graus:

- (2) a. Positivo: *x é gordo*
- b. equativo: *x é tão gordo quanto y*
- c. comparativo: *x é mais gordo do que y*
- d. superlativo: *x é o mais chato dos alunos.*

O foco principal dessa dissertação são os comparativos, que podem ainda ser chamados de “desigualdade”, já que podemos ter estruturas do tipo *mais* ou *menos*, para indicar diferença de grau. Mas é de se esperar que análises propostas para os comparativos possam ser estendidas para os outros predicados graduais.

Estabelecer comparações dos mais variados tipos é uma propriedade que parece ser inerente às línguas naturais (quicá porque comparar é cognitivamente muito importante) e está certamente ligada ao modo como a nossa cognição vê o mundo (Kennedy, 2004). Coloca-se então a tarefa da semântica, enquanto abordagem lingüística que procura descrever/entender composicionalmente como se constróem os sentidos nas línguas naturais, de entender sua contribuição para o significado da sentença, esmiuçando a contribuição de cada um dos elementos presentes na comparação, procurando compreender os processos lingüísticos de que se valem os falantes para interpretar sentenças comparativas. Nossos objetivos, neste capítulo, são, em um primeiro momento, rever algumas das definições de sentença comparativa propostas na literatura em semântica, entendê-las e analisar até que ponto elas se aplicam e/ou fazem predições corretas para o PB. Num segundo momento, mas sem o objetivo de esgotar o tema ou de propor algum tipo de análise sintática, posto que o

---

<sup>1</sup> A Gramática Tradicional (Bechara, 1983) apresenta três graus do adjetivo: positivo, comparativo e superlativo. O comparativo sendo dividido em igualdade, superioridade e inferioridade.

fenômeno é claramente de interface, apresentar algumas classificações sintáticas das sentenças comparativas que foram propostos para o PB e para o Português Europeu.

Antes, porém, vale dizer que podemos estabelecer comparações entre diferentes itens lingüísticos. Em Marques (2003) temos uma amostra disso.

Comparativas no domínio do grau	de adjetivos atributivos	(3)
	de adjetivos predicativos	(4)
	de advérbios	(5)
Comparativas quantitacionais	de quantificadores nominais	(6), (7)
	de advérbios de quantidade	(8)

**Tabela 1 - Categoria lingüística dos elementos comparados**

- (3) a. A Ana tem uma casa maior que a Maria.  
b. A Ana tem uma casa maior que a da Maria.
- (4) O Paulo é mais alto do que a Ana.
- (5) a. A Maria escreve melhor do que a Ana (escreve).  
b. A Maria escreve melhor do que fala.
- (6) a. O Paulo escreveu mais livros do que a Ana (escreveu).  
b. O Paulo escreveu mais livros do que a Ana (escreveu) artigos.
- (7) a. Esta peça tem mais prata do que ouro.  
b. Ele tem tanta razão como tu (tens).
- (8) a. O Euro subiu mais do que o dólar.  
b. O Euro subiu mais do que o dólar desceu.

As abordagens semânticas da comparação se centram nas “comparativas adjetivais”, cf. exemplos (1) e (4), em que o que se compara são os graus do adjetivo, predicados atribuídos aos indivíduos, da forma [ $x$  é mais A do que  $y$  (é A)] (em que A abrevia adjetivo). Abordagens como a de Klein (1980, 1982) não pretendem ser ampliadas para além desse domínio de análise. Já Cresswell (1976), von Stechow (1984) e Marques (2003) pretendem dar conta tanto das comparativas adjetivais quanto das construções de “quantificação nominal”, onde o que se compara são quantidades de coisas, com estrutura do tipo [ $x$  SV (O) mais do que  $y$  (SV O)], cf. exemplos (6) e (8). Tal extensão, das adjetivais para as de quantificação nominal, se sustenta no fato de que as definições de sentença comparativa, a nomenclatura e rotulação pertinentes, bem como as análises e principais problemas colocados, foram pensadas considerando tipos de sentenças em que a comparação se dá no domínio dos adjetivos predicativos. Portanto, a tentativa de ampliá-las para outros domínios semânticos pode apresentar problemas. Há ainda as comparativas verbais ou eventivas (como iremos denominar no capítulo 3), que são, quando o são, apenas citadas na literatura, que, como as nominais, vêm acompanhadas da hipótese (não comprovada) de que sua análise é uma extensão da comparativa adjetival.

Primeiramente revisaremos as propostas de caracterização semântica da comparação adjetival, seguida da discussão das questões que lhes são relacionadas. Em seguida, tocaremos nos problemas sintáticos que a descrição da estrutura das sentenças comparativas apresenta, atentando também para trabalhos descritivos que foram feitos considerando o PB e o PE. Ainda sem aprofundar os problemas que uma teoria semântica da comparação precisa dar conta, tópico do próximo capítulo.

## 1.2 DEFINIÇÕES DA COMPARAÇÃO

Passaremos para uma breve revisão de tentativas de caracterização semântica da comparação. Em seguida discutiremos os problemas e conceitos adotados. Tendo em mente as seguintes questões, pensando, por enquanto, apenas no nível semântico de análise: a) como rotular os elementos constitutivos das estruturas comparativas; e b) qual a característica semântica inerente a estas estruturas.

### 1.2.1 Klein (1991)

No trabalho de Klein a discussão central concerne o status dos adjetivos graduais. De um ponto de vista cognitivo um predicado como *velho* é um conceito intrinsecamente comparativo. Predicados desse tipo são chamados de graduais, precisamente porque eles são “densos” e exibem as seguintes características: eles podem sofrer modificação de grau; e, tipicamente eles aparecerem em pares. Modificadores de grau são expressões do tipo *muito*, *pouco*, *tão* e sintagmas de medida, expressões do tipo *duas vezes*. É fácil perceber que há vários adjetivos que se relacionam com naturalidade com estas construções: *muito gordo*, *tão pesado*, *pouco cansado*; *X está duas vezes mais cansado hoje do que ontem*. Mas há outros que não, por exemplo: *#muito morto*, *#muito grávida*. A segunda propriedade chama-se “oposição polar” e encerra o fenômeno dos adjetivos poderem aparecer em pares opostos: *novo – velho*; *alto – baixo*; *gordo- magro*. Parecendo-nos difícil encontrar adjetivos graduais que não possuam um oposto. Mas há oposição polar, entre vivo e morto, por exemplo, que não aceita gradação, podendo, quando ocorre, ser considerada como um caso marginal ou de comparação metafórica como na sentença *João está mais vivo que morto*.

Klein assinala que a terminologia para as diversas partes que compõem a comparação é um pouco confusa e assume o seguinte, para uma sentença como *Sue is taller than Tom is*:

“O adjetivo *tall* expressa a **propriedade gradual**. *Sue* é o **item de comparação**, enquanto *Tom* é o **padrão de comparação**. O **marcador de padrão**, *than* [do que], marca a relação gradual entre o item e o padrão de comparação, (...). O **marcador de grau**, *-er* [mais] é conceitualmente caracterizado como a expressão que marca o grau no qual o item de comparação possui a propriedade gradual (Klein, 1991, p. 674 grifos do autor)”<sup>2</sup>

Se transpusermos essa nomenclatura para o PB e traduzimos a sentença exemplo, temos:

(9) Sue	é	alta	mais
<i>Item de comparação</i>		<i>propriedade gradual</i>	<i>marcador de grau</i>
do que	Tom (é)		
<i>marcador de padrão</i>	<i>padrão de comparação.</i>		

O autor considera a estrutura sintática em (10) para as comparativas, transposta abaixo para o PB, como se ela fosse não controversa, mas pelo que veremos adiante isso não procede para o PB e nem mesmo para o inglês, porque não há consenso na literatura:

(10) Sue é [<sub>AP</sub> [<sub>AP</sub> mais alta] [<sub>PP</sub> do que [<sub>S</sub> Tom é [<sub>AP</sub> e ]]]]

Não repassaremos o debate sintático que o autor percorre naquele trabalho, deixaremos para o final desta seção onde alguns problemas em sintaxe serão considerados.

---

<sup>2</sup> “The adjective *tall* expresses the **gradable property**. *Sue* is the **item of comparison**, while *Tom* is the **standard of comparison**. The **standard marker**, *than*, marks the degree relationship between the item and standard of comparison, (...). The **degree marker**, *-er*, is notionally characterized as the expression which marks the degree to which the item of comparison possesses the gradable property” (grifos do autor).

Em grande medida, as tentativas de conceitualização dos comparativos seguem essas linhas, como veremos adiante.

### 1.2.2 Hendriks (1995)

O trabalho de Hendriks centra-se em questões sintáticas dentro do modelo de abordagem da gramática categorial, particularmente na discussão sintática sobre o estatuto das sentenças comparativas, isto é, se são estruturas de subordinação ou coordenação, comparando o inglês e o holandês, incluindo também algumas considerações de ordem semântica. Como ela bem assinala, “comparativos não formam uma fatia bem delimitada da língua. Em vez disso, eles apresentam múltiplos fenômenos lingüísticos que também ocorrem em outras construções” (Hendriks, 1995; p. 2)<sup>3</sup>. Ela não faz distinção entre as comparativas de desigualdade e igualdade, tratando-as do mesmo modo, mas optaremos por manter esta distinção, por questões de simplicidade.

Como no português, e em línguas como a inglesa e a holandesa, o **operador comparativo** está sempre presente: *more* [*mais*], *less* [*menos*], *fewer* [*menor*], *as* [*como*], *so* [*tão*] ou o sufixo *-er* [*mais*]. *As* e *so* ocorrem com o elemento coordenador *as* e os outros com a conjunção comparativa *than*. Hendriks assume que a estrutura comparativa envolve coordenação e mostra que a presença da conjunção não é estritamente necessária para a estrutura comparativa, como mostram os exemplos em (11).

- (11) a. You're looking much better now.  
b. Paula wished she had a faster car.

---

<sup>3</sup> “Comparatives do not form a nicely delimited subpart of language. Instead, they display a multitude of linguistic phenomena also occurring in other constructions”.

c. Peter was a disaster. Linda hired a more competent engineer.

O mesmo parece ser o caso no PB, se pensamos a partir da adaptação dos exemplos, como em (12): podemos ter comparações mesmo sem o elemento *do que* explícito; nestes casos o “padrão de comparação” é dado contextualmente:

(12) a. Você está muito melhor agora.

b. Paula queria ter um carro mais veloz.

c. Pedro é um desastre. Linda precisa de um engenheiro mais competente.

Além disso, como a autora assinala em outro trabalho (Hendriks & Hoop, 2001), até muito mais material pode ser elidido em sentenças comparativas, se levamos em consideração contextos mais amplos do que a sentença isolada (exemplos adaptados):

(13) a. Cláudia comeu mais pêssegos do que Fabiana comeu uvas.

b. Cláudia comeu mais pêssegos do que Fabiana comeu.

c. Cláudia comeu mais pêssegos do que Fabiana.

d. Cláudia comeu mais pêssegos.

e. Cláudia comeu mais.

f. Mais.

Note que (13e) e (13f) podem ser respostas para o proferimento de uma sentença como *Fabiana comeu menos uva do que Paula; Não, mais* ou *Cláudia comeu mais*. Sentenças como (13d) são chamadas “comparativas discursivas”, já que o elemento comparado é apenas recuperado discursivamente. O mesmo pode ser dito de (13e) e (13f).

Uma outra propriedade das construções comparativas é o fato da comparação se dar sempre entre dois elementos. Estes elementos são comparados em relação a uma dimensão, ou seja, uma certa quantidade ou cardinalidade ou grau. Assim, tem-se como resultado que os dois elementos comparados são ordenados ao longo de uma escala pertinente. Considere a sentença:

(14) Maria é mais bonita que Lolita.

Temos aqui dois elementos Maria e Lolita sendo comparados em relação à dimensão de beleza, ou propriedade escalar de beleza que ambos exibem. Mesmo que Lolita seja feia, não podemos negar que ela tenha algum “grau” de beleza. Assim, em (14), o operador comparativo relaciona os dois indivíduos numa escala de beleza, posicionando-os em relação a ela. “Dado que comparativos comparam dois elementos com respeito à posição de suas respectivas dimensões em uma certa escala, isso pressupõe duas quantidades, cardinalidades ou graus que podem ser postos em uma escala”<sup>4</sup> (Hendriks, 1995; p. 6). Uma consequência dessa definição é a possibilidade de compararmos duas dimensões numa mesma escala. Em (15a) temos um exemplo do holandês e em (15b) a sua equivalente em português brasileiro:

(15) a. Hij is net zo stom als hij lang is.  
*ele é apenas tão estúpido quanto ele alto é*

b. Ele é tão estúpido quanto alto.

Não temos aqui duas escalas, uma de altura e outra de estupidez, onde se verifica a posição do sujeito em cada uma, mas ao invés, uma escala de propriedades que o sujeito exhibe; no caso da sentença em (15b) as propriedades de *ser estúpido* e *alto* se

---

<sup>4</sup> “Since comparatives compare two elements with respect to the position of their dimensions on a certain scale, this presupposes two amounts, cardinalities or degrees which can be placed on a scale”.

encontram no mesmo patamar ou grau, mas poderia haver diferença entre elas (por exemplo, *João é mais estúpido do que alto*).

Hendriks considera também sentenças que apresentam os itens *same* e *different*.

Vejamos os exemplos:

- (16) a. Paula read the same book as Peter read.  
*Paula leu o mesmo livro que Pedro leu.*
- b. Paula read a different book than Peter read.  
*Paula leu um livro diferente do que Pedro leu.*

Ela chama este tipo de sentença de “quasi-comparatives”, “quase comparativas”, porque o que temos não é comparação “quantitativa”, mas “qualitativa”. Na interpretação para (16a) não precisamos contar quantos livros Paula lê em relação à quantidade de livros que Peter lê. Para que a sentença tenha seu valor de verdade assegurado Paula precisa ler o *mesmo* livro que Peter lê e não a mesma quantidade.

Mesmo apresentando estrutura bastante similar às comparativas, optaremos por não considerar sentenças como (16) como estruturas comparativas. As razões para essa exclusão serão apresentadas no final desta seção.

### 1.2.3 Kennedy (2004)

O trabalho de Kennedy não se distancia dos outros que o precedem na tentativa de uma caracterização semântica da comparação. O autor aponta que línguas, como o inglês, permitem uma variedade grande de expressões depois de *than* formando sentenças complexas:

- (17) a. More meteorites vaporize in the atmosphere than fall to the ground.  
*Mais meteoritos evaporam na atmosfera do que caem no chão.*
- b. The crater was deeper than a 50 story building is tall.

*A cratera era mais profunda do que a altura de um prédio de 50 andares.*

- c. The flight to Jupiter did not take as long as we expected.  
*O vôo de Júpiter não demorou tanto quanto esperávamos.*

A sentença em (17a) expressa uma comparação entre os graus em relação aos quais o mesmo objeto apresenta diferentes propriedades, ou seja, o objeto meteorito possui duas propriedades, *vaporizar na atmosfera* e *cair no solo*, e comparam-se os graus em que o objeto apresenta essas diferentes propriedades sendo uma maior do que a outra, neste caso, a quantidade de objetos que têm uma dessas propriedades é maior do que a quantidade de objetos que têm a outra propriedade; (17b) compara os graus em relação aos quais diferentes objetos apresentam diferentes propriedades, podemos imaginar uma escala de profundidade da cratera e uma escala de altura do prédio; postos em relação, a profundidade da cratera é maior do que a altura do edifício; e (17c) relaciona o atual grau que um objeto possui uma propriedade em relação a um grau esperado; esperava-se que o objeto de comparação, o vôo para Júpiter, demorasse um dado tempo, mas não ocorreu dele demorar o grau esperado.

O autor ainda apresenta exemplos de “construções graduais” que mesmo não comparando dois objetos nos informam o grau que um dado objeto apresenta uma determinada propriedade, relacionando este grau a um padrão ou alguma outra propriedade ou relação. Vejamos os exemplos:

- (18) a. The equipment is too old to be of much use of us.  
*O equipamento é muito velho para ser útil para nós.*
- b. Current spacecraft are not fast enough to reach the speed of light.  
*Espaçonaves modernas não são rápidas a ponto de chegar à velocidade da luz.*

De fato, o que a sentença em (18a) diz é que o equipamento é muito velho para ser usado e (18b) que a velocidade da nave não é suficiente para atingir a velocidade da luz. Ou seja, as sentenças são aparentemente comparativas, mas não possuem interpretação de comparação, sendo excluídas do escopo do nosso trabalho.

Segundo o autor, predicados de grau são mapeados em escala:

“As análises mais comuns de predicados graduais lhes atribuem um único tipo semântico que representa diretamente seu traço indutor de ordenação: eles são analisados como expressões que mapeiam seus argumentos em representações abstratas de medida, ou ESCALAS. Escalas têm três parâmetros cruciais, cujos valores precisam ser especificados na entrada lexical de propriedades graduais particulares: um conjunto de GRAUS, que representam valores de medida; uma DIMENSÃO, que indica a propriedade sendo medida (*custo, temperatura, velocidade, volume, altura, etc.*); e uma RELAÇÃO DE ORDENAMENTO sobre o conjunto de graus, que distingue entre predicados que descrevem propriedades ascendentes (como *alto*) e aqueles que descrevem propriedades descendentes (como *baixo*)” Kennedy (2004; p. 3).<sup>5</sup>

Isso quer dizer que os adjetivos expressam uma relação entre um indivíduo e um grau (A  $\langle x, d \rangle$ ). Um adjetivo como *alto*, por exemplo, relaciona um indivíduo  $x$  e um grau de altura  $d$ , tal que  $x$  é alto pelo menos no grau  $d$ . Para os adjetivos positivos, aqueles cujas escalas estão associados a valores positivos<sup>6</sup>, o argumento de grau é expresso/definido contextualmente. Em uma sentença como *João é alto*, estamos afirmando algo como: *João é  $d_s$ -alto*. Onde  $d_s$  é um padrão determinado contextualmente, ou seja, o que conta como alto no contexto de fala.

Para os comparativos e construções graduais em geral, o valor do argumento de grau é marcado explicitamente, através de uma relação particular ( $>$  *mais*,  $<$  *menos* e  $\leq$  *tão*); e o segundo grau é fornecido pelo complemento sentencial *do que*. Para o autor é

---

<sup>5</sup> “The most common analyses of gradable predicates assigns them a unique semantic type that directly represents their order-inducing feature: they are analyzed as expressions that map their arguments onto abstract representations of measurement, or SCALES. Scales have three crucial parameters, the values of which must be specified in the lexical entry of particular gradable predicates: a set of DEGREES, which represent measurement values; a DIMENSION, which indicates the property being measures (*cost, temperature, speed, volume, height, etc.*); and an ORDERING RELATION on the set of degrees, which distinguishes between predicates that describe decreasing properties (like *short*)”.

<sup>6</sup> Vimos que adjetivos podem aparecer em pares, chamado oposição polar. Decorre disso que oposições do tipo *alto/baixo, gordo/magro* os primeiros estão associados a valores positivos na escala, enquanto os segundos a valores negativos.

estratégia comum pensar o morfema comparativo como do mesmo tipo semântico que um determinante quantificacional, denotando uma relação entre dois conjuntos de graus. Segundo essa análise *mais* seria um determinante quantificacional como: (MAIS {D} {D'}). Um dos conjuntos é derivado do argumento de grau dado pelo predicado comparativo da oração matriz e o outro, pelo argumento do predicado da oração comparativa/encaixada; mesmo que o último não seja realizado lexicalmente, é assumido que ele sofreu algum tipo de operação de apagamento. A sentença (19) é um exemplo de como isso ocorre (cf. Heim, 2000); nesse caso, a forma positiva, *Titan is large* pode não ser verdadeira que mesmo assim (19) continua com suas condições de verdade garantidas:

(19) a. Titan is larger than Hyperion.  
*Titan é maior do que Hyperion*

b.  $\max \{d \mid \text{large}(t) \geq d\} > \max \{d' \mid \text{large}(h) \geq d'\}$

Vamos voltar, nas próximas seções, a forma lógica em (19b), por enquanto nos interessa apenas uma primeira aproximação. Em prosa, (19b) pode ser lida como *o grau máximo d tal que Titan é pelo menos d-grande é maior do que o grau máximo d' tal que Hyperion é pelo menos d'-grande*.

Como consequência da assunção de um operador de maximização presente, mas invisível, nas sentenças comparativas (veja no próximo capítulo as razões de Stechow (1984) para postular esse operador) – é definido como um operador que identifica ‘o grau máximo que o predicado atinge’ - temos que a oração comparativa é um “contexto de acarretamento descendente” (downward entailing context) legitimando, portanto, a ocorrência de itens de polaridade negativa:

(20) a. The ozone layer is thinner today than it has ever been before.  
*A camada de ozônio está mais fina hoje em dia do que nunca.*

Como veremos no próximo capítulo, ser ou não um contexto descendente é um ponto controverso.

Se de fato operadores comparativos são um tipo particular de expressão quantificacional espera-se que eles participem de interações de escopo com outros operadores lógicos o que de fato ocorre em uma sentença como (21) com as respectivas formas lógicas em (22), (22a) para a interpretação esperada *de re* e (22b) para a interpretação indesejável *de dicto*. Como veremos nos capítulos seguintes, operadores comparativos possuem também propriedades semânticas que interferem, por exemplo na legitimação de acarretamentos, tanto descendentes quanto ascendentes.

(21) Kim thinks the earth is larger than it is.  
*Kim pensa que a Terra é maior do que ela é.*

(22) a.  $\max \{d \mid \text{think}(\text{large}(e) \geq d)(k)\} > \max \{d' \mid \text{large}(e) > d'\}$   
b.  $\text{think}(\max \{d \mid \text{large}(e) \geq d\} > \max \{d' \mid \text{large}(e) > d'\})(k)$

Em prosa (22a) diz que o grau máximo  $d$  que Kim pensa que a terra é pelo menos  $d$ -grande é maior do que o grau máximo  $d'$  tal que a terra é maior do que  $d'$ , ou seja, a terra é  $d'$ -grande e a crença de Kim é de que ela seja pelo menos  $d$ -grande, sendo  $d > d'$ . Em outros termos, o operador **max** tem escopo amplo sobre o operador de intensionalidade *pensar que*; de fato, a terra tem um dado tamanho, o seu tamanho real, e Kim pensa que a terra é maior do que de fato ela é no mundo real. Por outro lado, (22b) expressa que Kim pensa que o grau máximo  $d$  tal que a terra é pelo menos  $d$ -grande é maior do que o grau máximo  $d'$  tal que a terra é maior do que  $d'$ , como o verbo intensional tem escopo sobre toda sentença, a crença de Kim é de que a terra é maior do

que ela de fato é no mundo real; o que é uma crença inconsistente: ele não pode acreditar que a Terra é maior do que ele acredita que a Terra é.<sup>7</sup>

O autor também assinala que foram propostas na literatura diferentes formas lógicas para explicar a semântica das sentenças comparativas. Numa abordagem como a de Klein (1980) a sentença (19a) seria interpretada como (23):

$$(23) \exists d [[\text{large}(t) \geq d] \wedge \neg [\text{large}(h) \geq d]]$$

As condições de verdade expressas em (23) dizem que existe um grau  $d$  tal que Titan é pelo menos  $d$ -grande e é falso que Hyperion seja pelo menos  $d$ -grande. Segundo o autor, o que uma representação como (23) nos aponta é que os comparativos suportam “múltiplas e equivalentes análises lógicas”. Isto pode ser um obstáculo frustrante como coloca Kennedy, em especial se não houver como decidir qual é a melhor representação tendo em vista os dados de língua natural. Ele conclui o texto afirmando que:

“Enquanto pode se tornar difícil encontrar evidências empíricas para escolher entre diferentes representações lógicas dos comparativos que são equivalentes dentro de uma língua particular como o inglês, pode também acontecer que um estudo de todas as várias expressões de comparação nas diferentes línguas mostre que todas as possíveis opções providas pela semântica subliminar da gradualidade são de fato atestadas” (Kennedy, 2004; p. 7)<sup>8</sup>.

O que implica que a escolha de uma forma de expressar a semântica da comparação, entre as disponíveis na literatura, acaba se tornando subjetiva e teórica, face ao poder expressivo que cada abordagem pode prover para explicar fenômenos de línguas

---

<sup>7</sup> Heim (2000) analisa com cuidado esse tipo de fenômeno e sua interação com outros operadores como sintagmas de medida e quantificadores na oração comparativa. Concorda com Stechow (1984) que a famosa ambigüidade de Russell não é gerada por diferença de escopo, mas sim pela interpretação *de dicto* e *de re*. Para ela as duas leituras, a primeira consistente, a segunda inconsistente, podem ser captadas com o verbo intensional tendo escopo sobre a descrição definida de graus. Mas também não há consenso sobre o tratamento da comparação em contextos epistêmicos.

<sup>8</sup> “While it may turn out to be difficult to find clear empirical evidence to choose between competing, equivalent logical representations of comparatives within a particular language like English, it may also turn out that a study of the various expressions of comparison in different languages will show that all of the possible options provided by the underlying semantics of gradability are in fact attested”.

particulares. Ou, se torna assim, enquanto não for possível detectar critérios para optar por uma. Não vamos, por enquanto, entrar nesse mérito.

#### 1.2.4 Marques (2003)

O trabalho de Marques percorre algumas das análises e propostas de descrição apresentadas pelas gramáticas tradicionais tanto portuguesas quanto brasileiras, além de revisar a literatura lingüística. As gramáticas dividem a análise da comparação considerando-a parte da morfologia adjetival, para a expressão do grau do adjetivo, e dentro da subordinação adverbial, buscando uma classificação sintática; agrupando, assim, num mesmo conjunto sentenças que nocionalmente, tanto sob o ponto de vista semântico quanto sintático, não envolvem uma noção clara de comparação que lida com graus. Vejamos então alguns destes aspectos discutidos por Marques.

Temos sentenças que são aparentemente comparativas, mas sua estrutura sintática se distancia da subordinação:

- (24) a. És tal qual meu avozinho, falta-te apenas a voz.  
b. Começaste a correr que nem uma louca.  
c. Teus olhos são negros, negros, como as noites sem luar...  
(Cunha e Cintra, 1984)

Para o autor estas sentenças podem ser classificadas como ‘orações relativas de modo’, logo distantes da forma da subordinação característica da comparação na visão tradicional. Como se pode perceber facilmente, semanticamente não temos comparação que envolva graus nas sentenças em (24). O que de fato se compara são *modos*, sendo a consideração de uma escala complicada, para dizer o mínimo. Pode-se argumentar que poderia ser o caso de haver uma escala de propriedades para (24a) onde o indivíduo se

encontra no mesmo grau que o avô, podendo significar algo como *você é tanto algo quanto meu avozinho é*, mas creio que o problema seria explicar de que modo desta paráfrase se chega à forma superficial expressa em (24a). Além disso, essa paráfrase não expressa as condições de verdade da sentença, porque (24a) parece expressar semelhança entre indivíduos. Cremos que o mesmo argumento vale para as outras, já que (24b) também pode ser parafraseada por uma sentença comparativa de igualdade, *começou a correr tanto quanto uma louca*. Veja, no entanto, que o sentido que esta expressa está distante da comparação de modo que se dá em (24b), em que se traçam semelhanças entre a corrida do ouvinte e a corrida de uma louca, claramente uma comparação de modo, não grau.

Além daquelas, construções de coordenação também são consideradas como construções comparativas. É este o caso em Napoleão Mendes de Almeida, por exemplo:

- (25) a. Não só na grande imprensa como em vários escritores...
- b. Tanto Pedro quanto Paulo sabem a lição.
- c. Tanto Pedro como Paulo sabem a lição.
- d. Como o operário, o patrão deve ser protegido pelo governo.  
(Almeida, 1911)

O problema não é o fato destas sentenças estarem próximas de estruturas de comparação de igualdade (25b e c), mas sim o fato de estruturas de coordenação como (25a e d) também serem colocadas como comparativas, enquanto tradicionalmente estruturas comparativas são vistas como subordinadas. Não fica claro se as comparativas de igualdade são estruturas coordenadas, e se as comparativas de desigualdade são estruturas subordinadas ou se todas são coordenadas ou se todas são subordinadas.

Tomando em conta estes problemas de delimitação do conceito de construção comparativa, tanto no plano sintático quanto semântico, Marques propõe uma delimitação mais precisa para a análise desse tipo de estrutura na língua portuguesa.<sup>9</sup> Sua proposta passa pela consideração dos aspectos semânticos e sintáticos, não os considerando em separado. Na proposta que Marques assume, as construções comparativas precisam exibir além de uma “noção de comparação”, uma “construção subordinada” e a “noção de grau”.

- “(i) no plano semântico, as construções de subordinação comparativa envolvem sempre a noção que tem sido designada por GRAU na tradição gramatical; numa primeira tentativa de caracterização desta noção, poderá dizer-se (em termos intuitivos) que ela requer a combinação dos seguintes elementos: uma propriedade susceptível de graduação (ou, em certa terminologia, “escalar”), pelo menos dois grupos de entidades (cada um deles com um ou mais membros) e a asserção de que um desses grupos de entidades exibe a propriedade em causa num grau definível em função do grau em que o outro grupo de entidades exibe essa mesma propriedade;
- (ii) no plano sintático, as construções de subordinação comparativa envolvem sempre uma estrutura oracional subordinada, com ou sem a ocorrência de elipse.” (Peres, 1998 *apud*: Marques, 2003; p. 15).

Em seguida temos a aplicação desta caracterização para a seguinte sentença:

(26) O Paulo é igual a / parecido com / diferente da Ana.

Em (26) podemos considerar que de fato está se comparando o conjunto de propriedades do Paulo em relação às propriedades da Ana, mas não temos explícita referência a graus e há ausência de subordinação. Logo, (26) não pode ser considerada comparativa.

Ainda podemos ter sentenças em que a noção de grau é clara, mas não há uma comparação explicitamente estabelecida, caso em que se encaixam as superlativas, tanto absolutas como relativas:

(27) O Paulo é *agilíssimo* / (*pouco/muito*) *ágil*.

---

<sup>9</sup> Sua proposta em grande parte segue o proposto em Peres (1998), trabalho ao qual não tivemos acesso, por não ter sido publicado.

Em (27) também ocorre a ausência da subordinação, como vemos em outros casos:

(28) O Paulo é o menos/ mais rápido dos atletas em competição.

Para o autor, mesmo não explícita, a noção de grau também abarca a noção de quantidade ou cardinalidade, pelo que seu conceito também agruparia os outros tipos de sentenças comparativas; assim, além da possibilidade de se comparar graus podemos comparar quantidades (cf. tabela 2). De modo que “o que unificará os diferentes casos de construção comparativa será o fato de se definir uma quantidade em função de outra quantidade, tendo em conta que o que se entende por grau é também uma quantidade, mensurável por uma escala não digital” (Marques, 2003; p. 17).

Há casos apresentados pelo autor, cuja análise pareceria demandar que elas fossem consideradas como comportando, não uma, mas duas escalas:

(29) a. Mais do que criticar, é preciso ajudar.

b. O Paulo é mais vítima do que culpado.

c. Durante o serviço ele escreve mais mensagens de correio eletrônico do que atende doentes.

d. O Paulo é mais inteligente do que estudioso.

Ele argumenta em favor da consideração de uma escala única para este tipo de sentença, salientando que não é claro se este tipo de estrutura deve ser considerado como construção comparativa típica. Em (29a) pode-se dizer que o grau que é preciso ajudar é maior do que o grau de crítica. Na sentença (29b), considerando que os graus de vítima e culpado podem ser medidos pela mesma escala, o grau em que Paulo é culpado é superior àquele em que ele se encontra como vítima. Do mesmo modo, as

sentenças em (29c) e (29d) podem ser analisadas considerando apenas uma escala, na primeira uma escala de coisas que o sujeito faz durante o serviço e na última, uma escala de propriedades de Paulo.

Também podemos ter casos que podem se situar na fronteira entre ser uma construção comparativa ou outra estrutura “aparentada”:

- (30) a. O Paulo não fez mais do que cumprir o seu dever.
- b. O Paulo não diz mais do que isso.
- c. O Paulo não disse mais do que a verdade.

Mesmo apresentando o operador comparativo, é difícil considerar que há uma escala de comparação envolvida nesses exemplos. Um argumento que Marques usa para negar que essas sentenças sejam comparativas é o fato delas poderem ser parafraseadas por (31), que, para o autor, claramente não são comparativas:

- (31) a. O Paulo só cumpriu o seu dever.
- b. O Paulo limitou-se a dizer isso.
- c. O Paulo só disse a verdade.

Para Marques, construções comparativas típicas não são parafraseáveis por outras sentenças. Além disso, em outras línguas, como o francês e o inglês, este tipo de sentença não corresponde a sentenças comparativas:

- (32) He said nothing but the truth.  
      *Ele (não) disse nada além da verdade.*
- (33) Il n’a dit que la vérité.  
      *Ele não disse que a verdade.*  
      *Ele disse apenas a verdade.*

O autor deixa inconclusa essa questão, excluindo essas últimas estruturas do escopo de seu trabalho. Há ainda casos em que parece haver alguma proximidade com as sentenças comparativas:

- (34) a. Queres mais bolo?  
b. O Paulo não lê mais do que dez livros por ano.  
c. O Paulo comprou dez livros. A Ana comprou mais.

De fato, o que temos nestas sentenças, segundo o autor, não pode ser considerado comparação, porque não há referência a duas quantidades de coisas comparadas. O que ocorre, nesses casos específicos, é que a função semântica do *mais* é como termo “adicionante”, e não como operador comparativo. Poderia ser argumentado em favor da consideração de que em (34b) temos uma comparação, mas para o autor ela é uma estrutura desviante de (35), que claramente não envolve comparação, mas contagem de livros:

- (35) O Paulo não lê mais de dez livros por ano.

Entretanto, temos autores, como Smessaert (1996) que defendem que estas construções podem ter a mesma análise das sentenças comparativas (cf. cap. 3). Nas estruturas típicas, como (36), por exemplo, uma quantidade é definida em relação à outra, o que, segundo o autor, parece não ocorrer com (34c) e (35). Por outro lado, acreditamos que (34c) pode ser claramente chamada de “comparativa discursiva”, como vimos da discussão de Hendriks (1995) (cf. 1.2.2), isto é, ela seria uma abreviação de “Ana comprou mais livros do que Paulo”.

- (36) O Paulo leu mais livros do que a Ana (leu).

Após a discussão dos dados pertinentes, Marques apresenta um quadro que resume tipologicamente a caracterização semântica das sentenças, posto que “é reconhecido na literatura que se podem identificar diferentes subtipos de construções comparativas tendo em conta o domínio ontológico das entidades relevantes” (Marques, 2003; p. 29):

Domínios de Quantificação	Tipos de Quantificação		
	Contagem	Medição	
		Física	Não Física
Objetos básicos	37	38	-
Eventos	39	-	-
Tempo	40	41	-
Espaço	-	42	-
Escalas não digitais (diversas)	-	43	44

**Tabela 2 - construções comparativas e tipologia de processos de quantificação**

- (37) O Paulo tem mais alunos do que a Ana.
- (38) Esta peça tem mais prata do que outro.
- (39) O Paulo telefonou mais vezes à Ana do que à Rita.
- (40) Durante esse período ele passou mais dias no escritório do que em casa.
- (41) O espetáculo demorou menos (tempo) do que o previsto.
- (42) O Paulo mora mais longe do cinema do que a Rita.
- (43) O Nuno é mais alto do que a Rita.
- (44) Este livro é mais interessante do que eu pensava.

A discussão da proposta de Marques para a classificação semântica da comparação mostrou que a gramática não leva em conta a semântica destas construções

e, mesmo a sua análise em termos sintáticos, não é clara. Pela proposta que assume, temos agora um instrumental mais preciso e objetivo para delimitar, dentro do universo da língua, quais sentenças podem ser chamadas “comparativas”, estabelecendo domínios de comparação e uma tipologia mínima que considera não apenas a semântica como também aspectos da sintaxe destas construções.

### 1.2.5 Discussão

Até aqui, apresentamos algumas tentativas da literatura de propor conceituações que possibilitem a delimitação de estruturas comparativas, um primeiro passo para a compreensão da semântica dessas estruturas, ainda sem tocar nos problemas mais diretamente ligados à semântica dessas sentenças. Procuraremos agora restringir quais conceitos estaremos adotando ao longo dessa dissertação, discutindo os problemas que as propostas dos autores apresentam face aos dados que estaremos tomando como objeto deste trabalho. Como apontado, a generalidade das propostas centra-se nas comparativas adjetivais. O propósito geral deste trabalho é entender o papel que os verbos possuem na estrutura semântica das sentenças comparativas. Portanto, sentenças como (45) são nosso objetivo central, mas só nos deteremos nelas no capítulo 3:

- (45) a. João comeu mais maçãs do que Pedro.
- b. João mais trabalha do que viaja.
- c. João construiu mais casas do que Maria.
- d. Nenhum brasileiro escalou mais o Everest do que o Waldemar.

Como no trabalho de Klein (1991) a atenção era devotada para a comparação no domínio adjetival, cremos que sua nomenclatura precisaria ser repensada em se tratando

de sentenças como as apresentadas em (45). Pensemos primeiramente a sentença (45a) em contraste como exemplo do autor apresentado em (9) e aqui como (46)

(46) Sue é alta                    mais                    do que                    Tom é.  
      Item gradual                marc. grau            marc. padrão            padrão

Recordando, Sue é o item de comparação, Tom o padrão sobre qual a comparação se estabelece, o operador comparativo *mais* expressa a marcação do grau, a seqüência *do que* indica o marcador de padrão e o adjetivo, a propriedade gradual. Como poderíamos transpor essa nomenclatura para as sentenças em (45)? Podemos notar que, tanto quanto em (46), há sempre dois indivíduos, ou entidades, que são comparadas. Em (45a) compara-se um conjunto de coisas que João faz com outro conjunto de coisas que o Pedro faz, ou mais exatamente a comparação se estabelece não entre itens graduais, mas entre as entidades expressas pelos sintagmas *comer maçãs*; a quantidade de maçãs comida por Pedro é o padrão sobre o qual se estabelece a quantidade de maçãs comida por João. A dificuldade surge em nomear o verbo e o sintagma nominal complemento do verbo, nos nossos exemplos, *maçãs, casas, Everest*. Considere (45a) e a nomenclatura proposta por Klein: *João* é o item de comparação; *mais*, o marcador; *do que* o marcador padrão, e *Pedro* o padrão. O que fazer com *comer* e *maçãs*?

No trabalho de Marques essas sentenças são consideradas como estruturas de quantificação nominal, podendo-se pensar que o operador comparativo exerça algum tipo de quantificação sobre a quantidade de coisas que é especificada pelos sintagmas nominais que servem de complemento ao verbo da sentença matriz, ou o sintagma verbal como um todo, o verbo mais o complemento. Veremos, com detalhes no capítulo 3, que essa não pode ser toda a estória sobre essas sentenças.

Voltando à tabela 1, assumindo a proposta de Marques (2003), teríamos a seguinte estrutura para a semântica de uma sentença como (45a):

(45a) João comeu mais maçãs do que Pedro.

Item de comparação: João

Item padrão: Pedro

Marcador de grau: mais

Marcador padrão: do que

Sintagma nominal quantificado: maçãs

Ainda seguindo esta proposta, poderíamos pensar em estendê-la para as comparativas quantificacionais verbais, exemplificadas nas sentenças (45b) e (45c), que teriam, então, a seguinte estrutura:

(45b) João mais trabalha do que viaja.

Item de comparação: João

Item padrão: João

Marcador de grau: mais

Marcador padrão: do que

Sintagmas verbais quantificados: eventos de trabalho/eventos de viagem

Se for assim, as sentenças comparativas verbais são na verdade comparativas nominais. O mesmo raciocínio pode ser aplicado a (45c):

(45c) João construiu mais casas do que Maria.

Item de comparação: João

Item padrão: Maria

Marcador de grau: mais

Marcador padrão: do que

Sintagma verbal quantificado: construir casas

Mais uma vez, transforma-se a sentença comparativa verbal em uma comparação nominal. Vamos questionar este ponto no capítulo 3, momento em que vamos colocar um ponto novo que nenhum trabalho que conhecemos apresentou: a hipótese do operador comparativo como exercendo algum papel quantificacional também sobre estruturas verbais, não apenas sobre adjetivos, advérbios ou sintagmas nominais. Neste caso, ele indicaria intensidade, e a noção de grau estaria presente. Portanto, podemos dizer que além da comparação gradual que se estabelece no domínio adjetival, e da comparação via cardinalidade presente nas sentenças (45), em que há a consideração de quantidades de coisas, ou de eventos como em (45c) e (45d), há com certos verbos, estativos e dinâmicos, a consideração de noção de grau. Nestes casos é mais plausível pensar em intensidade (como veremos com mais detalhe no capítulo 3) – afirmamos isso ainda sem argumentação – já que uma paráfrase intuitiva para as sentenças (47) seria (48):

(47) a. João gosta mais de laranja do que de maçã.

b. Maria conhece mais gramática do que literatura.

c. O Pedro mais pula do que dança.

(48) a. O grau que João gosta de laranja é maior do que o grau que o João gosta de maçã.

b. O grau que Maria conhece gramática é maior do que o grau que Maria conhece literatura.

c. O grau em que Pedro pula é maior do que o grau em que João dança.

A análise mais plausível para (47a) seria a consideração do grau que João gosta de laranja em relação ao grau que ele gosta de maçã, sendo que aquele está acima deste. O mesmo para (47b). Em (47c) pode-se falar que se está comparando o número de vezes que João pula com o número de vezes que ele dança, bem como que o grau que Pedro pula é maior que o grau que Pedro dança. Mesmo com alguma restrição adverbial as duas leituras permanecem (49). O problema é que as análises não captam a leitura de intensidade pretendida.

(49) O Pedro mais pulou do que dançou na festa.

Pensando agora na proposta de Klein e de Marques, como poderíamos rotular os constituintes das sentenças em (47)? Não temos quantificação nominal sobre laranjas e maçãs, em (47a). Tampouco estamos comparando quantidade de eventos. Não há, de fato, comparação de quantidades, mas comparam-se graus de gostar. Poderíamos pensar em algo como apresentando em (50), o mesmo valendo para (47b-c):

(50) a. João gosta mais de laranja do que de maçã.

Item de comparação: João

Item padrão: João

Marcador de grau: mais

Marcador padrão: do que

Sintagma verbal gradual: gostar de laranja/gostar de maçã.

A caracterização proposta por Kennedy (2004) também apresenta problemas se pensarmos em sentenças além daquelas que o autor considera. Primeiramente, a noção de predicado dentro da lógica e dentro da semântica abarca tanto adjetivos quanto

verbos. Assim, as sentenças abaixo, podem ser tratadas do mesmo modo, como predicados de um lugar, como aparece nas formulações abaixo:

(51) Maria é bonita.

(52) Pedro estuda.

(51') BONITA (maria, d)

(52') ESTUDAR (pedro, d)

Ou seja, Maria pertence ao conjunto das pessoas bonitas, e Pedro, ao conjunto das pessoas que estudam. Como os predicados graduais possuem uma variável de grau que mapeia indivíduos em escalas, e se verbos também são predicados graduais, é de se esperar que tenham também uma variável de grau ou quantidade. Provavelmente advenha disso o fato de abordagens como Stechow e Marques acreditarem que a análise que propõem para a semântica dos adjetivos comparativos possa ser estendida sem grandes problemas para comparativas com verbos. Entretanto, essa transposição não é tão simples. Na abordagem de Stechow, por exemplo, é preciso assumir que os verbos possuem também uma variável de grau e que há sintagmas nominais subjacentes na estrutura sintática que comportam uma variável para cardinalidade (veremos isso com mais detalhe no cap. 3).

Um outro problema que se levanta ao se considerar a análise da comparação no domínio verbal como espelhada na análise que se constrói para o domínio adjetival está na idiossincrasia aparente deste tipo de estrutura. Um dos principais objetivos deste trabalho é lançar alguma luz sobre estas construções. Além das diferenças lexicais e estruturais que existem entre adjetivos e verbos, temos também diferenças no comportamento das estruturas com verbos. Como vimos, mesmo a nomenclatura

construída para rotular os constituintes da estrutura semântica da comparação não se estende, sem alterações, para o domínio dos verbos.

Em síntese vimos até agora que a nomenclatura da semântica da comparação pode ser aplicada com estruturas com verbos, como fizemos com os exemplos em (45), mas essa aplicação não é sem problemas e deixa lacunas. Assumiremos ao menos num primeiro momento tal nomenclatura e a conceitualização assumida por Marques, que propõe como aspectos básicos da construção comparativa o envolvimento de uma propriedade gradual e um elemento subordinado (oração ou um sintagma de qualquer tipo). Passaremos agora a algumas propostas, claramente sintáticas, de descrição das estruturas comparativas.

### 1.3 ASPECTOS SINTÁTICOS

Os trabalhos sintáticos sobre a comparação, sejam funcionalistas como o de Neves & Hattner (2002) ou de orientação gerativa como de Matos & Brito (2003), procuram caracterizar o comportamento sintático deste tipo de estrutura. Partindo de uma definição geral, como as apresentadas nas gramáticas tradicionais, ambos os trabalhos analisam os tipos de estruturas que podem ser consideradas comparativas e quais podem ser aparentadas ou não, já que não possuem estrutura sintática para serem consideradas como tais. Mesmo que algumas sentenças sejam consideradas comparativas no plano semântico, pode ser o caso que elas não possuem estruturas sintáticas similares às comparativas canônicas. Vejamos alguns exemplos de análise sintática das comparativas. A discussão sintática mais central diz respeito ao estatuto da relação entre a sentença principal e a comparativa: esse nexos é coordenado ou subordinado?

### 1.3.1 Dados de fala

Neves & Hattner (2002) analisam construções comparativas utilizando-se do corpus do projeto NURC. Como são dados de fala, as sentenças não apresentam a estrutura canônica e vários constituintes de natureza diversa podem estar elididos. Consideremos os exemplos abaixo, retirados do trabalho das autoras:

- (53) a. filme eu gosto mais de comédia...
- b. tem meses que você anda mais, uns menos.
- c. agora talvez ele goste de ficar na cama até mais tarde.

Esses exemplos mostram que na fala é muito mais recorrente o uso de comparativas discursivas, sem estar explícito o padrão de comparação e sem o elemento *do que*. Apesar disso, as sentenças são facilmente interpretáveis. (53a) pode ser lida como dizendo que ‘filme eu gosto mais de comédia do que de outros tipos’.

Como já vimos, temos casos de sentenças em que há a expressão de modo e não comparação:

- (54) Se não quiser ir à escola então vai trabalhar... mas trabalhar o dia inteiro... que é *como* o pai.

Outro problema é a determinação do nível em que a comparação é estabelecida. As autoras comentam que há casos em que é difícil sustentar o estatuto oracional do segundo elemento. Considere as sentenças:

- (55) Eu acho a prova teste melhor do que a descritiva.
- (56) A verdade é que *tanto no sexo feminino quanto no sexo masculino* há sempre uma produção significativa embora pequena mas de hormônio do sexo.

Acreditamos que as sentenças (55) e (56) podem ser interpretadas como (55') e (56'), ou seja, há uma oração elidida, contrariamente ao que as autoras defendem para os exemplos (55) e (56):

(55') Eu acho a prova teste é mais boa do que a prova descritiva é boa.

(56') Há sempre no sexo feminino e no sexo masculino uma produção...

Nesse caso, fica indiscutível o estatuto comparativo de (55), enquanto (56) pode ser rejeitada já que *tanto... quanto* neste caso estaria exercendo função de coordenador e não de operador comparativo, ou ainda *tanto... quanto* teria papel aditivo.

Podemos ter ainda construções coordenadas que são similares às comparativas, mas que, por serem passíveis de tradução por outras sentenças que não são comparativas, não são consideradas como tais:

(57) Maria, mais que inteligente, é esperta.

A sentença em (57) pode ter “resultado de sentido” similar a:

(58) Maria não é inteligente, mas esperta.<sup>10</sup>

Comumente nas gramáticas tradicionais é na parte que toca na morfologia adjetival que são tratados os mecanismos da comparação, e sintaticamente as sentenças comparativas são classificadas como “orações subordinadas adverbiais comparativas”. Neves & Hattner (2002: p. 125-6) apontam ainda que “essa restrição [morfológica] teria justificativa se, pelo menos, a língua portuguesa apresentasse sufixo comparativo, mas como esse não é o caso, fica absolutamente inconseqüente comporem-se os esquemas - mais/menos... (do) que e tão/tanto... como/quanto – como se eles só se

aplicassem a adjetivos”. Ainda, “características centrais das construções comparativas são, do ponto de vista sintático, a interdependência de dois elementos e, do ponto de vista semântico, o estabelecimento de um cotejo entre esses elementos”. Destacam também que um traço essencial da construção comparativa é a existência de um elemento comum aos dois membros comparados. Por outro lado, também há sentenças em que se contrastam coisas diferentes e não comuns (59):

(59) Hoje em dia se vê mais televisão do que antigamente se ouvia rádio.

A interpretação sensível é aquela em que se compara o grau de *ver televisão* em *t* com o grau de *ouvir rádio* em *t'*, sendo *t'* anterior a *t*.

Assim, pode-se montar o seguinte quadro esquemático, para uma sentença como (60):

(60) Há uma diferença apenas de grau, um é mais profundo do que o outro.

- elemento comum: ser profundo (em determinado grau);
- elementos em contraste: um/o outro;
- marcador do contraste: mais (desigualdade, com superioridade);
- expediente sintático do contraste: do que;

Esse tipo de descrição não se afasta muito do que viemos fazendo até o final da seção 1.2.5, deste modo permaneceremos com a terminologia usada naquele momento porque ela é mais fortemente semântica. O trabalho de Neves & Hattner nos possibilita a discussão mais ampla sobre que tipos de dados podem ser incluídos como comparativos e quais deveriam estar excluídos de um trabalho descritivo. Mesmo as autoras salientando que as gramáticas tratam o operador comparativo como se ele só se

---

<sup>10</sup> Vogt (1980) considera a hipótese de que construções como (57) e (58) terem algum parentesco histórico. Para ele (57) seria derivada historicamente de (58), por isso a impressão de sinonímia.

aplicasse a adjetivos, são poucos os exemplos que elas apresentam em que o verbo é o objeto da comparação. Portanto, sentenças como (59) *Hoje em dia se vê mais televisão do que antigamente se ouvia rádio*, que estão no horizonte desta dissertação, são quando muito mencionadas pelas autoras.

### 1.3.2 Subordinação ou coordenação?

Brito & Matos (2003) procuram analisar expedientes sintáticos que são utilizados para a construção de sentenças comparativas. Com orientação formal e descritiva, o trabalho também propõe uma nomenclatura e tipologia sintática para nomear sentenças que não se enquadram como comparativas canônicas, no nível sintático, mas que possuem uma interpretação comparativa. Além disso, as autoras apresentam testes e argumentação para que as sentenças comparativas canônicas sejam consideradas estruturas de coordenação e não de subordinação, como é advogado tradicionalmente.

Para as autoras,

“são caracterizadas como **comparativas** as frases em que, através da presença de um conector (em português, *como* ou *(do) que*), se estabelece uma comparação entre duas expressões lingüísticas, tendo em vista o grau de intensidade das propriedades ou estados de coisas por elas denotados ou as quantidades das entidades nelas referidas” (BRITO & MATOS, 2003; p. 732).

O que pode ser exemplificado por sentenças como:

- (61) O Pedro é mais aplicado do que o irmão.
- (62) Não tenho tantos dicionários como gostaria de ter.
- (63) A raposa corre tão depressa como o galgo.

Quanto à natureza categorial dos elementos comparados verifica-se que ele pode ser de natureza diversa. Além da comparação mais comum, que se estabelece entre

adjetivos (64), pode-se comparar verbos (65), sintagmas nominais (66), advérbios (67) e sintagmas preposicionados (68).

(64) O Pedro é mais/menos *alto* que o pai era quando tinha a sua idade.

(65) O João *descansa* menos do que *trabalha*.

(66) O João tem tantos *amigos* como a Maria tem *familiares*.

(67) Os carros andam mais *depressa* do que as pessoas andam.

(68) Ele falou mais *da Maria* do que *para a Maria*.

Tratando de elipse, elas apontam que não é possível apenas omitir o verbo (69) ou Anáfora do Complemento Nulo (70), possibilidade das subordinadas, como também Elipse Lacunar (71), elipse típica de coordenação.

(69) A Ana tem oferecido menos livros à Maria do que o Pedro tem [-].

(70) A Ana ofereceu menos livros à Maria do que ela necessitava [-].

(71) A Ana ofereceu menos livros à Maria do que o Pedro [-] ao João.

A questão principal debatida pelas autoras concerne ao estatuto sintático das sentenças comparativas, há argumentos tanto para considerá-las como subordinadas, quanto há evidências que as levam a argumentar em favor da coordenação. Não percorreremos toda a argumentação que Brito & Matos (2003) desenvolvem, olharemos somente para os argumentos que as autoras utilizam para considerar as estruturas comparativas como coordenação, já que essa é uma posição minoritária na literatura sobre comparativos e está em franca oposição com a proposta de Marques (2003), que opta por assumir que o sintagma comparativo é um *oração relativa de grau*.

As autoras enumeram um conjunto de propriedades que as comparativas compartilham com as coordenadas:

(i) “os conectores de comparação como as conjunções coordenativas podem associar constituintes frásicos e sintagmáticos”. Propriedade que pode ser verificada nas sentenças abaixo:

(72) Ele consultou mais jornais do que revistas.

(73) Ele consultou não só jornais como revistas.

(ii) Não há mobilidade nas comparativas e nas coordenadas. “o constituinte introduzido pelo conector de comparação ou pela conjunção não pode ser anteposto ao primeiro membro comparado/coordenado”. Compare-se (74a) com (74b) e (75a) com (75b):

(74) a. O Luís é mais inteligente do que o João é trabalhador.

b. \* Do que o João é trabalhador, o Luís é mais inteligente.

(75) a. A Maria foi trabalhar, mas estava cansada.

b. \* Mas estava cansada, a Maria foi trabalhar.

(iii) As comparativas como as coordenadas são ilhas à extração de um elemento de apenas um membro. Vejam-se os exemplos:

(76) a. O Luís é mais inteligente do que o João é trabalhador.

b. \* O que<sub>i</sub> é que o Luís é mais [-]<sub>i</sub> do que o João é trabalhador?

c. \* O que<sub>i</sub> é que o Luís é mais do que o João é trabalhador [-]<sub>i</sub>?

(77) a. O Luís é inteligente e o João é trabalhador.

b. \* O que<sub>i</sub> é que o Luís é [-]<sub>i</sub> e o João é trabalhador?

c. \* O que<sub>i</sub> é que o Luís é inteligente e o João é [-]<sub>i</sub> ?

(iv) As elipses que ocorrem em estruturas coordenadas são semelhantes às que ocorrem em sentenças comparativas. Isso é atestado pelo paralelo entre (78) e (79), que apresentam em (78a) e (79a) Elipse do SV, em (78b) e (79b), Elipse Lacunar e em (78c) e (79c), Anáfora do Complemento Nulo:

(78) a. A Ana tem oferecido menos livros à Maria do que o Pedro tem [-].

b. A Ana ofereceu menos livros à Maria do que o Pedro [-] ao João.

c. A Ana ofereceu menos livros à Maria do que queria [-].

(79) a. A Ana tem oferecido livros à Maria e o Pedro não tem [-].

b. A Ana ofereceu livros à Maria e o Pedro [-] ao João.

c. A Ana não ofereceu livros à Maria mas queria [-].

Estes fatores levam as autoras a concluir que as sentenças comparativas são de fato estruturas de coordenação na Língua Portuguesa, o mesmo que Hendriks (1995) advoga para o Inglês e o Holandês. Posição diferente, isto é as comparativas são subordinadas, é assumida por Stechow (1984; entre outros).

Há ainda outras estruturas que Brito & Matos consideram, a fim de avaliar se elas podem ou não ser classificadas como comparativas:

1) as chamadas Comparativas de Superlativo: essa classe é dividida em superlativo absoluto e relativo. O absoluto admite a forma sintética (80a) e a analítica (80b), mas não são considerados comparativos por não ser possível a explicitação de um termo de comparação, como mostra (80c):

- (80) a. O teu filho é inteligentíssimo.
- b. O teu filho é muito inteligente.
- c. \* O teu filho é inteligentíssimo/muito inteligente de todos.

Já com o Superlativo Relativo há claramente uma comparação estabelecida entre a intensidade que uma entidade exibe uma propriedade, comparativamente ao universo das outras entidades:

- (81) a. O Luís é o mais inteligente dos filhos do Antônio.
- b. O Frederico é o menos inteligente dos filhos do Antônio.

2) As Pseudocomparativas, apesar de possuírem estrutura similar a das comparativas, não estabelecem, segundo as autoras, comparação entre graus ou quantidades. Geralmente estas frases são chamadas de **aditivas**.<sup>11</sup>

- (82) a. O professor tem mais alunos do que esses.
- b. Ela adquiriu mais do que um bom livro.

3) As Comparativas-Temporais incluem estruturas que apresentam os advérbios temporais como *antes* e *depois* e não são estruturas comparativas:

- (83) a. A Maria leu este livro antes/depois da Ana.
- b. A Maria leu este livro antes/depois de ter lido o jornal.

4) As Comparativas-Condicionais são sentenças introduzidas por *como se* e têm simultaneamente interpretação comparativa e hipotética:

- (84) a. As meninas dão-se como se se conhecessem há muito tempo.

---

<sup>11</sup> Marques (2003) e Neves & Hattner (2002) também, como visto, chegam a mesma conclusão para este tipo de sentença.

b. Ela conduz como se a rua fosse toda dela.

5) As Consecutivas “exprimem uma conseqüência da intensidade de uma qualidade, da quantidade de um objeto, da qualidade de um processo descritos na oração matriz”.

a) consecutivas de intensidade: são iniciadas por *que* e dependem de palavras que expressam intensidade/quantidade, como *tal, tão, tanto*.

(85) a. O barulho foi tal que as pessoas se assustaram.

b. O Antônio tem tantos livros que vai fazer um seguro.

b) consecutivas infinitivas: são antecedidas por expressões que designam quantidade como *suficiente, bastante, demasiado* e são iniciadas com *para*.

(86) a. O João é suficientemente trabalhador para agüentar esse emprego.

b. O João é bastante trabalhador para agüentar esse emprego.

c. O Luís tem livros suficientes para comprar uma estante nova.

6) As Conformativas são iniciadas por conectores como *conforme, como* (= *conforme*), *segundo*.

(87) a. A Maria fala como escreve.

b. A Maria fala tal qual escreve.

7) As Proporcionais apresentam conectores descontínuos, correlativos do tipo *quanto mais... (tanto) mais*. Nelas, confrontam-se graus de intensidade de duas propriedades, ou quantidades de duas entidades.

- (88) a. Quanto mais trabalhador fores, melhor aluno serás.  
b. Quanto mais se avança na montanha, mais difícil se torna a respiração.  
c. Quanto mais chocolate comeres, mais terás problemas de colesterol.

Em síntese, Brito e Matos mostram que além das comparativas canônicas temos sentenças que podem ser estruturas semelhantes semanticamente, mas não é claro que elas são passíveis de uma mesma análise semântica ou sintática. Além disso, diferentemente do que é assumido pela tradição gramatical e por algumas abordagens semânticas da comparação (Stechow (1984), Heim (1985, 2000)), apresentam argumentos para considerar as sentenças comparativas canônicas como estruturas de coordenação e não subordinação.

#### 1.4 CONCLUSÃO

Como o objetivo imediato desta seção do trabalho era apresentar uma primeira classificação sintática e semântica das construções comparativas, não nos aprofundamos na discussão da adequação ou não dessa classificação proposta para dar conta dos dados pertinentes. Nem discutiremos se os subtipos de construções comparativas, tal como classificados por Brito e Matos (2003) seriam passíveis de uma mesma análise semântica. Já que foge aos objetivos imediatos desta dissertação.

Como sumário deste capítulo podemos dizer que vimos algumas propostas de caracterização gramatical da comparação. A mais atrativa foi a assumida por Marques, que possui critérios e noções como “grau”, para referir-se abstratamente ao grau em que os indivíduos apresentam uma tal propriedade e a presença mínima de dois elementos, mesmo que este elemento seja o mesmo indivíduo no mundo como em *João é mais alto do que magro*, e como característica sintática a presença de um elemento subordinado

*do que*. A tipologia descritiva de Klein também é útil no sentido de entendermos como ocorre o cotejo comparativo: toda comparação é entre duas coisas, contém um item padrão e um item da comparação, aquele identificado pela oração matriz e este pela oração comparativa, além da presença indispensável do operador comparativo *mais, menos, tão/tanto ... quanto*.

Os estudos sintáticos de Neves & Hattner (2002) e Brito e Matos (2003) mostram que o universo da comparação na língua portuguesa é amplo e multifacetado. Brito e Matos (2003) também mostram que a sintaxe destas construções nas línguas não apresenta unanimidade sobre o fato de serem estruturas de subordinação ou coordenação, apresentando argumentos para a segunda opção e uma classificação de sub-tipos e construções aparentadas ou marginais em relação à estruturas canônicas de comparação adjetival ou verbal.

Acreditamos que a apresentação de tal classificação nos ajuda melhor compreender o estatuto sintático das sentenças que serão objeto de estudo neste trabalho, nos ajudando a restringir, dentro do universo da comparação gramatical, aquelas que serão objeto de estudo mais cuidadoso. Mesmo cientes dos problemas que ficam por ser resolvidos, de aspectos que talvez necessitassem de uma discussão mais cuidadosa, passaremos agora ao que se pretende este trabalho, analisar as propostas de análise semântica da comparação, focando nas estruturas que não apresentam apenas adjetivos e nas abordagens que buscam domínios maiores de análise.

## CAPÍTULO 2

### A SEMÂNTICA DA COMPARAÇÃO

Neste capítulo apresentaremos, de maneira crítica, duas das principais teorias semânticas elaboradas para acomodar a semântica da comparação: a de Stechow (1984) e a de Marques (2003). A principal razão da escolha destas em detrimento das outras disponíveis no mercado é o fato destas abordagens buscarem uma análise totalizante, que procura dar conta de todas as estruturas pertinentes, ou seja, as comparativas canônicas, no domínio adjetival (também chamadas estruturas de “quantificação escalar”), as verbais e as de quantificação nominal (comparativas quantitacionais de advérbios de quantidade, na tipologia de Marques (2003)), além de buscar entender a sua interação com outros tipos de sintagmas e operadores. Além disso, a abordagem de Stechow (1984) é clássica na literatura sobre o tema e a de Marques (2003) é a única de que temos conhecimento sobre o português.

Stechow (1984) procura solucionar os problemas das abordagens que lhe eram contemporâneas, através de um aprimoramento de modelos como os propostos por Cresswell (1976)<sup>12</sup> e outros e da consideração da oração subordinada como uma descrição definida de graus, a hipótese de Russell (1905), e pela assunção de um operador de maximização. Marques (2003), dentro do modelo da abordagem da DRT (Kamp e Reyle (1993)), reformula a noção do operador de maximização de Stechow, interpretando os quantificadores da constituinte encaixada (complemento sentencial) *in situ*, e postulando a reduplicação do operador comparativo no sintagma comparativo, além de uma negação implícita.

Apresentaremos e analisaremos os principais aspectos dessas duas abordagens, tendo em conta o conjunto de dados que Stechow toma como problemáticos para tais teorias em questão.

## 2.1 UMA AGENDA PARA AS TEORIAS DO COMPARATIVO

Stechow revisa, em seu artigo já clássico, as principais teorias semânticas que lhe eram contemporâneas. Atentaremos para seus objetivos, o conjunto de dados que visa dar conta, e as principais ferramentas para conseguir isso. De fato, seu trabalho inicia mostrando as limitações das teorias de Russell (1905), Hellan (1981), Klein (1980), Lewis (1973), Postal (1974), Seuren (1973), Williams (1977) e Cresswell (1976), apontando os pontos em que elas produzem resultados indesejados quando do tratamento de sentenças como<sup>13</sup>:

- (1) I thought your yacht was larger than it was.  
*Eu pensei que o seu iate era maior do que ele era.*
- (2) If Ede had smoked less (than he did), he would be healthier (than he is).  
*Se Ede tivesse fumado menos (do que ele fumou), ele seria mais saudável (do que ele é)*
- (3) Ede is cleverer than anyone of us.  
*Ede é mais inteligente que qualquer um de nós.*
- (4) Ede is fatter than everyone of us.  
*Ede é mais gordo do que todos nós.*
- (5) A polar bear could be bigger than a grizzly bear could be.  
*Um urso polar pode ser maior do que um urso pardo pode ser.*
- (6) Ede is twice as fat as Angelika.  
*Ede é duas vezes mais gordo do que a Angélica.*

---

<sup>12</sup> A proposta de Cresswell difere da de Stechow por considerar que o constituinte *than ...* introduz um quantificador universal sobre graus. De resto, optamos por não apresentar este modelo, por ter problemas que Stechow apresenta e ser em grande medida, fonte inspiradora do modelo que este propõe.

<sup>13</sup> Vamos apresentar o trabalho de Stechow mantendo os exemplos em inglês. Opto por traduzir a linguagem das formas lógicas para o português quando as diferenças entre inglês e português podem ser desconsideradas.

Essas sentenças são problemáticas porque: na sentença em (1), também chamada ambigüidade de Russell (RA), temos o verbo *to think* (*pensar*) que gera um contexto intensional; em (2), temos uma sentença contrafactual ambígua (AC); em (3) a presença de um item de polaridade negativa (NPI), *anyone* (*qualquer um*); em (4), um sintagma quantificado *everyone* (*todo mundo*)(Q); em (5), ocorre a interação entre a comparação e um operador de possibilidade *could* (*poderia*) (representado na lógica pelo losango  $\diamond$ ); finalmente, em (6) temos a chamada leitura diferencial (DR), em que se precisa a relação entre os graus. Para o autor, as teorias existentes não tratam adequadamente estes fenômenos, apontando suas limitações.

Stechow, ao elencar essas sentenças coloca uma agenda para teorias semânticas do comparativo: boas teorias devem explicar todos esses fatos. Vejamos o quadro comparativo que o autor estabelece entre as teorias que ele analisa e seu poder explicativo com relação a agenda estabelecida por Stechow. O sinal de positivo indica que a teoria consegue explicar o fenômeno em questão; o asterisco significa que ela gera resultados não desejáveis; o sinal de menos indica que a teoria não aborda a questão; finalmente, o sinal de mais entre parênteses indica que embora a teoria não aborde o problema, seria possível remendá-la de modo a fazer com que ela consiga explicá-lo:

**Tabela 3 –Quadro comparativo de Stechow**

	Russell Postal Williams	Seuren Lewis Klein	Cresswell	Hellan
RA	+	+	+	+
AC	(+)	*	*	*
NPI	*	+	+	-
Q	*	+	+	-
$\diamond$	*	+	*	-
DR	*	-	*	+

**Legenda: \* Resultados inadequados; + Resultados corretos; - não discute o problema; (+) Não discute, mas pode dar conta.**

### 2.1.1 Ambigüidade de Russell e Contrafactual

A discussão de Stechow começa com a análise da sentença em (1), que vem de Russell (1905). Trata-se de uma sentença ambígua, podendo ser lida como em (b) ou em (c).

- (1) a. I thought your yacht was larger than it was.  
*Eu pensei que seu iate fosse maior do que ele era.*
- b. o tamanho  $x$  [Eu pensei que o seu iate é  $x$ ] é maior do que o tamanho  $x$  [ seu iate é  $x$  ].
- c. Eu pensei que o tamanho  $x$  [ seu iate é  $x$  ] é maior do que o tamanho  $x$  [ seu iate é  $x$  ].

(1b) pode ser parafraseada como: o tamanho  $x$  que eu pensei que seu iate fosse  $x$ -grande é maior do que o tamanho  $x$  que seu iate é  $x$ -grande. Esta é a interpretação natural da sentença: *eu pensei que seu iate fosse maior do que ele de fato é*. Em (1c), por outro lado, o operador intensional tem escopo sobre o comparativo, gerando a seguinte interpretação: *eu pensei que o tamanho do seu iate, tal que seu iate é  $x$ -grande é maior do que o tamanho  $x$  tal que seu iate é  $x$ -grande*, ou seja, o iate é maior do que ele mesmo. Trata-se de uma leitura “maluca”, porque o falante afirma uma crença inconsistente. Uma maneira de explicar essas diferentes leituras é dizer que elas são geradas pela diferença de escopo do nominal *the size  $x$*  e o operador de intensionalidade. É prática comum na semântica explicar ambigüidades não lexicais atribuindo-lhes diferenças de escopo entre quantificadores e operadores. Stechow mostra que em maior ou menor medida teorias como a de Seuren (1973), Cresswell (1796) e Hellan (1981) são similares à análise de Russell, todas explicam a ambigüidade de (1) via diferenças de escopo, mas movem elementos distintos, em particular movem parte do sintagma

comparativo. Quais conseqüências isso tem para a análise dos contrafactuais comparativos?

Stechow apresenta as limitações das abordagens mostrando que elas não dão conta de explicar os fenômenos relevantes e isso é uma conseqüência do tipo de constituinte que movem em forma lógica. Para ele, todas essas abordagens, que tratam a ambigüidade de Russell via diferença de escopo, terão problemas para representar o significado trivial de uma sentença contrafactual como (7), porque nenhuma abordagem alça (raising) ou rebaixa (lower) o constituinte correto. Para ele a solução correta seria rebaixar ou alçar toda a *than*-clause.

(7) If Mary had smoked less (than she did), she would be healthier (than she is).

*Se M. tivesse fumado menos (do que ela fumou), ela seria mais saudável (do que ela é).*

Por que essa sentença apresenta um problema para as abordagens que trabalham com escopo? A sentença em (7) possui “uma leitura onde tanto o antecedente quanto o conseqüente do contrafactual são consistentes e há leituras onde isso não se dá” (Stechow, 1984; p. 12)<sup>14</sup>, e essa diferença é explicada via diferença de escopo. A leitura consistente é: nos mundos mais próximos do mundo atual, que são mundos em que a Maria fumou menos do que no mundo real, a Maria é mais saudável, do que ela é no mundo real. A leitura inconsistente é: se a Maria fumou menos no mundo real do que ela efetivamente fumou, ela é mais saudável do que ela é no mundo real. Isto é, mais uma vez estamos diante de uma leitura inconsistente. Uma boa teoria do comparativo deve captar que a primeira é a leitura natural e excluir a leitura “maluca”. Mas os modelos de Seuren, Klein e Cresswell simplesmente não representam a leitura informativa.

A teoria de Seuren, por exemplo, representa da seguinte maneira a sentença em (7). Note que nela há apenas um quantificador existencial ligando a variável da sentença matriz e da encaixada:

$$(8) (\exists e) [\text{Maria fumou e-pouco} \ \& \ \sim (\text{Maria fumou e-pouco})] \ \Box \rightarrow \\ (\exists e) [\text{Maria é saudável para e} \ \& \ \sim (\text{Maria é saudável para e})].$$

Eis a paráfrase de (8): todos os mundos em que existe um tanto pouco tal que Maria fumou esse tanto-pouco e Maria não fumou esse tanto pouco, são mundos em que existe um tanto de saudável tal que Maria é esse tanto saudável e Maria não é tanto saudável. Essa leitura é inconsistente. Acontece que nesta teoria tanto a oração matriz quanto a encaixada são opacas ou transparentes sob o operador contrafactual. O que se espera é que a matriz do comparativo seja opaca enquanto a encaixada seja transparente. Mas isso não pode ser expresso na teoria de Seuren. A mesma crítica pode ser feita à teoria de Cresswell, que atribui à sentença em (7), a forma lógica em (9).

$$(9) (\lambda x [\text{Maria fumou x-pouco}] \ \textit{mais do que} \ \lambda x [\text{Maria fumou x-pouco}]) \ \Box \rightarrow \\ (\lambda x [\text{Maria é x-saudável}] \ \textit{mais do que} \ \lambda x [\text{Maria é x-saudável}]).$$

A paráfrase de (9): os mundos em que Maria fumou x-pouco é mais do que Maria fumou x-pouco são mundos em que Maria é x-saudável é mais que Maria é x-saudável. Como se pode notar, essa paráfrase é inconsistente porque então no mundo atual a Maria fumou ao mesmo tempo x-pouco e mais que x-pouco. De fato, não há mundo que satisfaça o quesito dado pela sentença matriz.

Stechow então re-parafrazeia este tipo de notação por uma que usa o operador iota de Russell :

$$(10) \iota x (\text{Mary smoked to } x) < \iota y (\text{she smoked to } y) \ \Box \rightarrow$$

---

<sup>14</sup> “... a reading where both the antecedent and the consequent of the counterfactual are consistent and there are readings where this is not so”.

$\iota x$  (she is healthy to  $x$ )  $>$   $\iota y$  (she is healthy to  $y$ ).

A paráfrase de (10) é: mundos em que o  $x$  tal que Maria fumou  $x$  e  $x$  é menor que o  $y$  tal que Maria fumou  $y$  são mundos em que o  $x$  que Maria é saudável é maior que o  $y$  que a Maria é saudável. Mais uma vez, trata-se de uma interpretação inconsistente. Mas, como os  $\iota$ -termos são nominais, eles possuem escopo. Esta é, segundo o autor, uma possibilidade não considerada por nenhuma das abordagens, até então. Assim podemos reformular (10), movendo o nominal, e obtemos a leitura informativa de (7), (11), notando que as orações mais altas são as encaixadas do antecedente e do conseqüente:

(11)  $\iota$ (ela fumou  $y$ )  $\lambda y$ [ $\iota$  (ela é saudável  $y$ )  $\lambda z$ [ $\iota x$  (Maria fumou  $x$ )  $<$   $y$ ]  
 $\square \rightarrow$  ( $\iota x$  (ela é saudável  $x$ )  $>$   $z$ )]].

Em prosa (11) diz que se ela fumou  $y$ , ela é  $y$ -saudável e todos os mundos em que ela fumou  $x$  que é menor do que  $y$ , são mundos em que ela é  $x$ -saudável sendo  $x$  maior do que  $z$ . Esta nova forma de representação, que supõe que todo o sintagma comparativo é movido para a frente, gera conseqüências positivas para a análise da ambigüidade de Russell em contextos epistêmicos. A representação correta de (12a) seria então (12c) e não (12b), como nas abordagens de Postal (1974) ou Williams (1977). Novamente toda a sentença comparativa *than he has (more horses)* está alçada:

- (12) a. John thinks Bill has more horses than he has.  
*J. pensa que B. tem mais cavalos do que ele têm.*
- b.  $\iota x$  (John acha que Bill têm  $x$ -muitos cavalos)  $>$   
 $\iota x$ (Bill têm  $x$ -muitos cavalos)
- c.  $\iota x$  (Bill têm  $x$ -muitos cavalos)  $\lambda y$   
[  $\iota x$  (John acha que Bill têm  $x$ -muitos cavalos)  $>$   $y$ ]

Stechow prossegue tentando mostrar porque acredita que Postal e Williams alçam ou rebaixam o constituinte errado, apesar do tratamento deles funcionar para a

ambigüidade de Russell. Para isso usa as ferramentas de Hellan (1981), que possui a mesma orientação daqueles. Aqueles autores alçam apenas o morfema comparativo *more/er*, enquanto Hellan alça *more than*. Stechow vai mostrar que essas teorias geram resultados errados, o que o leva a concluir que eles alçam o elemento errado.

Hellan analisa a ambigüidade de Russell da forma representada em (13) com (b) para a leitura inconsistente e (c) para a leitura consistente:

- (13) a. John thinks Mary is more intelligent than she is.  
*J. pensa que M. é mais inteligente do que ela é.*
- b.  $(\exists d_1, d_2, d_3)(\text{John pensa que Mary é } d_1\text{-inteligente \& Mary é } d_2\text{-inteligente \& } d_1 = d_2 + d_3 \& d_3 > 0)$
- c. John pensa que  $(\exists d_1, d_2, d_3)(\text{Mary é } d_1\text{-inteligente \& Mary é } d_2\text{-inteligente \& } d_1 = d_2 + d_3 \& d_3 > 0)$

Para entendermos essa proposta é preciso levar em conta a regra do comparativo expressa em (R1) e adotada por Hellan (1981 *apud*: Stechow, 1984; p.17):

“(R1) Regra de significado do comparativo:

*|er|* pega uma propriedade e resulta um nominal (no sentido de Montague) que se aplica a propriedades de graus novamente. Seja P, Q quaisquer propriedades graduais. Então *|more|(P)(Q)* é verdadeiro sse  $(\exists d_1, d_2, d_3)[P(d_2) \& Q(d_1) \& d_1 = d_2 + d_3 \& d_3 > 0]$ .<sup>15</sup>

De um modo mais simples teríamos:

- (14) a. *more* ( $d_j$ (ela é  $d_j$ -inteligente)) ( $d_i$ (John acha que Mary é  $d_i$ -inteligente))
- b. John acha que *more* ( $d_j$ (ela é  $d_j$ -inteligente)) ( $d_i$ (Mary é  $d_i$ -inteligente))

Com base nisso, vejamos como Hellan analisa o exemplo (7):

<sup>15</sup> “(R1) *Meaning rule for the comparative:*

*|er|* takes a property of degrees and gives us a nominal (in the sense of Montague) that applies to properties of degrees again. Let P, Q be any properties of degrees. Then *|more|(P)(Q)* is true iff  $(\exists d_1, d_2, d_3)[P(d_2) \& Q(d_1) \& d_1 = d_2 + d_3 \& d_3 > 0]$ ”.

- (15)  $(\exists d_1, d_2, d_3, d_1 = d_2 + d_3 \ \& \ d_3 > 0, \text{ ela fumou } d_2\text{-pouco})$   
 $(\exists d'_1, d'_2, d'_3, d'_1 = d'_2 + d'_3 \ \& \ d'_3 > 0, \text{ ela é } d'_2 \text{ saudável})$   
 $[\text{Mary fumou } d_1\text{-pouco} \ \square \rightarrow \text{Mary é } d'_1\text{-saudável}]$

Em prosa (15) diz algo como Maria fumou  $d_2$  e é  $d'_2$  saudável, se ela tivesse fumado  $d_1$ , em que  $d_1$  é menor que  $d_2$ , ela seria então  $d'_1$ -saudável. Imaginemos agora o seguinte cenário:

	Cigarros fumados	Grau de saúde de Mary
$w_0$	20	1
$w_1$	15	1
$w_2$	10	1
$w_3$	5	2

Para Stechow o contrafactual em (7) é intuitivamente inválido se o mundo de avaliação a ser considerado for  $w_0$ , mundo em que ela fumou 20 cigarros e tem grau 1 de saúde, já que

“fumar menos não torna sempre mais saudável, somente fumando consideravelmente menos ajudaria. Hellan, entretanto, prediz, que (26)[7] é verdadeira em  $w_0$ , porque se nós pegamos 5 cigarros para  $d_1$  e o grau de saúde  $d_2$  para  $d'_1$ , então (47)[16] é verdadeira em  $w_0$ :

- (16) Mary fumou 5-cigarros  $\square \rightarrow$  Mary é saudável no grau 2.

Portanto, (45)[15] é verdadeira em  $w_0$  também” (Stechow, 1984; p.19)<sup>16</sup>.

Em outros termos, a proposta de Hellan não capta corretamente as condições de verdade da sentença em (7), uma vez que em sua proposta essa sentença é verdadeira no cenário em  $w_0$ , enquanto que intuitivamente tendemos a considerá-la falsa neste cenário.

A conclusão a que chega é que as abordagens criadas para dar conta da ambigüidade de Russell não geram os resultados desejados na análise de contrafactuais.

<sup>16</sup> “Smoking less doesn’t always make healthier. Only smoking considerably less would help. Hellan, however, predicts, that (26) is true in  $w_0$ , because if we take 5 cigarettes for  $d_1$  and the health degree 2 for  $d'_1$ , then (47) is true in  $w_0$ :

- (47) Mary smoked 5-cigarettes  $\square \rightarrow$  Mary is healthy to degree 2.

Isso ocorre pela explicação da ambigüidade em termos de diferenças de escopo, entretanto, como são movidos os elementos errados, não se obtêm as condições de verdade desejadas na análise dos contrafactuais.

### 2.1.2 Licenciamento de Itens de Polaridade Negativa

Passando para outro problema, Stechow questiona a possibilidade das teorias em questão explicarem a presença de itens de polaridade negativa. Começa com a abordagem de Seuren (1973). Na abordagem deste autor, a presença de NPI é facilmente explicada, pois há a presença de uma negação implícita que licencia estes elementos e impede a ocorrência de itens positivos. Veja o contraste entre (17a) e 17b), e as representações assumidas em (18):

(17) a. You have already got less support than he has.  
*Você já teve menos ajuda do que ele tem.*

b. \* He has got more support than you already have.  
*Ele teve mais ajuda do que você já tem.*

(18) a.  $(\exists d)$  {You have *already* got at least d-less support &  $\sim$ (he has got least d-less support)}

b.  $(\exists d)$  [He has got at least d-much support &  $\sim$ (you have *already* got at least d-much support)]

A agramaticalidade de (17b) em inglês é facilmente explicada por Seuren, já que o item positivo *already* está sob o escopo da negação. Bill Ladusaw (1979 *apud*: Stechow, 1984) generaliza a idéia de que os NPIs ocorrem sob o escopo de uma negação afirmando que NPIs ocorrem somente sob o escopo de um operador de acarretamento descendente (downward-entailing). Vejamos a definição de acarretamento descendente através dos exemplos que Stechow (1984; p. 27) apresenta:

---

Therefore, (45) is true in  $w_0$  as well”.

- (19) Se O é um operador sentencial, então O é um acarretador descendente, se O (S) acarreta O (S'), para quaisquer S, S' tal que S' é pelo menos tão informativo quanto S (isto é, S' acarreta S).<sup>17</sup>

Entretanto, apesar da possibilidade de facilmente explicar fatos como (17) “uma teoria que não é forçada a introduzir negações na forma lógica para explicar estes casos é certamente preferível. E é mais geral. Aplica-se também para casos onde não há negação na forma lógica” (Stechow, 1984; p. 28)<sup>18</sup>. Abordagens como as de Postal, Hellan e Cresswell também podem licenciar NPIs e não dependem de uma negação implícita. A de Cresswell, por exemplo, faz isso através da quantificação universal sobre graus, que é um acarretador descendente. Portanto, Stechow vai argumentar a favor desta abordagem para explicar estes fatos.

Stechow relaciona a definição em (19) com as comparativas resultando no seguinte:

- (20) *mais Adj* é um acarretador descendente com respeito ao complemento sentencial sse qualquer sentença da forma (i) acarreta qualquer sentença da forma (ii):
- (i) NP é *mais Adj* do que S.
  - (ii) NP é *mais Adj* do que S'.
- Onde S' é pelo menos tão informativo quanto S.

A partir desta definição, somente as teorias que disserem que *Adj mais* é acarretador descendente em relação a S serão boas, porque elas são as únicas que irão explicar o aparecimento de NPIs nessa estrutura. Consideremos os exemplos em (21):

- (21) a. João é *mais gordo* do que Paulo ou Pedro.  
b. João é *mais gordo* do que Paulo.

---

<sup>17</sup> “If O is sentential operator, then O is downward-entailing, if O(S) entails O(S'), for any S, S' such that S' is at least as informative as S (i.e. S' entails S)”.

<sup>18</sup> “A theory that is not forced to introduce negations in logical form in order to explain these cases is certainly preferable. And it is more general. It applies also for cases where there is no negation in logical form”.

Nas teorias discutidas por Stechow a *than*-phrase expressa uma propriedade de graus. Assim, para (21) temos (22):

(22) a.  $\lambda d$  [Paulo ou Pedro são d-gordos]

b.  $\lambda d$  [Paulo é d-gordo]

Claramente (22a) acarreta (22b). O que as teorias analisadas têm a dizer sobre esse fato? Em Cresswell, (23a), a forma lógica de (21a), implica (23b), a forma lógica de (21b). Em (23), (23a) implica (23b), o que mostra que sua teoria é adequada quanto a apreender essa inferência.

(23) a.  $(\forall d_1, d_2)$ [João é gordo no grau  $d_1$  & Paulo ou Pedro são gordos no grau  $d_2 \rightarrow d_1 > d_2$ ]

b.  $(\forall d_1, d_2)$ [João é gordo no grau  $d_1$  & Paulo é gordo no grau  $d_2 \rightarrow d_1 > d_2$ ]

Já a abordagem de Russell é inadequada, porque (21a) pode ser verdadeira somente se é o caso em que ambos Paulo e Pedro tenham o mesmo grau de peso, devido à presença da descrição definida; o que demonstra uma limitação da teoria. A representação dessa proposta aparece em (24):

(24) a.  $\iota d$ [João é gordo no grau  $d$ ]  $>$   $\iota d$ [Paulo ou Pedro são gordos no grau  $d$ ]

b.  $\iota d$ [João é gordo no grau  $d$ ]  $>$   $\iota d$ [Paulo é gordo no grau  $d$ ]

Embora a abordagem de Seuren trate adequadamente a presença de NPIs, por causa da negação subjacente à comparação, há um problema com essa abordagem. Ela legitima inferências do tipo em (25). O que pode ser visto na escrita da formalização deste modelo em (26).

(25) a. João é mais gordo do que Pedro.

b. João é mais gordo do que todos.

(26) a.  $(\exists d)$  [João é  $\geq d$ -gordo &  $\sim$ (Pedro é  $\geq d$ -gordo)]

b.  $(\exists d)$  [João é  $\geq d$ -gordo &  $\sim$ (todos são  $\geq d$ -gordos)]

Isso ocorre exatamente pelo fato do operador de negação ter escopo sobre o universal.

(26b) afirma que há um grau de gordura  $d$  tal que João é  $d$  ou mais que  $d$  gordo e todos os outros não têm o grau de gordura  $d$  ou mais que  $d$ . Logo, João é o mais gordo que todos os outros. No entanto, é fácil imaginar uma situação em que João é mais gordo que o Pedro sem ser o mais gordo de todos.

A conclusão pende, então, a favor da abordagem de Cresswell, apresentada em (23), porque ao usar o operador universal, que é um acarretador descendente, explica melhor a legitimação de NPIs, sem utilizar o recurso da negação proposto por Seuren e, portanto, sem gerar inferências indesejáveis como as apresentadas em (25).

### 2.1.3 Operador de Possibilidade

Em seguida, Stechow analisa a presença do operador de possibilidade em construções comparativas. Assume para este operador a regra semântica usual, apresentada em (27):

(27)  $\diamond$  S é verdadeira em um mundo  $w$  sse há um mundo  $w'$  (acessível) tal que S é verdadeira em  $w'$ .

Consideremos a sentença em (28):

(28) A polar bear could be bigger than a grizzly bear could be.  
*Um urso polar poderia ser maior do que um urso pardo poderia ser.*

A sentença parece analisável apenas sob as teorias de Seuren e Lewis, o que pode ser um ponto favorável para suas abordagens. Entretanto Stechow mostrará como as outras abordagens podem ser melhoradas para dar conta de (28), o que terá conseqüências para a análise dos NPI. Vejamos então como Seuren e Lewis analisariam essa sentença. Assumindo que  $\diamond$  é um quantificador existencial sobre mundos, temos então de (29), (30):

$$(29) (\exists d)[\diamond (\text{Um urso polar é } \geq d\text{-grande}) \& \sim \diamond (\text{Um urso pardo é } \geq d\text{-grande})]$$

$$(30) (\exists d) [ \exists w (\text{Um urso polar é } \geq d\text{-grande in } w) \& \sim (\exists w)(\text{Um urso pardo é } \geq d\text{-grande}) ]$$

Em prosa (30) diz que existe um grau  $d$  e existe pelo menos um mundo  $w$  tal que o urso polar é pelo menos  $d$ -grande em  $w$  e é falso que exista um mundo  $w$  tal que o urso pardo seja  $d$ -grande em  $w$ . Trata-se de um resultado apropriado. No entanto, as propostas de Russell e Postal falham, pois os termos definidos não possuem denotação, já que não estamos falando sobre um grau em particular (de um urso polar em particular), mas de um grau máximo, o que não é captado pelo operador iota.

$$(31) \iota d \diamond (\text{A polar bear is } d\text{-big}) > \iota d \diamond (\text{A grizzly bear is } d\text{-big}).$$

A descrição em (31) diz de fato que existe um único grau  $d$  em que em pelo menos um mundo um urso polar tem e que é este grau maior do que o único grau que pode ter um urso pardo. Obviamente não é isso o que a sentença em (28) afirma, já que não há um único grau tal que o urso polar tem e que é maior do que o único grau que o urso pardo tem. A sentença em (28) afirma que o grau máximo que um urso polar pode ter de altura é maior que o grau máximo de altura que um urso pardo pode ter. Apesar disso, Stechow não se contenta com a falha na proposta de Russell, já que também

busca uma análise em termos de descrição definida que seja aplicável em vários níveis de análise. É por isso que ele irá “remendar” essa proposta. Consideremos então (32):

(32) O tamanho que um urso polar pode ter excede o tamanho que um urso pardo pode ter.

Aqui o modal *pode* (*can*) deve estar sob o escopo da descrição definida. O problema que essa análise causa concerne ao estatuto geral das descrições, elas precisam que seus parâmetros sejam especificados pragmaticamente. Assim como *o livro* significa *o livro em tal e tal lugar*. Deste modo, o sentido de (32) seria (33), representada em termos russellianos:

(32) O tamanho *máximo* que um urso polar pode ter excede o tamanho *máximo* que um urso pardo pode ter.

(33) o máximo  $d \diamond$  (Um urso polar é  $d$ -grande)  $>$  o máximo  $d \diamond$  (Um urso pardo é  $d$ -grande)

Stechow abstrai *o máximo  $d... d...$*  como  $\text{id} [\text{Max}(\lambda d [\dots d\dots])(d)]$ . E define a semântica de *Max*, um operador modificando propriedades de graus, como:

(34)  $\text{Max}(P)$  é verdadeiro de  $d$  sse  $P(d)$  e  $\sim (\exists d')[P(d') \ \& \ d' > d]$

“Dado que graus são linearmente ordenados,  $\text{Max}(P)$  é verdadeiro de exatamente um grau; Portanto, a descrição definida  $\text{id} [\text{Max}(P)(d)]$  fará sentido, se  $P$  é o predicado  $\lambda d \diamond$  (Um urso polar é  $d$ -grande)” (Stechow, 1984; p.37)<sup>19</sup>. Assim, temos a reescritura de (33) como (35):

(35)  $\text{id} [\text{Max} (\lambda d \diamond (\text{Um urso polar é } d\text{-grande}))](d)] >$   
 $\text{id} [\text{Max} (\lambda d \diamond (\text{Um urso pardo é } d\text{-grande}))](d)]$

<sup>19</sup> “Given that degrees are linearly ordered,  $\text{Max}(P)$  is true of exactly one degree; Therefore, the definite description  $\text{id} [\text{Max}(P)(d)]$  will make sense, if  $P$  is the predicate  $\lambda d \diamond$  (A polar bear is  $d$ -big)”.

Desde modo fica salva a abordagem russelliana em termos de descrição definida, já que agora temos os parâmetros explícitos desta. Pode-se então traçar as duas vantagens de uma abordagem em termos de descrição definida:

- a) considerando o complemento de *than (do que)*, que Stechow afirma (de maneira *ad hoc*) ser este um operador de acarretamento descendente, a legitimação de itens de polaridade negativa fica explicada;
- b) quantificadores na oração comparativa agora podem ser tratados também pela abordagem reformulada de Russell.

Sobre este último aspecto, vejamos as sentenças em (36), respectivamente representadas em (37):

(36) a. Ede drinks more than anyone of us.  
*E. bebe mais do que alguém/qualquer um de nós.*

b. Ede drinks more than everyone of us.  
*E. bebe mais do que todos nós.*

(37) a. O máximo d [Ede bebe d-muito] >  
o máximo d [alguém de nós bebe d-muito]

b. O máximo d [Ede bebe d-muito] >  
o máximo d [todos nós bebemos d-muito]

Em prosa (37a) significa que o grau máximo que Ede bebe é maior do que o grau máximo que algum de nós bebe, e (37b) que o grau máximo que Ede bebe é mais do que o grau máximo que todos nós bebemos. Estes são resultados claramente desejáveis.

Resumindo, Stechow mostrou que a abordagem da ambigüidade gerada pelos comparativos em contextos epistêmicos, se analisada em termos de diferenças de escopo

entre termos e operados cria resultados indesejáveis no tratamento de contrafactuais. Isso porque algumas dessas abordagens alçam somente o morfema comparativo *more*, outras o constituinte *more than*, enquanto que o que deveria ser feito é alçar toda a oração comparativa *than...* Fenômenos relacionados são a legitimação de itens de polaridade negativa e a legitimação de inferências nas orações comparativas, já que de acordo com a teoria de Ladusaw aqueles só seriam legitimados em contextos de acarretamento descendente. A análise do operador de possibilidade em termos russellianos, descrição definida de grau, e a criação de um operador de maximização trouxeram alguns resultados interessantes para a análise daquele tipo de operador. Como o operador Max cria um contexto de acarretamento descendente (fato postulado por Stechow), ele legitima NPIs e fenômenos correlatos como presença de quantificadores. Tendo em vista isso, Stechow desenvolve um modelo que supere as dificuldades encontradas pelas teorias já apresentadas.

#### 2.1.4 A proposta do Operador de Maximalidade

Stechow assume como forma lógica de uma sentença como (38a) a estrutura (38b), afirmando que assim teremos a correta interpretação, (38c):

- (38) a. Ede is at least 6 inches taller than Otto is.  
*Ede é pelo menos 6 polegadas mais alto do que Otto é.*
- b.  $[[[S \text{ do que } wh \text{ alto Otto é}]_i [S [_{NP} \text{ pelo menos 6 polegadas}]_j [S \text{ Ede é } e_j \text{ mais alto } e_i]]]$
- c. o grau  $d$  [Otto é  $d$ -alto]  $\lambda d_i (\exists d_j, d_j \geq 6 \text{ pol.}) [Ede \text{ é } d_j + d_i\text{-alto}]$

(38c) especifica que o grau  $d$  de altura de Otto é tal que existe um grau  $d_j$  que é pelo menos de 6 polegadas tal que Ede é  $d_j + d_i$ -alto do que  $d$ .

Como o complemento de *than (do que)* determina uma propriedade de graus, temos a seguinte operação de abstração:

(39) *Propriedade de abstração*

$\text{how}_i [\dots i\text{-}A\dots]$  expressa a propriedade de graus  $\lambda d [\dots d\text{-}A \dots]$ .

Portanto a oração comparativa [*than how tall Otto is*] é interpretada como  $\lambda d$  [*Otto é d-alto*]. Como o complemento de *than* é um nominal ele é alçado do modo indicado em (38b). O modo de nominalizar o complemento então é torná-lo uma descrição definida. Assim o S em *than S* significa nominalmente *the (Max(P))*, o grau máximo de uma propriedade P. Repetiremos aqui a definição do operador *Max*, já anteriormente definido em (34):

(40) Seja P uma propriedade de grau qualquer. Então *Max(P)* é aquela propriedade que é verdadeira de qualquer grau d em um mundo w sse  $P(d) \ \& \ \sim(\exists d')[P(d') \ \& \ d' > d]$ .

Juntando as regras temos a denotação do complemento *mais do que Otto é alto*:

(41) Seja P uma propriedade de grau qualquer e w qualquer mundo. Então  $\| \text{do que wh alto Otto é} \| (P)$  é verdadeira em w sse o grau máximo tal que Otto é d-alto tem a propriedade P em w.

Falta-nos a denotação do operador comparativo:

(42) *Comparativo*

Sejam  $d_1, d_2$  quaisquer graus,  $A^0$  uma relação do tipo  $\langle 0,1,1 \rangle$ , x qualquer indivíduo e w qualquer mundo. Então  $w \in \| \text{more/er(mais)} \| (d_1)(A^0)(d_2)(x)$  sse  $w \in A^0(x, d_1 + d_2)$ <sup>20</sup>

Repetindo (38b) agora de acordo com as especificações apresentadas:

<sup>20</sup> Em termos gerais  $A^0$  representa a posição sintática ocupada pelo Adjetivo e a relação  $\langle 0,1,1 \rangle$  estabelece os número de argumentos que o Adjetivo nuclear 0 possui, no caso um de grau e outro de indivíduo.

(43) o grau máximo  $d$  tal que Otto é  $d$ -alto  $\lambda d_2$  [pelo menos 6 polegadas  $\lambda d_1$  [Ede é  $d_1 + d_2$ -alto]]

Podemos ter uma sentença simples onde o grau diferencial  $d_1$  não é expresso linguisticamente como acima. Neste caso, *para algum grau  $d_1 > 0$*  é suprido contextualmente:

(44) a. João é mais alto do que Pedro.

b. [[ mais do que ]<sub>2</sub> [ João é alto t<sub>2</sub> Pedro (é alto)]]

c. Para algum grau  $d_1 > 0$ , João é  $d_1+d_2$ -alto onde  $d_2$  é o  $d$  tal que Pedro é  $d$ -alto.

Agora temos mais claro como ele analisa os casos relevantes. A ambigüidade de Russell é também tratada via diferença de escopo. Mas agora o escopo é ou do operador intensional ou do operador de maximalidade:

(45) a. Eu pensei (o max  $d$  [ seu iate é  $d$ -grande]

$\lambda d_2$  [ $\lambda d_1$  [ seu iate é  $d_1+d_2$ -grande]])

b. o max  $d$  [ seu iate é  $d$ -grande]

$\lambda d_2$  [Eu pensei [ $\lambda d_1$  [ seu iate é  $d_1+d_2$ -grande]]]

Na leitura inconsistente, (45a) diz que eu pensei que o grau máximo do seu iate é maior do que seu iate que eu pensei. Na leitura consistente, (45b) especifica que o grau máximo do seu iate é tal que eu pensei que seu iate fosse maior do que ele é.

A correta análise do operador de possibilidade seria então (46):

(46) a. A polar bear could be bigger than a grizzly bear could be.

b. o max  $d$  [ $\diamond \exists x$  [  $x$  é um urso pardo &  $x$  é  $d$ -grande]]  $\lambda d_2$  [( $\exists d, d > 0$ )

$\lambda d_1$  [ $\diamond \exists y$  [  $y$  é um urso polar &  $y$  é  $d$ -grande &  $y$  é  $d_1+d_2$ -grande]]]

Em prosa (46) diz que o grau máximo que pode um urso pardo ter é tal que pode um urso polar ser maior do que isso.

Em síntese, a proposta de Stechow assume três aspectos principais: é alçado todo o sintagma comparativo encaixado sob *do que; do que* identifica o grau máximo que é atingido; e a partir disso a assunção de um operador de maximalidade monótono decrescente, que explica a legitimação de itens de polaridade negativa.

Stechow amplia sua análise para a comparação nominal. Deixaremos este tópico para o próximo capítulo.

## 2.2 UMA PROPOSTA PARA A LÍNGUA PORTUGUESA

Marques revisa a literatura atentando particularmente para suas implicações na análise da Língua Portuguesa, mais especificamente o Português Europeu (PE). Propõe um modelo, seguindo alguns dos desenvolvimentos encontrados em Stechow, que utiliza ferramentas lógicas da DRT, mas assume, diferentemente de Stechow, que os quantificadores são interpretados *in situ* e que há uma negação implícita no constituinte encaixado (além de uma duplicação do operador comparativo em forma lógica, exigida pela interpretação *in situ* mais a negação). Os problemas que discute tocam (i) nas relações de escopo envolvendo quantificadores na oração comparativa; (ii) na ambigüidade entre a consideração de um grau máximo ou mínimo; (iii) nas propriedades de monotonia e legitimação de NPIs.

### 2.2.1 Relações de escopo

Essa problemática reside na interpretação dos quantificadores que ocorrem na oração comparativa: há ou não relação de escopo. Vejamos os exemplos abaixo:

- (47) a. O Paulo é mais alto do que todos os seus colegas.
- b. O Paulo trabalhou mais do que alguns dos seus colegas.
- c. A Ana correu mais depressa do que muitos dos outros atletas.

Se interpretados *in situ*, a hipótese de Stechow não capta o significado dessas sentenças:

- (48) a. O Paulo é mais alto do que o grau máximo  $g$ , tal que todos os seus colegas são  $g$ -altos.
- b. O Paulo trabalhou mais do que o grau máximo  $g$ , tal que alguns dos seus amigos trabalharam  $g$ .
- c. A Ana correu mais depressa do que o grau máximo  $g$ , tal que muitos dos outros atletas correram  $g$ -depressa.

(48a) não capta o significado de (47a) já que indica que o Paulo é mais alto do que o grau (máximo) de altura que é comum a todos os seus colegas, podendo, portanto, ser o grau de altura do mais baixo, no caso de todos não terem a mesma altura. Para a frase ser verdadeira, Paulo precisa ser um grau de altura superior ao de qualquer um dos seus amigos, não importando a altura deles. Isso é obtido se for assumido que os quantificadores têm escopo sobre o operador *Max*, através de uma regra de alçamento obrigatório:

- (49) a. Para todo o colega do Paulo existe um grau máximo de altura  $g$ , tal que o Paulo é mais alto do que  $g$ .
- b. Alguns dos colegas do Paulo trabalharam até um grau máximo  $g$ , tal que o Paulo trabalhou mais do que  $g$ .
- c. Muitos outros atletas correram depressa no grau máximo  $g$ , tal que a Ana correu mais depressa do que  $g$ .

Apesar de conseguir captar as condições de verdade das sentenças, Schwarzschild & Wilkinson (2002) apresentaram alguns argumentos mostrando que o

alçamento dos quantificadores que ocorrem na oração comparativa é um passo indesejável. S & W apresentam o contra-argumento a partir das idéias de Larson (1988). Para estes os quantificadores e os elementos Wh (Qu) sofrem as mesmas restrições de movimento, logo, os quantificadores sob escopo do operador comparativo não podem ser alçados porque haveria violação de ilha:

- (50) a. \* [Which bird]<sub>i</sub> are you taller than t<sub>i</sub> was?  
*[Qual pássaro] é você maior do que t era?*
- b. \* She asked who was richer than who else was.  
*Ela perguntou quem era mais rico do que quem mais era.*

Se essa assunção é verdadeira não há garantias de que os quantificadores tenham escopo fora de *than*. Em outras palavras, se os quantificadores não podem ser movidos de sua posição original, de dentro da oração comparativa, porque isso gera resultados negativos como os de (50), é porque eles de fato são interpretados *in situ*. Veja que em (51) o quantificador *most of his children* precisa ser alçado para termos a interpretação pretendida por Stechow, notando que ele precisa passar por cima de dois *than* e sair de dentro da oração conjuntiva.

- (51) a. Alice is richer than George was and than most of his children will ever be.  
*A. é mais rica do que G. era e do que a maioria dos seus filhos jamais serão.*
- b. [most of his children]<sub>i</sub> [Alice is richer than George was and than t<sub>i</sub> will ever be].

Dado que em análises como a de Stechow (1984), o quantificador precisa ser alçado de sua posição original, é necessário assumir uma regra obrigatória de alçamento, que viola regras de movimento. Além disso, esta proibição precisa ser relaxada para casos como:

(52) a. Lucy paid more for her suit than they both paid in taxes last year.  
*L. pagou mais por seu casaco do que eles ambos pagaram em impostos no último ano.*

b. It is colder in Stony Brook today than it usually is in New Brunswick.  
*Está mais frio em SB hoje do que usualmente está em NB.*

(52a) pode ser verdadeira até mesmo se não há uma quantidade única que eles pagaram de imposto, isto é mesmo que cada um deles tenha pago uma quantidade diferente. Do mesmo modo, (52b) poderia ser verdadeira até no caso provável que não há uma temperatura única (grau de frio) que caracteriza New Brunswick a maioria do tempo.

A legitimação de NPIs também fornece uma importante evidência contra o alçamento da oração comparativa como propõe Stechow. De acordo com a teoria de Ladusaw (1979 *apud*: Stechow, 1984) NPIs precisam estar sob o escopo imediato dos seus licenciadores: “dado que NPIs são licenciados para ocorrer em orações comparativas, e dado que sua ocorrência requer um licenciador com escopo mais alto, pareceria se seguir que orações *than* de fato estão no escopo semântico do comparativo” (S & W, 2002; p. 8).<sup>21</sup> Isso claramente avaliza a crítica que S & W desenvolvem contra o modelo de Stechow, argumentando contra o artifício de mover constituintes de dentro da oração comparativa complemento de *than (do que)*, sejam estes constituintes NPIs ou quantificadores, porque se fosse esse o caso, o item de polaridade não estaria mais diretamente ligado ao licenciador (em forma lógica).

---

<sup>21</sup> “Since NPIs are licenced to occur in comparative *than*-clauses, and since their occurrence requires a scopally higher licencer, it would seem to follow that *than*-clauses in fact do lie in the semantic scope of the comparative”.

## 2.2.2 Ambigüidade entre o grau máximo e o mínimo

Esse tipo de ambigüidade é gerado pela presença de operadores modais em construções comparativas. Marques dá exemplos de alguns autores que observaram este tipo de ocorrência. Temos o exemplo (53a), creditado a Rullmann (1995), que pode ser interpretado tanto como (53b) quanto como (53c):

- (53) a. The Helicopter was flying less high than a plane can fly.  
*O helicóptero estava voando menos alto do que um avião pode voar.*
- b. O helicóptero voava a uma altitude inferior à altitude mínima que um avião pode voar.
- c. O helicóptero voava a uma altitude inferior à altitude máxima que um avião pode voar.

Outro exemplo é apresentado por Meier (2002 *apud*: Marques, 2003). Imagine uma rodovia onde o limite mínimo de velocidade é de 45 mph e o máximo é de 65 mph. Chuck está dirigindo a 56 mph, ou seja, acima do mínimo e abaixo do máximo. Vejamos a sentença (54):

- (54) Chuck está dirigindo mais rápido do que ele é permitido dirigir.

De acordo com a representação em (55), a sentença em (54) é verdadeira mesmo que ele esteja dirigindo acima de 65 mph, o que é uma conclusão indesejável neste contexto.

- (55) [the d: Chuck é d-rápido] >  
MAX{d:  $\exists w[\text{Acc}(w) \ \& \ \text{Chuck é d-rápido em } w]$ }

Marques apresenta outros exemplos de Rullman (56a) e de Meier (56bc) em que há a consideração apenas do grau mínimo:

- (56) a. Students live on less money than a professor can live on.  
*Estudantes vivem com menos dinheiro do que um professor pode viver.*
- b. My bicycle was less expensive than any car.  
*Minha bicicleta era menos cara do que qualquer carro.*
- c. Yesterday, Jim jumped less far than he ever jumped before.  
*Ontem, J. pulou menos longe do que ele nunca pulou antes.*

Portanto, para a representação das condições de verdade das sentenças apresentadas nesta seção seria necessário, se for desejável a manutenção da hipótese do grau máximo, a reformulação da semântica do operador de tal forma que ela levasse em conta também o grau mínimo, quando frente a sentenças que exigissem levar em conta esse fato. É essa a reformulação que Marques irá propor.

### 2.2.3 Comportamento Monotônico das Sentenças Comparativas

Alguns autores como Smessaert (1996), Hendriks (1995) e S & W (2002) observaram o comportamento das construções comparativas em relação às propriedades de monotonia. O tema está longe de possuir alguma unanimidade em relação à *than*-clause. O objetivo de Marques, ao discutir esse tópico, será mostrar, mais uma vez, que a hipótese do grau máximo não descreve adequadamente o comportamento da *than*-clause.

Há exemplos, como o que Hoeksema (1983) apresenta, que parecem assegurar a hipótese de que a oração comparativa é um contexto de monotonia/acarretamento descendente:<sup>22</sup>

- (57) Lilly is nastier than I expected or you expected.  
*A Lilly é mais malvada do que eu ou você esperávamos.*
- Lilly is nastier than you expected.  
*A Lilly é mais malvada do que você esperava.*

<sup>22</sup> Estarei usando as expressões “monotonia” e “acarretamento” como sinônimas.

Há ainda a evidência apresentada por exemplos como os de (58) onde temos a presença de NPIs, que como já vimos só são licenciados em contextos de monotonia decrescente; além disso esses contextos também impedem a ocorrência de itens positivos como *already* em (58b):

- (58) a. John is richer than Bill will *ever* be.  
*J. é mais rico do que B. nunca será.*
- b. \* He has got less support than you *already* have.  
*Ele teve menos suporte do que você já teve.*

Estes dados estão de acordo com a hipótese do grau máximo, visto que o operador *Max* gera um contexto de monotonia decrescente. Isso leva a generalização de que qualquer construção comparativa seja um contexto de tal ordem. Entretanto há autores que discordam de tal afirmação.

S & W (2002) defendem que a oração comparativa é contexto de monotonia crescente, com base em exemplos como:

- (59) a. # João é mais rico do que pelo menos 4 dos meus parentes eram.  
→ João é mais rico do que exatamente 7 dos meus parentes eram.
- b. # Meu carro é mais pesado do que algum elefante nesta sala.  
→ Meu carro é mais pesado do que quase todo elefante nesta sala.

Os acarretamentos em (59) não são intuitivamente válidos, mas deveriam ser se a proposta de Stechow estivesse correta. Por outro lado, em contextos genuínos de acarretamento descendente os acarretamentos são reversos, ou seja, ascendentes. Veja-se (60). O que seria de se esperar era que algo similar a (60) ocorresse em (59), isto é, as setas deveriam ser invertidas. Isto leva os autores à conclusão que comparativos não são monotônicos decrescentes.

- (60) a. Não é verdade que pelo menos 4 dos meus parentes são ricos.  
→ Não é verdade que exatamente 7 dos meus parentes são ricos.
- b. É impossível que algum elefante nesta sala esteja bêbado.  
→ É impossível que quase todo elefante nesta sala esteja bêbado.

Mas para Marques há exemplos como (59) que não confirmam a hipótese daqueles:

- (61) É mais fácil correr do que nadar.  
→ É mais fácil correr do que nadar depressa.

Hendriks e Smessaert, por outro lado, defendem que estas propriedades dependem do tipo de operador comparativo. Haverá um contexto de monotonia decrescente em comparativas de superioridade, um contexto de monotonia crescente em comparativas de inferioridade e não haverá monotonia em comparativas de igualdade. Isso fica atestado por exemplos como (62) a (65):

- (62) Vieram mais professores do que estudantes.  
→ Vieram mais professores do que estudantes de física.
- (63) Vieram menos professores do que estudantes de física.  
→ Vieram menos professores do que estudantes.
- (64) Vieram tantos professores estudantes.  
-/> Vieram tantos professores como estudantes de física.
- (65) Vieram tantos professores como estudantes de física.  
-/> Vieram tantos professores como estudantes.

Assim, Marques comenta:

“Estes dados são problemáticos para as hipóteses do grau máximo e de quantificação universal sobre graus, uma vez que estas levam à previsão de que o constituinte *o que* X seja um contexto de monotonia decrescente em qualquer construção comparativa. Ainda assim, há a ter em conta que os dados apresentados em [62]-[65] dizem respeito a construções comparativas que se situam no âmbito da quantificação nominal descontínua e não é dado por adquirido que estas construções sejam passíveis da mesma análise que construções comparativas no âmbito da quantificação escalar” (Marques, 2003; p. 159).

Como os dados (60-63) são estruturas de quantificação nominal, poderia ser afirmado que eles não apresentam problemas reais para as hipóteses de Cresswell e Stechow, já que não é “dado por adquirido que estas construções sejam passíveis da mesma análise que construções comparativas no âmbito da quantificação escalar” (id.; ib.). Entretanto, há dados que mostram que podemos ter acarretamento crescente também com adjetivos, que são escalares:

(66) A esta latitude, é mais difícil nevar do que chover copiosamente.  
→ A esta latitude, é mais difícil nevar do que chover.

(67) É menos provável que haja um golpe de estado do que haja eleições antecipadas.  
→ É menos provável que haja um golpe de estado do que haja eleições.

Os raciocínios acima são logicamente válidos, se é mais difícil nevar do que chover copiosamente, é válido pensar que é mais difícil nevar do que chover. Para que (66-67) sejam um contexto de monotonia decrescente teríamos que inverter as setas, já que as primeiras sentenças são mais informativas que as segundas (cf. definição (19) e (20) 2.2.2).

Podemos ter também contextos de monotonia decrescente:

(68) A esta latitude, é mais fácil nevar do que chover.  
→ A esta latitude, é mais fácil nevar do que chover copiosamente.

(69) É menos improvável que haja um golpe de estado do que haja eleições.  
→ É menos improvável que haja um golpe de estado do que haja eleições antecipadas.

Marques questiona-se sobre a razão dessa diferença de comportamento e conclui que “a resposta a esta questão parece ser a de que o tipo de monotonia que se observa no constituinte *o que X* é determinado pela combinação do operador comparativo e do adjetivo” (Marques, 2003; p.169). Encerra a discussão com o resumo descritivo que

transcrevemos abaixo, afirmando que nenhuma das análises existentes permite descrever os dados descritos no item (b) abaixo:

- “(a) Em construções comparativas no âmbito da quantificação nominal descontínua, o constituinte *o que X* será um contexto de monotonia crescente, decrescente ou um contexto não monótono, dependendo de ocorrer, respectivamente, numa construção comparativa de inferioridade, de superioridade ou de igualdade.
- (b) Em construções comparativas no âmbito da quantificação escalar,
- (i) a posição de sujeito da oração relativa de grau é um contexto de monotonia crescente ou decrescente, dependendo de factores exteriores à seqüência, tais como as propriedades de monotonia do operador comparativo e do adjetivo;
  - (ii) a posição de predicado da oração relativa de grau é um contexto de monotonia decrescente, independentemente das propriedades de monotonia do operador comparativo e do adjetivo.” (id.; p. 171).

Ou seja, é preciso uma pesquisa mais cuidadosa sobre o tema. Já que algumas abordagens não deixam claro qual argumento da oração se o da direita ou da esquerda estão envolvidos na monotonia ou se ambos, no caso de S & W (2002), por exemplo. No capítulo três voltaremos a esse tema.

#### 2.2.4 Legitimação de NPIs

Assim como na língua inglesa e em outras, no português também temos a ocorrência de NPIs em construções comparativas:

- (70) a. O Paulo correu mais/menos depressa do que **nunca**.
- b. O Paulo sabe isso melhor do que **ninguém**.
- c. Não era isso que ele tinha em mente, mas é melhor do que **nada**.

Como já vimos, há algumas hipóteses na literatura para o licenciamento deste tipo de sintagma em construções comparativas. Marques trata de duas em particular, o licenciamento por operador monótono decrescente (presente nas propostas de Stechow e Cresswell) e licenciamento por negação (presente em Seuren).

Nas abordagens de Stechow (1984) e Cresswell (1976) a possibilidade de ocorrência de NPIs é explicada, pelo primeiro via o operador de maximalidade, e por este último via quantificação universal de graus. O contra-argumento principal foi visto na seção anterior, não há garantias de que a oração comparativa seja sempre um contexto de monotonia decrescente. Disso decorre a conclusão de Marques que acredita que não há então uniformidade nas análises de sentenças com e sem NPIs. Vejamos porquê.

Em Stechow se assume que os NPIs são interpretados sob o escopo de um operador sobre graus. (71a) é interpretada então como (71b), que pode ser lida grosso modo como existe um grau em que Maria trabalha que é maior do que o grau máximo em que alguém trabalha.

(71) a. A Maria trabalha mais do que ninguém.

b.  $\exists g' [\text{trabalha}'(m, g') \wedge [g' > \text{MAX} (\lambda g [\exists x [\text{pessoa}'(x) \wedge \text{trabalha}'(x, g)]])]]$

Ao ser invertida a relação de escopo entre o operador *Max* e o sintagma negativo, teremos a interpretação em que ela trabalha mais do que alguém, que não é o significado de (69a):

(72)  $\exists g' [\text{trabalha}'(m, g') \wedge \exists x [\text{pessoa}'(x) \wedge \text{trabalha}'(x, g)]]]$

O problema surge quando temos uma negação na frase matriz, como em (73a). A relação de escopo entre o quantificador existencial correspondente ao sintagma negativo e o operador de maximização não é a mesma que ocorre na sentença (71a). Para atingirmos a interpretação intuitiva, é falso que Maria trabalhe mais do que pelo menos uma pessoa, a representação correta seria (73b), em que o quantificador existencial do

sintagma negativo possui escopo sobre o *Max*. Se tivermos o inverso, onde o operador de maximização tem escopo sobre o quantificador existencial do sintagma negativo (73c), a interpretação é que Maria não trabalha mais do que todos.

(73) a. A Maria não trabalha mais do que ninguém.

b.  $\neg \exists g' [\text{trabalha}'(m, g') \wedge \exists x [\text{pessoa}'(x) [g' > \text{MAX}(\lambda g [\text{trabalha}'(x, g)])]]]$

c.  $\neg \exists g' [\text{trabalha}'(m, g') \wedge [g' > \text{MAX}(\lambda g [\exists x [\text{pessoa}'(x) \wedge \text{trabalha}'(x, g)])]]]$

A conclusão inevitável é de que as relações de escopo entre o sintagma negativo e o operador de maximização não é uniforme quando temos uma sentença com oração matriz afirmativa ou quando esta é negada. Isso não ocorre em sentenças sem NPIs (74), interpretadas como (75a) e (75b), respectivamente:

(74) a. A Maria trabalha mais do que alguém?!

b. A Maria trabalha mais do que toda a gente.

(75) a.  $\exists g [\text{trabalha}'(m, g) \wedge \exists x [\text{pessoa}'(x) \wedge [g > \text{MAX}(\lambda g' [\text{trabalha}'(x, g')]])]]]$

b.  $\exists g [\text{trabalha}'(m, g) \wedge \forall x [\text{pessoa}'(x) \rightarrow [g > \text{MAX}(\lambda g' [\text{trabalha}'(x, g')]])]]]$

Ao ser inserida uma negação na oração matriz, como em (76), não precisamos alterar as relações de escopo entre os elementos para atingir a interpretação desejada (77). Ou seja, é falso que existe um grau em que Maria trabalhou que seja maior do que o grau máximo que alguém tenha trabalhado, para (77a), e é falso que exista um grau em que Maria tenha trabalhado que seja maior do que o grau máximo que todos trabalharam, para (77b).

- (76) a. A Maria não trabalha mais do que alguém?!
- b. A Maria não trabalha mais do que toda a gente.

- (77) a.  $\neg \exists g' [\text{trabalha}'(m, g') \wedge \exists x [\text{pessoa}'(x) \wedge [g' > \text{MAX}(\lambda g [\text{trabalha}'(x, g)])]]]$
- b.  $\neg \exists g' [\text{trabalha}'(m, g') \wedge \forall x [\text{pessoa}'(x) \rightarrow [g' > \text{MAX}(\lambda g [\text{trabalha}'(x, g)])]]]$

Dados estes que confirmam a não uniformidade da análise de Stechow. A mesma argumentação se aplica a Cresswell.

Há também uma segunda hipótese para o licenciamento de NPIs levantada por Seuren (1973). Para este, a análise das construções comparativas envolve uma negação implícita. Neste modelo, (78a) é analisada como (78b):

- (78) a. João é mais alto do que Pedro.
- b.  $\exists e: \text{extensão} [\text{João é alto a e} \wedge \neg [\text{Pedro é alto a e}]]$

O licenciamento de NPIs então é explicado via operador de negação. Entretanto, como vimos (2.1.2) esta abordagem legitima inferências do tipo (79), repetida aqui por conveniência, visualizadas pela formalização em (80):

- (79) a. João é mais gordo do que Pedro.
- b. João é mais gordo do que todos.
- (80) a.  $(\exists d) [\text{João é } \geq \text{d-gordo} \ \& \ \sim(\text{Pedro é } \geq \text{d-fat})]$
- b.  $(\exists d) [\text{João é } \geq \text{d-gordo} \ \& \ \sim(\text{todos são } \geq \text{d-gordos})]$

Marques ainda aponta que não é claro como se pode representar, neste modelo, a interpretação diferencial quando da presença de sintagmas de medida. Além disso, não

há isomorfia na interpretação de comparativas de superioridade e inferioridade, como se observa pelos exemplos em (81) e a respectiva representação em (82):

(81) a. Jim is less tall than Joe.  
*Jim é menos alto do que Joe.*

b. Joe is taller than Jim.  
*Joe é mais alto do que Jim.*

(82) a.  $\exists e [\neg [\text{Jim is } e\text{-tall}] \wedge [\text{Joe is } e\text{-tall}]]$

b.  $\exists e [[\text{Joe is } e\text{-tall}] \wedge \neg [\text{Jim is } e\text{-tall}]]$

O trabalho de Marques caminha agora para tentar superar as dificuldades que essas teorias apresentam e que foram sumarizadas nesta e nas seções precedentes (2.2.1-4).

#### 2.2.5 A Reformulação do Operador de Maximalidade

A proposta de Marques possui três características principais, a reformulação da noção do operador de maximalidade, para dar conta da ambigüidade entre um limite máximo e um mínimo, a assunção de que há uma negação implícita para legitimar a ocorrência de NPIs, que como vimos também é um fenômeno que ocorre na Língua Portuguesa, e a interpretação de quantificadores no sintagma comparativo *in situ*. O autor defende a hipótese de Russell (1905), de acordo com a qual o sintagma comparativo identifica uma descrição definida de grau.

Faz uma divisão entre dois modos de quantificação sobre graus, a referencial quando temos apenas um grau, e a quantificacional, quando existem mais de um grau na oração comparativa, aquela corresponde a (83) e esta a (84):

(83) O Paulo é mais alto do que o Nuno.

(84) O Paulo é mais alto do que todos os seus colegas.

Para ele as comparativas são estruturas de quantificação existencial, assim, estruturas simples como (83) são representadas, dentro do quadro da DRT, como (85), o que corresponderia a algo como (86):

(85) 

x, y, d, d'
Paulo (x)
Nuno (y)
x is d-tall
y is d'-tall
d > d'

(86)  $\exists d \exists d' [[\text{tall}(p,d) \wedge \text{tall}(n,d')] \wedge [d > d']]$

(86) em prosa diz que existe um grau de altura que Paulo possui, um grau que Nuno possui e o grau de altura do Paulo é maior do que de Nuno.

Entretanto, este tratamento encontra dificuldades para sentenças onde não há apenas um grau na sentença comparativa, mas vários:

(87) a. O Paulo é mais alto do que os irmãos dele.

b. O Paulo é mais alto do que a Ana ou a Rita.

c. A economia estava mais forte do que nunca.

Como já notamos, estas construções são problemáticas para a hipótese de Russell de que o constituinte *do que* identifica um grau específico porque (85a) pode ser verdadeira sem que os irmãos de Paulo tenham a mesma altura, o mesmo vale para (87b) que não implica que Ana ou Rita possuam o mesmo grau de altura. Apesar disso, Marques vai manter a hipótese da descrição definida, mas reformulada a partir da

hipótese do operador de maximização de Stechow. Vejamos então como Marques analisa este tipo de construção.

Se (88a) for analisada conforme a fórmula (88b), não atingiremos as condições de verdade pretendidas:

(88) a. O Paulo é mais alto do que muitos outros jogadores.

b.  $\exists d \exists d' [ [ [ \text{tall}(\text{paulo}, d) \wedge [d > d'] ] \wedge [ (\text{tall}(\text{muitos outros jogadores}, d') ) ] ] ] ]$

Como há apenas um único grau que identifica a altura dos jogadores, indicando que Paulo é mais alto do que esse grau, (88b) não capta que eles podem ter alturas diferentes.

Como solucionar o problema da interpretação dos quantificadores na oração comparativa sem assumir que eles sejam alçados de sua posição, mantendo a hipótese da descrição definida de graus? (cf. 2.21 para os problemas que isso acarreta).

O primeiro passo é a reformulação da noção do operador de maximalidade de Stechow. Para este o constituinte *o que x* identifica “o grau máximo que é atingido”. Como há apenas um grau específico, quando tivermos a presença de quantificadores eles deverão ser alçados para termos a interpretação desejada. Assim (89a) corresponderia de modo simples a paráfrase em (89b) nessa visão:

(89) a. O Paulo é mais alto do que todos os irmãos dele.

b. Para todo irmão de Paulo, Paulo é mais alto que o grau máximo que eles têm.

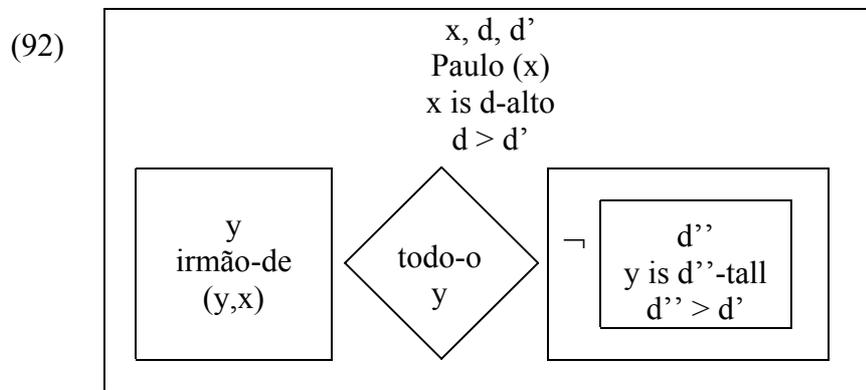
Marques então reformula a noção de Stechow pela equivalente, “o grau mínimo que não é ultrapassado”; o que permite interpretar os quantificadores sem usar movimento. Esse passo pode ser visto pelas paráfrases equivalentes em (90):

- (90) a. o grau de altura do Paulo é superior ao grau mínimo que a altura dos seus irmãos não ultrapassa.
- b. O Paulo é mais alto do que o grau mínimo g, tal que todos os seus irmãos não são mais altos do que g.

Veja que utilizar o grau mínimo impõe a presença da negação na sentença comparativa.

Deste modo teríamos uma representação equivalente a (91) e a DRS em (92):

$$(91) \exists d \exists d' [ [ \text{tall}(p,d) \wedge [d > d'] ] \wedge \forall x [ \text{irmão}(x, p) ] \rightarrow \exists d'' [ \text{tall}(x,d'') ] [d'' > d'] ]$$



Em prosa, (91) e (92) dizem que o Paulo é mais alto do que um grau  $d'$  e para todos os irmãos do Paulo, não existe um grau maior do que  $d'$  que corresponda a sua altura. Ou seja, o Paulo é mais alto do que um grau  $d'$ , tal que os irmãos dele não são (mais altos do que  $d'$ ).

Veja que em (90) temos a introdução de dois elementos não verbalizados, a negação ( $\neg$ ) e outra condição de ordenação de graus ( $>$ ). Esse tipo de representação tem a vantagem de permitir uma maior isomorfia entre comparativas de superioridade e inferioridade, já que a única alteração seria a inversão da ordenação de graus, como pode ser checado em (93), a forma lógica para uma frase como *Paulo é menos alto do que todos os seus irmãos*:

$$(93) \exists d \exists d' [ [ [ \text{tall}(p,d) \wedge [d < d'] ] \wedge \forall x [ \text{irmão}(x, p) ] ] \\ \neg \exists d'' [ \text{tall}(x,d'') ] [d'' < d'] ]$$

Como visto, a idéia de que os comparativos envolvem uma negação implícita foi proposta já por Seuren (1973) e já notamos que tanto Stechow quanto Marques apresentaram algumas das conseqüências indesejáveis daquele tipo de tratamento. Marques mostra que na sua abordagem as inferências problemáticas para a hipótese de Seuren não são válidas no seu modelo:

(94) a. O Paulo é mais alto do que alguns colegas dele.

b. O Paulo é mais alto do que todos os colegas dele.

(95) a. o Paulo é mais alto do que um grau *g* e alguns colegas dele não são [mais altos do que *g*]

b. o Paulo é mais alto do que um grau *g* e todos os colegas dele não são [mais altos do que *g*]

A sentença (95a), *O Paulo é mais alto do que um grau e alguns colegas dele não são*, não implica a sentença *O Paulo é mais alto do que um grau todos os colegas dele não são mais altos do que esse grau*. Portanto, a negação não apresenta problema para esta abordagem.

Se usarmos apenas a duplicação da ordenação ou apenas a negação, as condições de verdade desejadas não são captadas, como pode ser atestado abaixo:

$$(96) \exists d \exists d' [ [ [ \text{tall}(p,d) \wedge [d > d'] ] \wedge \forall x [ \text{irmão}(x, p) ] ] \\ \exists d'' [ \text{tall}(x,d'') ] [d'' > d'] ]$$

$$(97) \exists d [ [ [ \text{tall}(p,d) \wedge [d > d'] ] \wedge \forall x [ \text{irmão}(x, p) ] ] \\ \neg \exists d' [ \text{tall}(x,d') ] ]$$

(96) nos diz que Paulo é mais alto do que d' e todos os seus irmãos são mais altos do que d', ou seja, apenas diz que Paulo e seus irmãos são mais altos do que um grau d', não estabelecendo a relação de superioridade e inferioridade desejada, que Paulo é mais alto do que seus irmãos e que seus irmãos são mais baixos do que ele. (97), por outro lado, onde há apenas a negação e não há a duplicação do (>), indica apenas que o Paulo é mais alto do que um grau d' tal que seus irmãos não possuem esse grau d'. Aparentemente isso não é problema, já que há pelo menos um grau de diferença entre a altura de Paulo e de seus irmãos. Mas, sem o segundo (>) não há como haver um paralelo entre as comparativas de superioridade e inferioridade. (98) é a representação de *Paulo é menos alto do que seus irmãos*:

$$(98) \exists d [ [ [ \text{tall} (p,d) \wedge [d < d'] ] \wedge \forall x [ \text{irmão}(x, p) ] \rightarrow \exists d' [ \text{tall} (x,d') ] ] ]$$

(98) diz que há um grau de altura que Paulo tem que é inferior ao grau de altura que seus irmãos não têm. Uma falsidade, já que ele não pode ser menor do que um grau que seus irmãos não possuam.

Assim, Marques (2003; p. 209) conclui que:

“se a semântica de construções comparativas envolver negação e duplicação da condição de ordenação de graus, nenhum destes problemas se coloca, uma vez que construções comparativas de superioridade e de inferioridade se distinguirão apenas por envolverem ordenações de grau inversas, pelo que é possível um tratamento o mais uniforme possível dos dois sub-tipos de construção, e é exigido que exista uma diferença de pelo menos um grau, e não dois, para que as representações semânticas sejam verificadas.

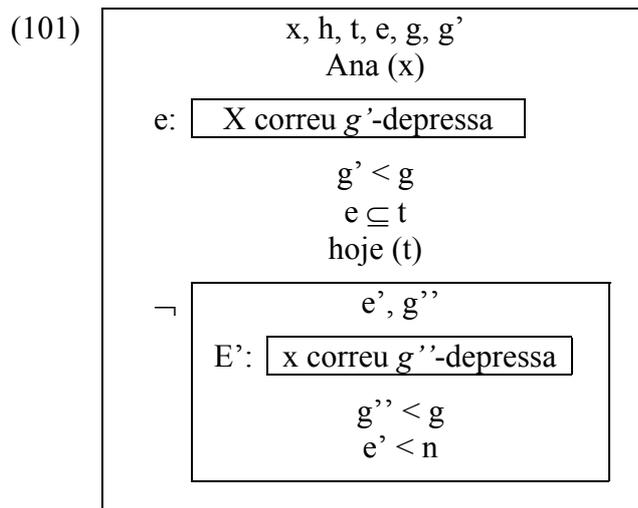
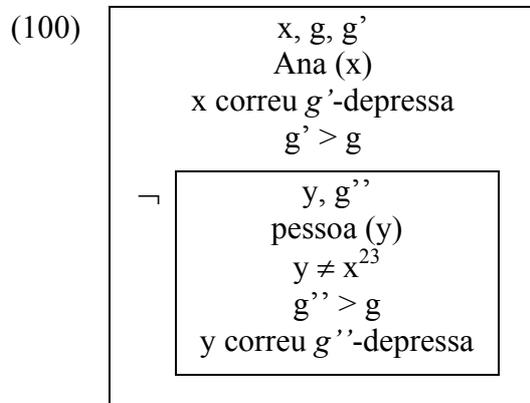
Assim, há uma dependência mútua da negação e da duplicação da condição de ordenação de graus, já que a consideração de apenas um destes factores gera resultados indesejáveis”.

Posto que há a necessidade de uma negação, a legitimação de NPIs, será facilmente explicada.

(99) a. A Ana correu mais depressa do que ninguém.

b. Hoje, A Ana correu menos depressa do que nunca.

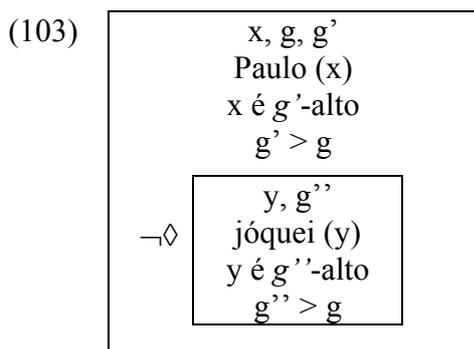
(99a) interpretada como (100) pode ser lida como indicando que a Ana correu mais depressa do que um grau  $g$  e que não há uma outra pessoa que tenha corrido mais depressa do que  $g$ . (99b) como (101) noz diz que Ana correu menos do que um grau  $g$  e que não há um evento anterior em que tenha corrido menos do que esse grau. Um tratamento adequado, sem legitimar inferências indesejáveis como (95), que seriam geradas pelo modelo de Seuren.



<sup>23</sup> Esta condição é inserida por pressuposição. Se não existisse esta condição, a frase significaria que a Maria correu mais depressa do que qualquer pessoa, incluindo ela própria, o que é incongruente.

Outra questão importante é o tratamento das ambigüidades geradas por contextos modais. Neste ponto, entra em questão a consideração do grau máximo ou mínimo. Para Marques, sua abordagem pode facilmente representar sentenças como (102), interpretada como (103):

(102) O Paulo é mais alto do que um jóquei pode ser.



Em prosa (103) significa que o Paulo é mais alto do que um grau  $g$  e que não é possível um jóquei ser mais alto do que  $g$ . Captando, então, a interpretação intuitiva de que o Paulo é mais alto do que o grau máximo de altura que um jóquei pode ter. E sobre o tratamento de ambigüidades como (104), já apresentadas anteriormente?

- (104) a. The helicopter was flying less high than a plane can fly.  
*O helicóptero estava voando menos alto do que um avião pode voar.*
- b. Lucinda is driving less fast than she is allowed on this highway.  
*Lucinda está dirigindo menos rápido do que é permitido nessa pista.*

Segundo o autor essa ambigüidade pode ser descrita invertendo-se as relações de escopo entre o operador modal e a negação:

- (105) a. o helicóptero voava a uma altitude inferior a  $g$  e não é possível um avião voar a uma altitude inferior a  $g$ .
- b. o helicóptero voava a uma altitude inferior a  $g$  e é possível um avião não voar a uma altitude inferior a  $g$ .

“Se a relação de escopo entre o operador modal e a negação for a que é indicada em (105a), a frase terá a leitura de grau mínimo, mas terá a leitura de grau máximo se a relação de escopo for a indicada em (105b). Ou seja, (105a) indica que o helicóptero voava abaixo do grau mínimo de altitude a que um avião pode voar e (105b), em que o operador modal tem escopo sobre a negação, indica que o helicóptero voava a um grau de altitude inferior a um grau *g*, tal que um avião pode não voar abaixo desse grau; isto é, indica que o helicóptero voava abaixo de um grau de altitude que um avião pode atingir, que pode ser o grau máximo” (Marques, 2003; p. 238).

Logo, a abordagem dele permite descrever a ambigüidade problemática para Stechow, sem mais problemas.

Como o autor bem observa, sua tese contribui no sentido de resolver os problemas gerados por outros tipos de abordagens: a hipótese de Stechow, que necessitava da subida obrigatória do quantificador; explica a legitimação de NPIs; além da vantagem da interpretação dos quantificadores *in situ*. O problema que podemos apontar, e que o próprio autor reconhece, é a falta de evidência empírica para justificar a presença da duplicação do operador comparativo, além da estrutura semântica proposta por ele não possuir espelhamento estrito com a estrutura sintática, já que não parece haver evidências para que exista uma negação implícita nestas construções, embora haja evidências históricas da negação (veja também Vogt (1977)):

“perante a complexidade das estruturas sintáticas requeridas para uma computação composicional e directa de significado, chegou-se à conclusão de que, no estado actual do conhecimento, seria preferível optar pela construção de representações semânticas a partir de uma sintaxe não completamente especificada. De facto, no sistema aqui proposto não é observada uma correspondência directa entre os constituintes sintáticos, verificando-se, nomeadamente, a introdução, na representação semântica, de informação que não tem correlato directo na estrutura sintáctica de entrada” (Marques, 2003; p. 298).

Mesmo resolvendo os problemas a que se propõe, falta-lhe a evidência de que a estrutura postulada tenha plausibilidade empírica já que não há língua natural que apresente uma estrutura do tipo (106) que seria a forma lógica da sentença *Pedro é mais alto que João*, o que é, até onde sabemos, um resultado indesejável.

(106) Pedro<sub>i</sub> é mais alto do que João é mais (alto do que ele<sub>i</sub> não é alto).

### 2.3 CONCLUSÃO

Resumindo, ao longo deste capítulo apresentamos duas abordagens em particular: Stechow (1984) e Marques (2003). Estas propostas possuem duas características particulares, assumem a hipótese de Russell de que o elemento *do que* identifica uma descrição definida de graus e defendem que suas propostas podem ser estendidas ao tratamento de outras estruturas comparativas que não envolvem adjetivos, estas seu principal objetivo. Na discussão das duas propostas também foram apresentadas críticas que os autores fazem a outras propostas para argumentar em favor das suas em específico referenciando a motivação para este ou aquele artifício semântico/sintático, como movimento de constituintes no caso de Stechow, ou da reformulação do operador de maximalidade no caso de Marques. As propostas dão conta dos dados que se propõem a analisar. Entretanto, ao modelo de Stechow foram apresentadas críticas em relação ao alçamento da oração comparativa (S & W, 2002) e ao tratamento da negação (Marques, 2003). A proposta de Marques também dá conta dos dados relevantes, mas falta-lhe evidências empíricas para argumentar que a estrutura sintática que assume seja de fato válida, o mesmo valendo para suas condições de verdade que assumem uma negação implícita e a duplicação da ordenação de graus (>), que não possui correspondência na estrutura sintática superficial.

O próximo passo do nosso trabalho será delimitar dentro do universo das sentenças comparativas aquelas que serão objeto de um estudo mais cuidadoso. Veremos como as abordagens aqui apresentadas analisariam tais sentenças e que conclusões podemos tirar dos resultados que serão atingidos.

## CAPÍTULO 3

### A COMPARAÇÃO EM ESTRUTURAS COM SINTAGMA VERBAL

No capítulo inicial delimitamos o universo das sentenças comparativas, apresentando algumas definições semânticas e classificações sintáticas; e, no segundo capítulo resenhamos duas abordagens teóricas que julgamos serem centrais - a primeira, de Stechow, por ter se tornado texto já clássico no assunto; a segunda, de Marques, por ser a única tese, até onde sabemos, tratando especificamente dos problemas das sentenças comparativas na língua portuguesa.

O objetivo principal deste capítulo será analisar o comportamento do que chamarei de comparativas verbais que, segundo Marques se classificam em comparativas de quantificação nominal, e de advérbios de quantidade, a fim de verificar se é possível estender essas duas análises aos dados que consideramos relevantes. Lembremos a divisão que Marques propõe entre a quantificação escalar, usada para se referir a comparativas com adjetivos atributivos e predicativos, a quantificação nominal, para referir estruturas comparativas onde se comparam quantidades de coisas, e a quantificação adverbial, sobre verbos. Nossa análise irá mostrar que a classificação de Marques não cobre todos os casos da comparativa verbal.

Além disso, este capítulo mostra algumas evidências de que a comparação no domínio adjetival não possui as mesmas propriedades semânticas que a comparação em outros domínios; indo contra o que é geralmente assumido, se não explicitamente, como em Stechow, implicitamente através da própria análise dos dados, como é o caso de Marques. Para demonstrar essa hipótese de que há propriedades diferentes na comparação adjetival e verbal, trataremos de duas propriedades principais, a

propriedade da monotonia e a da conservatividade. Iremos ainda investigar outras características menos salientes, mas que apontam na mesma direção.

O capítulo está organizado como segue: apresentamos um conjunto de dados que acreditamos precisam de um olhar mais acurado em (3.1); em (3.2) investigamos mais detalhadamente a comparação no domínio verbal, descrevendo paráfrases dessas sentenças e mostrando que elas expressam condições de verdade distintas; a seção (3.3) é dedicada a apresentar como as abordagens de Stechow e Marques (cf. cap 2) poderiam ser ampliadas para tratar das sentenças em questão, com as críticas pertinentes; (3.4) investiga se há diferenças de comportamento em relação às classes acionais dos verbos ; (3.5) enumera algumas diferenças que comparativas com predicados verbais, que inclui a quantificação nominal, possuem em relação às comparativas de quantificação escalar, isto é com adjetivos, olhando para o comportamento monotônico (3.5.1) e para a conservatividade (3.5.2) se considerada uma análise do operador comparativo como um quantificador generalizado; e (3.6) resume os resultados obtidos e aponta futuros desdobramentos.

### 3.1 DELIMITANDO O OBJETO

Como forma lógica para representar a semântica da comparação, a literatura em semântica formal das línguas naturais apresenta, como já vimos nos capítulos anteriores, propostas diversas e divergentes. A maioria dessas propostas concentra-se nas comparativas adjetivais e, depois de construído o modelo, aponta possíveis expansões para estruturas supostamente mais complexas, como a verbal e a nominal, sem, no entanto, levar essa expansão a cabo. Talvez a única exceção seja o trabalho de Stechow que explica os mecanismos para projetar a comparação dos adjetivos para outras

comparativas, em particular a nominal. Saliente-se que ele nada fala sobre as comparativas verbais.

Nestes modelos, como já vimos, são consideradas como estruturas canônicas sentenças do tipo:

- (1) a. João é mais alto do que Pedro.
- b. Maria é tão bonita quanto Marta.
- c. João é mais alto do que gordo.

De estrutura aparentemente simples, a semântica de tais sentenças não é óbvia, em especial quando interagem com outros sintagmas e operadores, que podem ensejar interações de escopo, por exemplo. Vejam-se as sentenças abaixo:

- (2) a. João é dez centímetros mais alto do que Pedro.
- b. João é mais alto do que todos os seus irmãos.
- c. Maria pensa que João é mais alto do que ele é.
- d. É possível que João seja mais inteligente do que Pedro.
- e. João está mais gordo do que nunca.

Estes seriam, seguindo Stechow, os principais fenômenos que uma teoria semântica da comparação precisa explicar: a presença de sintagmas de medida (2a), que geram as chamadas “leituras diferenciais”; a presença de quantificadores no sintagma comparativo (2b); o comportamento da comparação em contextos intensionais (2c); a sua interação com operadores modais (2d); e a legitimação de itens de polaridade negativa (NPIs- Negative Polarity Items) como *nunca* na sentença em (2e). Problemas já abordados no capítulo anterior.

No segundo capítulo vimos como as sentenças do tipo (1-2) são analisadas em dois modelos. Aqui olharemos para sentenças do tipo (3), que não são objeto de estudos desses modelos. Nossa proposta é analisar até onde os modelos apresentados captam as condições de verdade destas sentenças, já que, segundo esses autores, elas seriam passíveis de tratamento similar (veja Cresswell (1976), Stechow (1984) e Marques (2003)). Neste caso, a pergunta é: essas teorias conseguem captar a semântica nas comparativas verbais? Trata-se ainda de investigar se há diferenças de comportamento que podem ser detectadas entre comparativas no domínio adjetival e no verbal. As propriedades semânticas são as mesmas? O papel do operador comparativo de superioridade é idêntico nas duas estruturas? Que tipo de evidência pode ser levantada para sustentar uma resposta negativa?

- (3) a. João comeu mais maçãs do que Pedro.  
b. João mais viaja do que trabalha.  
c. João construiu mais casas do que Maria.  
d. Nenhum brasileiro escalou mais o Everest do que o Waldemar.

Em uma primeira aproximação, acreditamos que as sentenças em (4) podem, no mínimo, apresentar as leituras indicadas em (5), em que elas são parafraseadas numa linguagem que utiliza de eventos<sup>24</sup> na grade temática dos verbos:

- (4) a. O João mais viaja do que leciona.  
b. João trabalhou mais este ano do que seu irmão a vida toda.  
c. Nenhum brasileiro escalou mais o Everest do que o Waldemar.  
d. João telefonou mais à Ana do que à Rita.

---

<sup>24</sup> Estamos assumindo que verbos comportam uma variável de evento, na esteira dos trabalhos de Davidson (1980) e Parsons (1985), sem atentar para a distinção entre tipos de eventualidade. Saliente-se, ainda, que Davidson atribuía a variável de evento apenas para verbos “dinâmicos”, os estativos não tinham tal variável; já Parsons assume que há também uma variável de estado e fala em eventualidades.

- (5) a. A quantidade de eventos de viajar na qual João é agente é maior do que a quantidade de eventos de lecionar na qual João é agente.
- b. A quantidade de eventos de trabalhar na qual João é agente é maior do que a quantidade de eventos de trabalhar na qual seu irmão é agente, nos intervalos de tempo considerados.
- c. É falso que o número de eventos de escalar o Everest em que algum brasileiro é agente é maior do que o número de eventos em que Waldemar é agente.
- d. A quantidade de eventos de telefonar para a Ana na qual João é agente foi maior do que a quantidade de eventos de telefonar para a Rita na qual João é agente.

Mas em pelo menos alguns dos exemplos em (4), temos casos em que há um tipo de “ambigüidade”, gerada por uma certa imprecisão sobre o que está sendo comparado: pode-se estar comparando a quantidade de eventos denotados pelo verbo, ou a quantidade de coisas dada por algum complemento apagado. Este já é um indício de diferença entre a comparação adjetival e a verbal, porque este fato não ocorre nas comparativas adjetivais, que possuem leituras, nesse aspecto, consistentes: trata-se sempre de comparar o grau da propriedade expressa pelo adjetivo. No caso verbal, trata-se efetivamente de mais de uma leitura, dado que podemos ter condições de verdade diversas. Em (6-8) temos uma leitura que corresponde a (b) e outra a (c):

- (6) a. João comeu mais do que Pedro.
- b. João comeu mais (vezes) do que Pedro (comeu x-vezes).
- c. João comeu mais (comida) do que Pedro (comeu x-comida).
- (7) a. João escalou mais árvores do que Pedro.
- b. João escalou mais (vezes) árvores do que Pedro (escalou x-vezes).
- c. João escalou mais árvores do que Pedro escalou (x-árvores).

- (8) a. O João chamou mais o Pedro do que o Paulo.  
b. João chamou mais vezes o Pedro do que (João chamou) o Paulo.  
c. João chamou mais vezes o Pedro do que o Paulo (chamou o Pedro).

Na interpretação (6b), a sentença é verdadeira desde que o número de eventos de comer no qual João é agente seja maior do que o número de eventos de comer no qual Pedro é agente, não importando a quantidade de comida que porventura eles tenham comido. Podemos facilmente imaginar um cenário onde Pedro fez duas refeições durante o dia, almoço e janta, enquanto João tomou café da manhã, almoçou, fez um lanche à tarde e ainda jantou. Mesmo que a quantidade de comida ingerida por Pedro tenha sido maior nas duas refeições não deixa de ser verdade que o número de vezes que João comeu foi maior do que Pedro comeu. Em (6c), temos apenas a leitura de quantidade de comida. Podemos ter o contexto de uma festa e alguém pergunta: *Quem comeu mais bolo do que o Pedro?* E como resposta: *O João comeu mais do que o Pedro.* Mesmo que o Pedro tenha se servido várias vezes, não torna falso que a quantidade de bolo que João comeu tenha sido maior.

Ocorre o mesmo com o exemplo (7). Considerando a interpretação de quantidade de eventos, expressa em (7b), imaginamos um contexto onde João e Pedro são escaladores de palmeiras, e o trabalho é subir nas árvores para retirar os cocos. Dado um período aleatório de tempo  $t$ , não importando a quantidade de árvores na qual João tenha subido, já que ele pode ter escalado três ou quatro vezes a mesma árvore, o número de vezes que ele escalou árvores foi maior do que o Pedro. Digamos que João tenha subido quatro vezes na mesma árvore e Pedro três vezes, uma em cada árvore diferente. A sentença na interpretação (7b) é verdadeira nesta situação. Já com (7c) acontece o oposto: ela é falsa na situação descrita, já que o número de árvores que João

escalou é menor do que o número de árvores que o Pedro escalou. Pedro decidiu subir em uma árvore diferente a cada vez, no final do dia ele subiu em mais árvores do que o João, que adotou a estratégia de subir várias vezes na mesma árvore. Assim, Pedro subiu em três árvores e João subiu quatro vezes na mesma árvore.

Note, por contraste, que a “ambigüidade” presente nos exemplos (6) e (7) não se confunde com aquela presente em (8) que se deve à interpretação do material elidido entre parênteses. Trata-se, portanto, de um fenômeno sintático, já que a resolução do material elidido interfere na interpretação.

Em síntese, pretendemos entender melhor qual é a estrutura comparativa quando a comparação parece se ter como núcleo o verbo. O que Marques chamou de “comparativas quantitativas de advérbios de quantidade”. Em outros termos, nossa análise irá refletir sobre estruturas da forma [ *x VP mais do que ...* ], que são ainda pouco consideradas pela literatura, porque considera-se que elas não são essencialmente diferentes das comparativas adjetivais.

### 3.2 COMPORTAMENTO VERBAL

Vamos olhar mais detidamente para o predicado verbal na interpretação de sentenças comparativas. Primeiro, consideraremos os verbos que não possuem complemento ao menos superficialmente (é sempre possível pensar que sentenças como (9) comportam um nome do tipo “corrida”, essa análise irá se mostrar produtiva na interpretação das comparativas verbais), objeto direto/indireto, como no exemplo (9), e depois analisaremos sentenças que são consideradas como transitivas porque há necessidade de um complemento, como no exemplo (10). Nossa análise e terminologia serão neutras, não assumindo nenhuma teoria sintática em particular.

- (9) João correu mais do que o Pedro.

(10) João estuda mais do que a Maria.

Em (9) temos, aparentemente, um verbo intransitivo e (10), um transitivo; o primeiro não seleciona nenhum tipo de argumento sintático interno, enquanto o segundo é interpretado como tendo um argumento *João estuda alguma coisa mais...* Essa distinção é, no entanto, bastante questionável, uma vez que é possível entendermos (9) como uma estrutura transitiva do tipo *correu uma corrida*, e (10) como uma estrutura intransitiva, no sentido de que *estudar* pode ser referir à atividade de estudar, sem um objeto definido. Veremos que essas possibilidades interferem na interpretação do comparativo.

Tanto (9) quanto (10) são “ambíguos” (ou indeterminados, como talvez fosse melhor dizer). (9) pode ser interpretada como (11a), (11b) e (11c):

- (11) a. O grau/intensidade/velocidade de correr de João é maior do que o grau de correr de Pedro.
- b. A quantidade de eventos de correr em que João é agente é maior do que a quantidade de eventos de correr em que Pedro é agente.
- c. O tempo de corrida de João é maior do que o tempo de corrida do Pedro.

A viabilidade dessas leituras pode ser verificada atentando para as possibilidades de resposta satisfatória para as questões em (12): no contexto de (12a), a interpretação de (9) é (11a); no contexto de (12b) é (11b); e (12c) é (11c):

- (12) a. Quem foi mais rápido do que o Pedro?
- b. Quem treinou mais do que o Pedro esta semana?
- c. Quem correu mais tempo do que o Pedro?

Como dissemos, provavelmente estamos aqui diante de um caso de indeterminação, um conceito que vamos utilizar de maneira intuitiva para indicar o fato de que numa sentença “nua” como (9) o operador comparativo pode estar atuando sobre diferentes variáveis e a determinação de qual de elas está sendo considerada depende do contexto de fala.<sup>25</sup> O que importa notar é que essa indeterminação não ocorre nas comparativas adjetivas (embora elas sejam vagas). A pergunta que se coloca é: afinal o que quer dizer *João correu mais do que o Pedro*? João correu mais corridas do que Pedro? João foi mais veloz do que o Pedro? A intensidade da corrida de João foi maior do que a intensidade da corrida de Pedro? João correu por mais tempo? Dizer simplesmente, como sugere Marques, que o grau da corrida de João é maior do que o grau da corrida de Pedro é, portanto, muito pouco satisfatório.

O mesmo fenômeno ocorre no exemplo em (10) que pode ter uma leitura de intensidade, explicitada em (13), mas pode também ter outras interpretações como veremos adiante:

- (13) A intensidade do estudo de João é maior do que a intensidade do estudo de Maria.

E mesmo com outros exemplos permanece a leitura de intensidade:

- (14) a. João estudou mais lógica do que teoria de conjuntos.  
b. João estudou mais do que viu televisão.

Suponha que João esteja ao mesmo tempo vendo televisão e estudando; logo não se está comparando nem a duração de cada um dos eventos, nem a quantidade de eventos de um e de outro. Nesta situação, compara-se a intensidade com que João realiza cada um desses eventos, um conceito certamente de difícil descrição.

---

<sup>25</sup> A noção de indeterminação está sendo objeto de estudos de Pires de Oliveira, Basso & Mendes de

Por outro lado, ao invés de se estar falando sobre a intensidade do evento de estudar, podemos pensar que a comparação se dá entre quantidades de eventos de estudar e ou ainda entre as disciplinas que são estudadas. Neste caso, o João estudou mais do que o Pedro porque ele fez mais disciplinas. A sentença (14a), por exemplo, pode ser interpretada como (14b) abaixo:

(14') a. O grau em que João estuda lógica é maior do que o grau em que João estuda teoria de conjuntos.

b. O número de eventos de estudar lógica em que João é agente é maior do que o número de eventos de estudar teoria de conjuntos em que João é agente.

Assim, parece-nos, mais uma vez, inadequado pensar apenas em “graus de estudar”; é preciso explicitar o domínio de aplicação do operador. Em termos de descrição semântica, é mais apropriado distinguir diferentes interpretações que as comparativas verbais podem suscitar.

Vejamos o que ocorre quando o complemento argumental é dado explicitamente:

(15) Schumacher venceu mais corridas do que Rubinho, na última temporada.

(16) A Maria leu mais romances que poesias.

Estas duas sentenças podem ser interpretadas como comparando quantidades de “coisas”, mas de um modo ligeiramente distinto: em (15) comparam-se eventos de vencer corrida que, no final das contas, é o mesmo que comparar vitórias de Schumacher e vitórias de Rubinho; neste caso, não parece haver diferença entre contar eventos e contar “objetos”. Assim, em (15) compara-se a quantidade de eventos de vencer corridas por Schumacher, ou as vitórias de Schumacker, com a quantidade de

---

Souza, em preparação.

eventos de vencer corrida por Rubinho, ou vitórias de Rubinho, e afirma-se que aquela é maior que esta. No exemplo (16), pode-se ter uma interpretação em que se comparam eventos de leitura, mas pode-se ainda comparar a quantidade de romances lidos com a quantidade de poesias lidas. Teríamos, ainda que como potencialidade, duas possibilidades de interpretação, como nos exemplos acima de comer e de escalar árvore: na primeira, os eventos de leitura de romance são em maior número do que os eventos de leitura de poesia, sem, no entanto, ser o caso que o número de romances lidos seja maior do que o de poesias. A segunda interpretação é que o número de romances lidos é maior do que o de poesia, embora possa ser o caso que os eventos de ler poesia sejam em maior número. Mas tanto em (15) quanto em (16), parece estranho falar em “intensidade”, já que há, mesmo que não explicitamente, apenas referência a quantidades.

Em resumo, podemos ter casos em que há três interpretações: intensidade, quantidade de objetos e quantidade de eventos, como no caso de *estudar*. Há casos em que a interpretação de intensidade não está disponível, (15) e (16), e casos em que só se está comparando eventos, como (15). Um primeiro problema é como explicar de onde vêm essas interpretações e quais são as restrições que, por exemplo, impedem a leitura de intensidade para (15) e (16). No caso da comparação de objetos, pode-se pensar que os argumentos do operador comparativo são introduzidos pelo objeto e não pelo verbo. Pode-se supor que quando a comparação é quantidade de eventos, temos também um caso de quantificação nominal, desta vez da variável de evento invisível. A definição de uma ou outra dessas interpretações parece ser contextual. Resta, no entanto, entender como explicar a intensidade.

Posto este conjunto de dados e os problemas considerados, olharemos para a interpretação que as teorias de Stechow e Marques nos oferecem. Procurando mostrar como tais abordagens analisariam as sentenças discutidas.

### 3.3 A INTERPRETAÇÃO DE STECHOW E MARQUES

A partir do exposto nas duas seções precedentes, veremos agora como as teorias apresentadas no capítulo anterior, a de Stechow (1984) e a de Marques (2003), analisam as sentenças para as quais buscamos uma explicação. Como o leitor deve ter notado, nenhuma das abordagens se dedica a discutir exemplos de tal natureza, apenas citam alguns exemplos similares. Portanto, estamos nesta seção ampliando a análise desses autores.

Stechow analisa a sentença (17a) como (17c). Defende que seu tratamento dos adjetivos pode ser estendido a outras categorias relevantes como nomes massivos, os plurais e os advérbios. A sentença (17a) possui forma lógica (17b) e as condições de verdade especificadas em (17c):

- (17) a. At least 6 more toads than frogs croak.  
*Pelo menos 6 mais sapos do que rãs coxam.*
- b. [ do que rãs coxam [pelo menos 6 [mais [sapos coxam]]]]
- c. o máximo  $n$  tal que  $\exists X$ [ $X$  é um  $n$ -membro do conjunto das rãs que coxam]  $\lambda d_2$  [ pelo menos 6  $\lambda d_1$  [  $\exists Y$  [  $Y$  é um  $d_1+d_2$ -membro do conjunto dos sapos que coxam ]]]

Em prosa (17c) seria algo como: o número de indivíduos do conjunto dos sapos que coxam é pelo menos 6 a mais do que o número de indivíduos do conjunto das rãs que coxam.

A regra do comparativo para este tipo de construção é similar àquela já apresentada no capítulo anterior (2.1.4), com a diferença que agora ela se aplica a

nomes plurais, tomando como um dos argumentos um predicado verbal, e as variáveis de grau “d” que também podem se referir a quantidades:

$$(18) w \in \parallel \textit{more/er(mais)} \parallel (d_1)(\text{Nome plural})(d_2)(VP) \textit{ sse} \\ \exists X[w \in \text{Npl}(X, d_1 + d_2) \ \& \ w \in \text{VP}(X)]$$

De acordo com essa regra, [*mais sapos*] significa  $\lambda VP [\exists X(X \text{ é um } d_1 + d_2\text{-membro do conjunto dos sapos que } VP)]$ , em outros termos, o número de sapos que coaxam é um tanto a mais do que um outro grau de quantidade. Ou seja, o operador comparativo relaciona quatro argumentos, um conjunto de indivíduos, um predicado, e dois graus, posicionando-os em relação a uma escala determinada, no caso, a escala de indivíduos que coaxam. Veja que essa definição pouco difere da regra estipulada para as estruturas com adjetivos em (42) no capítulo anterior, onde o operador comparativo tem como argumentos, um indivíduo, um predicado adjetival e dois graus. Até este ponto sem problemas, já que adjetivos também são considerados como predicados de indivíduos, assim como os verbos.

Neste caso, a pergunta seria: os verbos também possuem variável de grau e/ou de quantidade (que poderia ser dada pela variável de evento) que precisa ser saturada? Stechow não se coloca essa questão, mas essa parece ser uma possibilidade do seu modelo, já que para ele adjetivos vêm do léxico com uma variável de grau e os nomes com uma variável de quantidade.

Em termos sintáticos, um adjetivo gradual toma como argumentos um grau e um indivíduo. Como vimos na seção (1.2.3), para Kennedy (2004) a variável de grau pode ser saturada contextualmente. Se acreditamos numa isomorfia entre os dois tipos de comparação, os verbos viriam não apenas com uma variável de evento que, como um nominal comporta uma variável de quantidade a ser saturada também, mas com uma

variável de grau (!) para indicar a intensidade com que o evento é realizado. Significa afirmar que uma sentença como *João viaja* carrega uma variável que indica o grau de intensidade da viagem, assim como uma variável de evento que, por sua vez, carrega uma variável de quantidade; uma solução que nos parece bastante esdrúxula.

Vejamos como Stechow analisaria algumas das nossas sentenças em (4), repetidas aqui por conveniência (19) e parafraseadas em (20).

(19) a. O João mais viaja do que leciona.

b. João trabalhou mais este ano do que seu irmão a vida toda.

(20) a. o grau máximo  $d$ , João leciona  $d$ , é tal que o grau que João viaja é maior do que  $d$ .

b. o grau máximo  $d$ , o irmão de João trabalhou  $d$  em  $t$ , é tal que o grau que João trabalhou é mais do que  $d$  em  $t$ '.

Se as interpretações de (20a) a (20d) se referirem a quantidade de eventos, a solução é a mesma daquela oferecida para a sentença do sapo, com o adendo de que deve haver, na valência dos verbos, um argumento para evento que é, então, um nominal  $e$ , nesta teoria, comporta uma variável de quantidade. Nesse sentido, a interpretação de vezes que o evento ocorre pode ser representada por (21a) e (21b), respectivamente:

(21) a. o  $n$  máximo  $x$ , João leciona  $d$ -vezes, é tal que João viaja  $x$ -vezes mais do que  $x$ .

b. o  $n$  máximo  $x$ , o irmão de João trabalhou  $x$ -vezes em  $t$ , é tal que João trabalhou  $x$ -vezes mais do que  $x$  em  $t$ '.

Há, ainda, a leitura de intensidade para (20a) e (20b). Como dar conta dessa interpretação? Lembrando a interpretação que Stechow dá para as sentenças contrafactuais, (22a) tem a interpretação (23b), que apresentam verbos nas sentenças

que estão sendo analisadas, vemos que ele insere um “advérbio” na forma lógica, para indicar a intensidade do fumar. Nesta direção, a interpretação adequada para (20a) e (20b) seria (23a) e (23b) respectivamente:

(22) a. Se Ede tem fumado menos do que ele fuma, ele seria mais saudável do que ele é.

b. o grau máximo d [ Ede fuma  $d_1$ -muito] & o grau máximo d ele é  $d'_1$ -saudável] & [Ede fumou  $d_1 + d_2$ -pouco  $\square \rightarrow$  ele é  $d_1 + d'_2$ -saudável]]

(23) a. o grau máximo d, João leciona d-muito,  
é tal que João viaja d-muito mais do que d.

b. o grau máximo d, o irmão de João trabalhou d-muito em t,  
é tal que João trabalhou d-muito mais do que d em t'.<sup>26</sup>

Isto quer dizer que temos que inserir um elemento *muito* que não está presente na forma superficial da sentença, e que nos fornece a possibilidade de comparar graus numa escala de intensidade. Stechow não diz nada sobre esse *muito*, de onde ele vem, por exemplo, mas podemos supor, em paralelo com o nome, que ele é dado na entrada lexical do verbo.

Em síntese, Stechow nos traz os resultados desejáveis, tanto para a leitura de vezes como para a leitura de intensidade. Entretanto, ele precisa estipular que os nomes vêm com uma valência para quantidade e os verbos viriam com um argumento de evento e seriam graduais, no sentido de que eles comportariam uma variável para grau. Esta talvez seja uma explicação para o aparecimento do *muito* na forma lógica. É claro que essa solução precisaria ter apoio de evidência empírica.

A abordagem de Marques é também na mesma linha de descrição definida de Stechow. A diferença particular é que enquanto naquela o constituinte *do que* identificava “o grau máximo”, aqui ele identifica “o grau máximo que não é

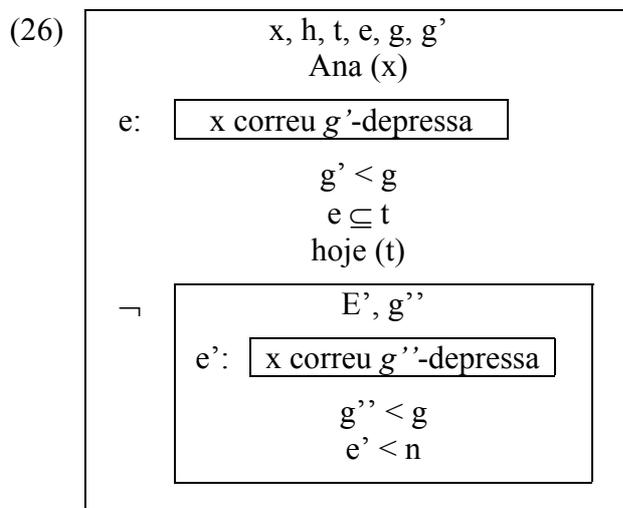
ultrapassado”. Assim temos uma negação e a duplicação da ordenação de graus, além disso, diferentemente de Stechow, Marques adota o tratamento de quantificadores *in situ*. Para ele a referência a graus, mesmo em adjetivos, não é introduzida pelo item lexical, mas na sintaxe por um sintagma de grau, cujo núcleo é o operador comparativo.

Vejamos quais poderiam ser suas leituras de (4a) e (4b):

- (24) a. João viaja mais do que o grau  $d$  tal que ele não leciona mais do que  $d$ .  
 b. João trabalhou mais do que o grau  $d$  (este ano), tal que seu irmão não trabalhou mais do que  $d$  (a vida toda).

Assim como na abordagem de Stechow, com a de Marques precisamos assumir que há algum tipo de elemento sobre o qual a variável de grau incida. Se levarmos em consideração a análise que o autor faz da sentença em (25), apresentada em (26), podemos pensar que a estrutura de (24b) é algo como: João trabalhou mais arduamente em um ano do que seu irmão trabalhou arduamente em toda a vida. Este tipo de tratamento é claramente atestado pelo tipo de representação que o autor assume para (24), a DRS (25):

- (25) Ana correu mais depressa do que nunca.



<sup>26</sup> Esse tipo de interpretação é inspirado em Bresnan (1977), uma das bases que Stechow usa para o tratamento da sintaxe das construções que analisa.

Em prosa, (26) pode ser parafraseada como: existe um evento em que Ana correu  $g'$ -depressa mais do que  $g$ , e é falso que exista um evento  $e'$  tal que ela tenha corrido  $g''$ -depressa mais do que  $g$ . Claramente, temos comparação entre eventos de correr depressa. Essa abordagem pode talvez captar a nossa leitura de intensidade, em que a sentença *João correu mais que Pedro* é interpretada como João correu mais rápido do que Pedro correu. Fica, no entanto, faltando a interpretação em que se comparam quantidades de eventos. O mesmo se pode dizer das sentenças em (23), como dar conta das interpretações em (26)?

- (26) a. João viaja *x-vezes* mais do que o número  $x$  tal que ele não leciona mais do que *x-vezes*.
- b. João trabalhou *x-vezes* mais do que o  $n \times x$  (este ano), tal que seu irmão não trabalhou mais do que *x-vezes* (a vida toda).

Não há, em Marques, uma solução. A proposta dele pode resolver a leitura de intensidade nas comparativas verbais porque ele supõe que haja um adjetivo encoberto na comparativa verbal. Mas essa assunção é complicada, porque como decidir qual adjetivo está sendo retomado. No caso de *correr*, parece claro que o adjetivo é *rápido*, mas o que dizer de *estudar*? Como justificar o *arduamente* que inserimos na interpretação de (23b)? Além disso, sua proposta, ao menos numa primeira aproximação, não consegue captar as interpretações de quantidade de eventos e quantidade de objetos.

### 3.4 UM POUCO MAIS SOBRE VERBOS

Como vimos nas seções precedentes, das abordagens analisadas, a de Marques consegue captar parcialmente a comparativa verbal e a de Stechow parece ter mais

sucesso, mas com um custo teórico grande. Poderia haver algo mais na semântica destas construções que interfira na interpretação?

Partindo da distinção proposta em Vendler (1967), adotada por Parsons (1990) e resenhada em Chierchia (2003) vamos investigar com mais calma o comportamento dos verbos que denotam estados, atividades/processos e os ‘accomplishments’ e ‘achievements’. A classificação dos verbos, tendo em conta a sua classe acional, é como dada em (27). A primeira distinção é entre ‘estados’ e ‘acontecimentos’, e a segunda entre eventos télicos ‘achievements’ e ‘accomplishments’ (que se distinguem pelo fato do primeiro ser pontual, ao passo que o segundo é prolongado), e eventos atélicos processos e atividades:

(27) Estados: *saber, estar, ser alto*

Acontecimentos: eventos télicos: *sarar, chegar, construir uma casa*

Processos / ações  
(atélicos) : *correr, empurrar um carrinho*

Um modo de entendermos esta distinção é percebermos que alguns verbos possuem ‘homogeneidade temporal’. Se João correu durante trinta minutos, em todos os subintervalos de tempo João foi agente da atividade de correr. O mesmo vale para os estados, se João é alto, ele é alto em todos os intervalos de tempo considerados no contexto. Por outro lado, eventos télicos não são homogêneos, por isso sobre eles não podemos dizer de João está sarando, que João sarou, já que ele pode piorar de saúde se não se cuidar.

Como vimos acima no nosso exemplo (9), *João corre mais do que Pedro*, parece que temos um tipo de ambigüidade, entre uma leitura de intensidade, uma leitura de quantidade de eventos e uma interpretação temporal em que o tempo de corrida de João

é maior do que o de Pedro. O mesmo ocorre com outros verbos como *dançar*, que é também um verbo de atividade. Vejamos um exemplo:

(28) João dançou mais que todos os convidados da festa.

Uma primeira leitura que temos é de que a quantidade de eventos de dançar de João foi maior que a quantidade de eventos de dançar de todos os outros convidados da festa, qualquer que tenha sido ela. Poderia haver outra? Talvez seja possível falar em “tempo”, o João passou mais tempo dançando do que os outros convidados, ou quem sabe ele tenha dançado mais vezes. Poderia (28) ser ambígua entre uma leitura em que se comparam números de eventos, vezes de dançar, e outra onde se comparam as durações dos eventos de dançar, de João e dos outros convidados? Ou ainda, poderíamos dizer que João dança melhor que todos os convidados, significando que a qualidade de sua dança foi melhor que a dos outros? Em caso afirmativo, parece que nos verbos de atividade há um comportamento uniforme com relação à comparação: sem maiores definições contextuais, as sentenças comparativas podem ser entendidas como versando sobre quantidade de eventos, duração dos eventos, intensidade dos eventos. O mesmo parece ocorrer com *estudar* quando interpretado como uma atividade, apresentando a indeterminação que *correr* e *dançar* apresentam. Assim, (29) pode ser lida como qualquer uma das interpretações em (30):

(29) João estuda mais que Pedro.

(30) a. João estuda mais vezes do que Pedro.

b. João estuda mais intensamente do que Pedro.

c. João estuda mais coisas do que Pedro

Vejamos agora exemplos com verbos accomplishment:

(31) João construiu mais casas que Maria.

Há duas leituras possíveis para (31): ou se compara a quantidade de eventos de *construir casas* por João com a quantidade de eventos de *construir casas* por Maria; ou se compara apenas o número de casas construídas por cada um. Uma diferença com relação aos verbos de atividade é que a leitura de intensidade não existe.

É saliente também a impossibilidade de ocorrência de sintagmas definidos ou quantificados sem que ocorra alteração na estrutura da sentença. Veja o contraste entre os pares em (32) e (33):

(32) a. ? João construiu mais uma casa que Maria.

b. João construiu uma casa a mais do que Maria (construiu x-casas).

(33) a. ? Pedro escreveu dois artigos mais do que Cláudia (escreveu).

b. Pedro escreveu dois artigos a mais do que Cláudia escreveu.

Com verbos de achievement o comportamento é e não é similar aos accomplishments; diferentemente dos accomplishments, não pode haver quantidades distintas de eventos e “objetos resultantes”:

(34) Schumacher venceu mais corridas do que Rubinho, na última temporada.

(35) Nenhum brasileiro alcançou o topo do Everest mais do que o Waldemar.

Assim, tanto (34) quanto (35) só recebem uma interpretação. Na primeira compara-se o número de vezes de vencer corridas por Schumacher com o número de vezes de vencer corridas por Rubinho (pode-se também comparar o número de corridas vencidas e o resultado vai ser o mesmo). Na segunda, comparamos a quantidade de vezes que Waldemar alcançou o todo do Everest com a quantidade de vezes que os

outros brasileiros alcançaram o topo do monte e afirma-se que o número de eventos de alcançar o topo do primeiro é maior do que o dos outros. De modo similar aos accomplishments, se quantificarmos de algum modo *corridas*, como em (36), no sentido aqui de fazermos referência explícita a quantidades, a sentença soa estranha:

(36) a. ? S. venceu mais duas corridas do que R.

b. ? S. venceu duas corridas mais do que R.

Isso talvez seja um indício de que as sentenças abaixo não apresentem a mesma estrutura semântica das sentenças que estamos considerando, ou seja, não estão dentro das comparativas canônicas. Também podemos considerá-las como comparativas de leitura diferencial:

(37) a. Schumacher venceu duas corridas a mais do que Rubinho.

b. Waldemar alcançou o topo do Everest duas vezes a mais do que qualquer outro brasileiro.

Entretanto, as sentenças em (37) estão próximas de sentenças onde o *mais* exerce função aditiva e não comparativa:

(38) a. Schumacher venceu mais uma corrida/uma corrida a mais.

b. Waldemar alcançou o topo do Everest mais uma vez.

c. O menino comeu mais uma bolacha/ uma bolacha a mais.

Podemos interpretar facilmente as sentenças em (38) sem considerar que há algum elemento elidido. *Schumacher venceu uma corrida a mais* apenas envolve a pressuposição de que ele venceu outras corridas anteriormente. O mesmo pode ser dito de (38c), não interpretando a sentença como tendo algum complemento elidido do tipo *O menino comeu mais uma bolacha/uma bolacha a mais (do que havia comido/podia*

*comer*). Esse tipo de distinção entre comparativas diferenciais, e comparativas aditivas é bastante tênue. No entanto, não nos deteremos na discussão de tal distinção. Como veremos (na seção 3.5.2) tais construções podem ser passíveis de um tratamento similar, na análise proposta por Smessaert (1996).

Como o leitor pode ter notado todas as sentenças estão no passado. Verbos *achievement* são claramente agramaticais quando na forma progressiva em sentenças comparativas:

- (39) a. \* Ninguém está alcançando o cume do Everest mais do que o Waldemar.  
b. \* Schumacher está vencendo a corrida mais do que o Rubinho.

Mas, as sentenças em (39) podem ser interpretadas como o evento em progresso, legitimando as inferências válidas: Waldemar não alcançou o cume do Everest e Schumacher não venceu a corrida. O exemplo clássico é (40a) que não acarreta (40b):

- (40) a. João está atravessando a rua. -/->  
b. João atravessou a rua.

Ou seja, as sentenças (39) são agramaticais na leitura em que os eventos são interpretados como conclusos. Pode-se também dizer que elas não podem ter uma leitura habitual, do tipo habitualmente ninguém está alcançando o cume do Everest mais do que o Waldemar, e habitualmente Schumacher está vencendo a corrida mais do que o Rubinho.

Com *accomplishment* não há problemas, enquanto (a) e (c) são aceitáveis, sendo que no primeiro temos um sintagma nominal plural nu *casas* e, no segundo, um sintagma nominal definido *a tese*, (b) soa estranha, só podendo ter a leitura aditiva, no sentido de uma tese a mais do que a Maria. Como vimos, sintagmas quantificados, com

a presença de referência a quantidades, causam estranhamento, como ocorre em (b), onde *uma* não é determinante, mas numeral.

(41) a. João está construindo mais casas do que a Maria.

b. ? João está escrevendo uma tese mais do que a Paula (está escrevendo).

c. João está escrevendo a tese mais do que a Paula.

(40c) só pode ser lida se considerado que a forma lógica da sentença corresponda a algo como *João está escrevendo a tese mais do que a Paulo (está escrevendo a tese)*. *A tese* complemento do verbo na oração matriz e complemento do verbo elidido na oração subordinada, só pode ser interpretada como referindo o mesmo objeto no mundo, João e Paula estão escrevendo a mesma tese.

Com predicados estativos, há uma leitura consistente de intensidade, as sentenças em (42) sendo interpretadas como (43), respectivamente:

(42) a. João gosta mais de maçã do que de laranja.

b. Pedro conhece mais a Europa do que o Brasil.

(43) a. o grau (intensidade) em que João gosta de maçã é maior do que o grau em que ele gosta de laranja.

b. o grau em que Pedro conhece a Europa é maior do que o grau em que ele conhece o Brasil.

Vemos então que com predicados estativos a leitura de grau é consistente, similar aos predicados adjetivais; não podendo receber nem a leitura de comparação de quantidade de eventos (ou estados), nem de quantidade de “objetos”, nem de duração.

Ainda temos casos de verbos achievement que são agramaticais em comparativas:

- (44) a. \* João chegou mais que nunca.  
b. \* João chegou mais do que leu.  
c. \* A bomba explodiu mais do que fez barulho.

Como explicar o contraste com os exemplos de comparação com *vencer uma corrida*, que são sentenças facilmente interpretáveis? Talvez uma resposta esteja no fato de que nesses exemplos temos estruturas inacusativas. Mas não iremos tentar levar adiante essa questão.

Resumindo acreditamos que olhar para a semântica dos verbos pode nos revelar algumas particularidades interessantes das estruturas comparativas. Temos alguns fenômenos que carecem de explicação, a mudança de estrutura quando temos referência explícita a quantidades nos accomplishments e achievements e a obrigatoriedade dos nomes serem plurais ou massivos. Além disso, se observarmos as possibilidades de leituras, ou, para dizer de outra forma, as indeterminações das comparativas, podemos chegar ao seguinte quadro:

- a) os estativos possuem apenas leitura de intensidade (como os adjetivos), sugerindo que talvez eles só comportem uma variável de intensidade (e não uma variável de evento ou estado);
- b) os verbos de atividade que são “indeterminados” quanto a leitura de intensidade, a leitura de comparação de eventos e a leitura de duração do evento: não é claro se a comparação é sobre o próprio predicado ou sobre algum complemento elidido;
- c) e os accomplishment e achievement que apresentam leitura de comparação entre quantidades de eventos, havendo algum tipo de restrição

quanto ao complemento e ao morfema temporal, atestada pela agramaticalidade de (44).

d) os accomplishment parecem admitir duas leituras: a comparação de quantidade de eventos e a quantidade de “objetos”, porque eles têm um objeto resultante que se difere do evento de efetuá-lo.

Essa conclusão aponta que os resultados são favoráveis à consideração de uma semântica de eventos também para as estruturas comparativas, se não em todas, pelo menos em alguns casos particulares que precisam ser mais bem especificados. Evidenciando que algum fenômeno acional pode estar envolvido. O objetivo desta seção foi mostrar como a acionalidade parece interferir na interpretação da comparação, fato que nenhuma das teorias apresentadas consegue captar. O próximo passo do trabalho será apresentar algumas diferenças entre as sentenças comparativas com adjetivos e com verbos. Já podemos notar que comparativas adjetivais têm sempre (e somente) a leitura de intensidade.

### 3.5 ALGUMAS DIFERENÇAS

Como a direção do trabalho busca mostrar que as comparativas que envolvem adjetivos possuem propriedades semânticas distintas das comparativas com predicados verbais, trataremos de buscar algumas evidências para esta afirmação, lembrando a afirmação de Marques (2003; p. 159): “não é dado por adquirido que estas construções [de quantificação nominal] sejam passíveis da mesma análise que construções comparativas no âmbito da quantificação escalar”, apesar de ele propor uma análise englobante. Como apresentamos, quando da discussão da proposta de Marques, o impasse sobre as propriedades de monotonia das construções comparativas revela um

comportamento diferente entre as estruturas; Alguns autores (Heim, 1985, 2000; Smessaert, 1996) defendem que o operador comparativo é um quantificador generalizado do mesmo tipo lógico que os determinantes; Marques revisa estas abordagens, mostrando que essa hipótese não se confirma para as comparativas adjetivais, mesmo estando de acordo para outras estruturas; evidências menores seriam a não polaridade dos verbos e a possibilidade de o operador comparativo exercer funções sintáticas distintas nas duas estruturas.

### 3.5.1 Comportamento em Relação à Monotonia

Procuraremos agora analisar o comportamento das sentenças comparativas no que tange ao seu comportamento de legitimar inferências no sintagma comparativo; trata-se do fenômeno conhecido como “monotonia”. Esse tema vem à baila quando da discussão sobre a legitimação de NPIs ou a defesa de que esta ou aquela abordagem cria um tal contexto, para explicar fenômenos que vimos no segundo capítulo. O objetivo aqui será outro. Mostrar que comparativas adjetivais e verbais apresentam comportamento diferenciado em relação à monotonia, como evidência de que tais sentenças comparativas não possuem a mesma estrutura semântica. A exposição e exemplos seguem os usados em Marques (2003), Smessaert (1996) e Hendriks (1995).

Hendriks apresenta a seguinte definição de monotonicidade:

- a) Uma função monotônica crescente permite inferências de conjuntos para superconjuntos, mas não o contrário;
- b) Funções monotônicas decrescentes somente permitem inferências de conjuntos para subconjuntos;
- c) Funções não-monotônicas não permitem inferências em qualquer direção.

Vejamos como isso pode ser ilustrado:

- (45) a. Todos os estudantes cantaram uma balada. →  
b. Todos os estudantes cantaram.
- (46) a. Todos os estudantes cantaram. -/->  
b. Todos os estudantes cantaram uma balada.
- (47) a. Nenhum estudante cantou uma balada. -/->  
b. Nenhum estudante cantou.
- (48) a. Nenhum estudante cantou. →  
b. Nenhum estudante cantou uma balada.
- (49) a. Exatamente metade dos estudantes cantaram uma balada. -/->  
b. Exatamente metade dos estudantes cantaram.
- (50) a. Exatamente metade dos estudantes cantaram. -/->  
b. Exatamente metade dos estudantes cantaram uma balada.

Acreditando que *cantar uma balada* é um subconjunto de *cantar*, a inferência (45) é, portanto, de um subconjunto para um superconjunto, se todos cantaram uma balada é intuitivamente válido que todos cantaram. Em (46) a inferência do conjunto dos cantores para o subconjunto dos cantores de balada não ocorre. Portanto somos levados a concluir que o sintagma *todos*, quanto ao seu argumento da esquerda, só permite inferências de conjuntos para superconjuntos, não subconjuntos. De acordo com a definição apresentada *todos* é uma função monótona crescente à esquerda. Com *nenhum* acontece o oposto. Não podemos fazer inferências de conjuntos para superconjuntos, se nenhum estudante cantou uma balada for verdade não se segue que nenhum estudante cantou, porque pode ser o caso que alguém tenha cantado um bolero, mantendo a veracidade de que ninguém cantou uma balada, mas alguém cantou. Já a inferência (48) é válida. Se for verdade a negação de que alguém tenha cantado, disso segue-se a verdade que é falso que alguém tenha cantado uma balada, ou qualquer outra coisa. Assim, *nenhum* permite inferências somente de conjuntos para subconjuntos, ou

seja, é uma função monótona decrescente. *Exatamente metade* não apresenta quaisquer propriedades de legitimar inferências tanto para cima quanto para baixo, o que é atestado pelo fato de que as inferências em (49) e (50) não ocorrem, porque da verdade das sentenças em (a) não decorre a verdade das sentenças em (b). Hendriks, então, aplica esse raciocínio em sentenças comparativas.

- (51) a. Menos estudantes dançaram do que professores cantaram uma balada.  
→ Menos estudantes dançaram do que professores cantaram.
- b. Menos estudantes dançaram do que professores cantaram. -/->  
Menos estudantes dançaram do que professores cantaram uma balada.

De início precisamos ter em mente que *cantar uma balada* implica *cantar*, mas não o contrário. Portanto, o operador comparativo em relação ao sintagma comparativo *menos* nos leva de um conjunto *cantar uma balada* para um superconjunto *cantar*, logo é monótono crescente. Como explicar que a oração comparativa é monótona crescente? (Lembrando que em abordagens como a de Stechow, Hoeksema e Cresswell, por conta dos operadores assumidos, a oração comparativa é sempre contexto decrescente). A resposta que Hendriks defende é a ocorrência do operador comparativo *menos*. Ou seja, as propriedades do operador comparativo interferem na legitimação de inferências na oração comparativa.

Quando temos um operador de superioridade, as implicaturas são reversas, ou seja, descendentes.

- (52) a. Mais estudantes dançaram do que professores cantaram uma balada.  
-/-> Mais estudantes dançaram do que professores cantaram.
- b. Mais estudantes dançaram do que professores cantaram. →  
Mais estudantes dançaram do que professores cantaram uma balada.

Tendo em mente ainda as relações conjuntísticas do parágrafo anterior, podemos desenhar um cenário para nos ajudar a compreender a validade do raciocínio. Suponha que há quatro alunos que dançaram. E é verdade que pelo menos três professores cantaram uma balada. Logo, mais estudantes dançaram do que professores cantaram uma balada. Mas, o acarretamento em (52a) não é válido porque pode haver vinte professores cantando, destes apenas três cantam uma balada. Neste caso não é verdade que mais estudantes dançaram do que professores cantaram. Pelo menos um professor cantando a mais do que alunos dançando já torna falsa a validade da inferência. Por outro lado em (52b), a situação é diversa. Na primeira sentença, afirma-se que há mais estudantes que dançaram do que professores que cantaram (em geral), logo há mais alunos dançantes do que professores cantores de balada (ou de qualquer subtipo de cantar).

As sentenças vistas em (52) são estruturas de comparação oracional, possuem uma oração como complemento de *do que*. O mesmo comportamento ocorre com as comparativas sintagmáticas, que possuem um sintagma de qualquer natureza como complemento de *do que*? Os dados apontam para uma resposta afirmativa.

- (53) a. Mais estudantes dançaram um tango do que professores. →  
Mais estudantes dançaram um tango do que professores aloprados.
- b. Menos estudantes dançaram um tango do que professores aloprados.  
→ Menos estudantes dançaram um tango do que professores.

Novamente ocorrem as inferências esperadas. *Mais* nos leva de um conjunto para um subconjunto. *Menos* autoriza a inferência de um subconjunto para um superconjunto.

Marques apresenta dados que demonstram que o adjetivo também interfere nas inferências. Vejamos os seus exemplos:

- (54) a. A essa latitude, é mais difícil nevar do que chover copiosamente. →  
A essa latitude, é mais difícil nevar do que chover.
- b. A essa latitude, é mais fácil nevar do que chover. →  
A essa latitude, é mais fácil nevar do que chover copiosamente.
- (55) a. É menos provável que haja um golpe de estado do que haja eleições antecipadas. →  
É menos provável que haja um golpe de estado do que haja eleições.
- b. É menos improvável que haja um golpe de estado do que haja eleições.  
→ É menos improvável que haja um golpe de estado do que haja eleições antecipadas.

Esses dados vão contra ao que afirmou Hendriks. Em (54a) e (55a) temos monotonia crescente tanto para o operador de superioridade *mais* quanto para o operador de inferioridade *menos*. Nos dois casos vamos de um conjunto para um superconjunto. *É mais difícil nevar do que chover copiosamente* implica na verdade de *é mais difícil nevar do que chover*. Do mesmo modo, se é verdade que *é menos provável que haja um golpe de estado do que eleições antecipadas* decorre a verdade que *é menos provável que haja um golpe de estado do que eleições*. Por sua vez, as inferências (48b) e (49b) evidenciam o contrário! Também são válidas inferências decrescentes. Vamos de um conjunto para subconjuntos. Se for *mais fácil nevar do que chover*, *é mais fácil nevar do que chover copiosamente*. Da verdade de *é menos improvável que haja um golpe de estado do que haja eleições*, segue a verdade de *é menos improvável que haja um golpe de estado do que eleições antecipadas*. Por que isso ocorre? Primeiro, temos agora adjetivos polares *fácil/difícil* e *provável/improvável* que carregam monotonicidade que, por sua vez, interage com a monotonicidade do operador comparativo. A resposta oferecida por Marques é que tais leituras são devidas à combinação entre esses adjetivos e o operador comparativo.

Quando temos a junção de um operador comparativo monótono decrescente *mais* com um adjetivo também decrescente *difícil*, temos um contexto de monotonia crescente (54a). Se *mais* se combina com um adjetivo de monotonia inversa, como *fácil*, prevalece a monotonia decrescente (54b). Ao passo que, um operador de monotonia crescente combinado com um adjetivo de mesma monotonia *provável* cria-se um contexto de monotonia crescente (55a), enquanto quando *menos* combinado com um adjetivo de monotonia inversa *improvável* a monotonia se inverte (55b), vira decrescente.

Tendo em conta os dados relevantes nessa dissertação, comparativas de superioridade que envolvem sintagmas verbais, percebemos que há uniformidade quanto à monotonicidade:

- (56) a. João leu mais tempo do que Pedro estudou lógica. -/->  
João leu mais tempo do que Pedro estudou.
- b. O sol se levanta mais frequentemente do que João come pão. →  
O sol se levanta mais frequentemente do que João come pão  
amanhecido.

Se for este o caso, há uma diferença com relação aos adjetivos que não têm um comportamento uniforme, como mostrado acima.

Smessaert (1996) também analisa as propriedades de monotonia de sentenças comparativas. Para exemplificar a sua terminologia, considere que a sentença *algumas mulheres estão caminhando* possui a estrutura *algumas (mulheres, caminhando)*, sendo formalizado como  $D(A, B)$ . Temos então A como o argumento da esquerda e B como o argumento da direita. Como estamos verificando as propriedades de monotonia que ocorrem na oração comparativa, veremos apenas o que Smessaert tem a dizer sobre isso, ou seja, apenas o argumento B, à direita da relação D. Veja-se a definição formalizada:

(57) a. D é monótono à direita crescente (mon  $\uparrow$ )  $\equiv$   
[D(A,B) & B  $\subseteq$  B']  $\rightarrow$  D(A,B')

b. D é monótono à direita decrescente (mon  $\downarrow$ )  $\equiv$   
[D(A,B) & B'  $\subseteq$  B]  $\rightarrow$  D(A,B')

A partir disso como dar conta do comportamento de determinantes comparativos como *mais*? Como vimos acima *algum* relaciona dois conjuntos A e B. O operador comparativo relaciona quatro.

(58) Há mais mulheres caminhando do que homens correndo.

Temos dois sintagmas nominais *mulheres* e *homens* e dois VPs *caminhando* e *correndo*. O que poderia ser representado como em (59). [mulheres, caminhando] será chamado de argumento da esquerda ARG<sub>L</sub> e [homens, correndo] o argumento da direita ARG<sub>R</sub>. Dentro do ARG<sub>L</sub> temos o domínio da esquerda D<sub>L</sub> e o predicado da esquerda P<sub>L</sub>, do mesmo modo, no ARG<sub>R</sub> há o D<sub>R</sub> e o P<sub>R</sub>. Melhor visualizado em (60).

(59) mais ([mulheres, caminhando], [homens, correndo])

(60) mais ([ARG<sub>L</sub>], [ARG<sub>R</sub>]) = mais ([D<sub>L</sub>, P<sub>L</sub>], [D<sub>R</sub>, P<sub>R</sub>])

Vejamos os exemplos:

(61) Há mais mulheres caminhando do que homens correndo.

a.  $\rightarrow$  Há mais mulheres caminhando do que *homens velhos* correndo.

b.  $\rightarrow$  Há mais mulheres caminhando do que homens *correndo devagar*.

Isso demonstra que em relação ao ARG<sub>R</sub> o operador comparativo é monótono decrescente tanto para D<sub>R</sub> quanto para P<sub>R</sub>. De onde podem ser retiradas as condições de verdade expressas em (62), que o autor assume:

$$(62) \text{ mais } ([D_L, P_L), (D_R, P_R)] \equiv |D_L \cap P_L| > |D_R \cap P_R|$$

Aplicando ao exemplo em discussão temos as condições de verdade que possibilitam descrever o comportamento inferencial deste tipo de sentença:

$$(63) \text{ mais } ([\text{mulheres, caminhando}], [\text{homens, correndo}]) \equiv \\ \text{mais } | \text{mulheres} \cap \text{caminhando} | > | \text{homens} \cap \text{correndo} |$$

Em prosa, (63) especifica o resultado da intersecção entre o conjunto das mulheres com o conjunto das pessoas que estão caminhando é maior do que a intersecção entre o conjunto dos homens e das pessoas que estão correndo.

Concluindo, os dados apresentados aqui mostram que comparativas com adjetivos e com sintagmas verbais possuem um comportamento bastante distinto quando da consideração de suas propriedades de monotonia. Longe de uma unanimidade, o assunto merece ainda uma investigação mais cuidadosa desse tipo de fenômeno. Por outro lado, as comparativas com sintagma verbal possuem comportamento mais uniforme, variando apenas em razão do operador comparativo, como os exemplos de Hendriks atestam, corroborado pela nossa discussão. A descrição de Smessaert possibilitou um olhar mais criterioso sobre o fenômeno possibilitando perceber que é de fato o operador comparativo quem interfere na monotonia da oração comparativa, e nesse aspecto o operador comparativo de superioridade é sempre monótono decrescente em construções com predicados verbais.

A análise de Smessaert (1996), esboçada nesta seção, possui uma característica particular. Considera o operador comparativo como um determinante quantificacional. A próxima seção mostra como esse tipo de assunção não permite um tratamento uniforme dos subtipos de construção comparativa.

### 3.5.2 O Operador Comparativo como Determinante

Vimos na seção anterior algumas descrições do comportamento das sentenças comparativas em relação à monotonia e vimos o operador comparativo como um quantificador generalizado. Larson (1988), Hendriks (1995), Smessaert (1996) e Heim (2000) defendem que o operador comparativo é um quantificador generalizado sobre graus. O que permite uma descrição mais simples não apenas das propriedades de monotonia como da semântica de tais construções. Marques mostra que tal visão é inadequada, já que há uma diferença de comportamento saliente entre as comparativas adjetivais e comparativas de quantificação nominal. Naquelas o operador comparativo não é conservativo, nestas sim. Defenderemos então este fato como outra evidência importante para mostrar que estes dois subtipos de construção possuem estruturas semânticas distintas.

Nestas abordagens a forma lógica de uma sentença comparativa corresponde à descrição em (64):

$$(64) \quad \begin{aligned} & \|\text{MAIS (oração comparativa) (oração matriz)}\| = 1 \text{ sse} \\ & \|\text{oração comp.}\| \subset \|\text{oração matriz}\| \end{aligned}$$

Isto implica que o operador comparativo estabelece uma relação de inclusão entre dois conjuntos de graus, o conjunto dos graus da oração comparativa está incluído no conjunto dos graus da oração matriz. (65b) é uma análise simples de (65a):

- (65) a. O Paulo é mais alto do que a Ana.  
b. MAIS (g-alto (a, g)) (g-alto (p, g))

As condições de verdade de (65b) especificam então que a sentença será verdadeira se e somente se o conjunto dos graus que satisfazem a proposição a Ana é g-

alta estiver incluído no conjunto dos graus que tornam verdadeira a proposição Paulo é g-alto.

O problema é que não há isomorfia quando da presença de adjetivos negativos. (60a) é analisada como (60b). Como a regra específica que o conjunto dos graus da comparativa é um subconjunto dos graus da oração matriz, é necessário que não exista um grau que a Ana tenha e que Paulo não tenha para que a sentença seja verdadeira. Atingiríamos as condições de verdade se fosse invertida a restrição do quantificador (60c):

(66) a. A Ana é mais baixa do que Paulo.

b. MAIS (g-baixo (p, g)) (g-baixo (a, g))

c. MAIS (g-baixo (a, g)) (g-baixo (p, g))

Entretanto, (66c) não é isomórfico com a regra em (64) e se invertermos a relação de inclusão não captamos as condições de verdade de (65a). Uma solução possível seria levar em conta que a escala se inverte por conta do adjetivo. Ou seja, os adjetivos positivos projetam os indivíduos em intervalos positivos na escala ( $\uparrow$ ), enquanto os adjetivos negativos projetam os indivíduos em intervalos negativos na escala ( $\downarrow$ ), neste caso a escala de altura.

A proposta de Smessaert (1996) leva em conta apenas construções de quantificação nominal como (67):

(67) a. O Paulo comprou mais livros do que a Maria.

b. Moram naquela casa mais rapazes do que garotas.

Como vimos na seção precedente o significado deste tipo de construção é facilmente decomponível. Com (68) para (67a):

- (68) MAIS ([[livros, comprou](Paulo)] , [[livros, comprou](Maria)])  $\equiv$   
 MAIS  $\| \text{livros} \cap \text{comprou} \|_{\text{Paulo}} > \| \text{livros} \cap \text{comprou} \|_{\text{Maria}}$

Este tipo de tratamento pode ser aplicado também em construções onde o *mais* exerce função aditiva. Veja-se (69a) e sua representação em (69b):

- (69) a. O Paulo comprou dois livros a mais do que a Maria.  
 b. MAIS  $\| \text{livros} \cap \text{comprou} \|_{\text{Paulo}} > \| \text{livros} \cap \text{comprou} \|_{\text{Maria}} \geq 2$

Onde “ $\geq$ ” significa pelo “menos dois”.

E construções similares com o quantificador *mais de n, menos de n*:

- (70) a. Mais de dez estudantes votaram a favor.  
 b.  $\| \text{estudantes} \cap \text{votar-a-favor} \| > 10$

O problema que Kennedy aponta (1997 *apud*: Marques, 2003) é a falta de conservatividade no comportamento dos quantificadores comparativos. Se de fato o operador comparativo é um quantificador do mesmo tipo lógico que os determinantes ele deve passar pelo teste da conservatividade.<sup>27</sup>

Vejamos a definição de conservatividade encontrada em Chierchia & McConnell-Ginnet (1990):

- (71) Um determinante é conservativo sse para todo X e todo Y tal que  
 $X \in D(Y)$  sse  $X \cap Y \in D(Y)$ , e a seguinte proposição é verdadeira:  
 $\delta(\alpha) (\beta) \leftrightarrow \delta(\alpha) (\alpha \& \beta)$

O exemplo clássico é o do determinante *todo* que passa no teste da conservatividade (72). Veja que claramente (72b) está de acordo com a regra especificada em (71):

---

<sup>27</sup> A propriedade de conservatividade dos determinantes nas línguas naturais vem de Barwise & Cooper (1981).

- (72) a. Todo homem fuma sse todo homem é um homem que fuma.  
 b. Todo (homem)(fumantes)  $\leftrightarrow$  todo (homem) (homem & fumantes)

Vejamos um exemplo que Chierchia & McConnel-Ginet (1990) nos oferecem com presença de operadores comparativos, que também passam no teste da conservatividade:

- (73) a. Menos do que cinco e mais do que dois homens fumam.  
 b. Menos do que cinco e mais do que dois homens fumam sse menos do que cinco e mais do que dois homens são homens que fumam.

Aplicando a um dos nossos exemplos temos que a equivalência permanece:

- (74) a. Jovens mais estudam do que trabalham.  
 b. Mais (estuda)(trabalha)  $\leftrightarrow$  Mais (estuda) (estuda & trabalha)  
 c. jovens mais estudam do que trabalham sse jovens mais estudam do que jovens são jovens que estudam e trabalham.
- (75) a. Homens são mais canalhas do que mulheres (são canalhas)  
 b. mais (homens, canalhas) (mulheres, canalhas)  $\leftrightarrow$  mais (homens, canalhas) (homens canalhas & mulheres canalhas).  
 c. Homens são mais canalhas do que mulheres sse homens são mais canalhas do que homens e mulheres que são canalhas.
- (76) a. Homens são mais espertos do que inteligentes.  
 b. Mais (homens, espertos) (homens, inteligentes)  $\leftrightarrow$  mais (homens espertos) (espertos & inteligentes)  
 c. Homens são mais espertos do que inteligentes sse homens são mais espertos do que homens são homens espertos e inteligentes.

Note que as equivalências em (74-76) são facilmente visíveis. (74), por exemplo, é conservativa se e somente se o conjunto dos jovens que trabalham for um subconjunto

dos jovens que estudam, e o conjunto dos jovens que estudam pertencer ao resultado da intersecção entre o conjunto dos jovens que trabalham com o conjunto dos jovens que estudam. A generalização da regra, portanto, fica clara para o operador comparativo: se a oração comparativa for o restritor do quantificador e a oração matriz o escopo (cf. 64), temos que o determinante comparativo é conservativo sse o conjunto dos graus da oração comparativa for um subconjunto da oração matriz e o conjunto dos graus da oração comparativa pertencer a intersecção entre o conjunto dos graus da oração comparativa e o conjunto dos graus da oração matriz (conforme a definição:  $\delta [\alpha \supset \beta] \leftrightarrow \delta [\alpha \supset \alpha \cap \beta]$  ).

O problema deste tipo de análise para os adjetivos é a falta de conservatividade para construções com o operador comparativo de inferioridade *menos*. Vejamos o exemplo de Kennedy (1997 *apud*: Marques, 2003; p. 138):

(76) A atmosfera de Titan é menos fina do que a atmosfera de Júpiter sse a atmosfera de Júpiter é mais fina do que a atmosfera de Titan.

Isso indica que de fato é inversa a relação: agora quem é o restritor é a oração matriz e o escopo a oração comparativa. Para a sentença ser verdadeira o conjunto dos graus que tornam verdadeira a proposição *a atmosfera de Titan é d-fino* verdadeira precisa ser um subconjunto do conjunto dos graus que tornam verdadeira a proposição *a atmosfera de Júpiter é d-fina*. Como consequência, não temos um operador comparativo constante. Veja que em (66) o problema era o adjetivo negativo. O que não representa problema, dadas às funções assumidas de mapeamento de indivíduos em escalas de medida. O problema reside agora no operador comparativo. Acreditamos que o mesmo raciocínio é válido para o operador de inferioridade em construções verbais e a chamada quantificação nominal, ao contrário do que afirma Marques. Vejamos os exemplos (77) de quantificação nominal e (78) de comparativa verbal:

- (77) Há menos estudantes do que professores dançando sse há mais professores do que estudantes dançando.
- (78) Jovens menos trabalham do que estudam sse jovens mais estudam do que trabalham.

Se não há conservatividade para as construções com adjetivos também não há para construções em (77) e (78). (77) para ser verdadeira é necessário que o conjunto de estudantes seja um subconjunto do conjunto dos professores. Deste modo, a correta análise do operador comparativo de inferioridade é: MENOS [oração matriz  $\supset$  oração comparativa]. Isto é, ele diz o oposto da comparativa de superioridade. Pensando numa isomorfia estrita em que graus e quantidades tenham a mesma correspondência na escala. Se adjetivos projetam indivíduos em escalas de medida, sintagmas quantificados projetam indivíduos em valores de quantidade numa escala que mede quantidade de indivíduos.

Finalizando a sessão, percebemos que o tratamento do operador comparativo como determinante, um quantificador generalizado sobre graus, traz resultados mais intuitivos e econômicos. Apesar disso, temos problemas quando da consideração do operador de inferioridade, que possui propriedades diversas em relação à conservatividade. O operador de superioridade possui como restritor a oração comparativa e como escopo a oração matriz, enquanto com o operador de inferioridade temos o inverso. O que vale tanto para as comparativas adjetivais quanto para as verbais.

### 3.5.3 Outras Peculiaridades

Além das duas diferenças apontadas nas duas seções precedentes, em relação às propriedades de monotonia e de conservatividade do operador comparativo, podemos

citar alguns aspectos menos visíveis. Enquanto adjetivos graduais sempre aparecem em pares, verbos não, e não é claro se o operador comparativo exerce a mesma função de quantificação ou na sintática nas duas estruturas.

Como vimos no primeiro capítulo é chamado de “oposição polar” o fenômeno dos adjetivos graduais aparecerem em pares como *alto/baixo*, *forte/fraco*, *possível/impossível*, *difícil/fácil*. Há alguns casos de verbos que apresentam tal oposição como *engordar/emagrecer*, que derivam dos verbos *gordo/magro* ou casos como *vivo/morto*. Devido ao fenômeno da oposição polar estes adjetivos não podem aparecer em construções do tipo:

- (79) a. # Maria é mais alta do que Joana baixa.  
b. # A cama é mais pesada do que a mesa é leve.  
c. # a cerveja é mais cara do que a pinga é barata.

Por outro lado verbos podem aparecer em construções deste tipo sem qualquer problema:

- (80) a. Maria comeu mais do que a Joana bebeu.  
b. Pedro correu mais do que Carlos caminhou.

A sentença em (80) atesta, então, a falta de oposição polar nas sentenças com predicados verbais. Resta a pergunta: por que a comparação verbal tem esse comportamento? A resposta parece ser que nas comparativas verbais há sempre uma escala única, a dos eventos. Ou, podemos dizer que se comparam coisas que os indivíduos fizeram. Já com os adjetivos, como em (79), embora haja uma única escala, ela aponta para dois lados opostos, o que impossibilita a comparação. Como não há

polaridade com verbos, não temos problemas com a direção da escala e os pontos em que nela se encontram as referências das quantidades.

Outra questão que pode ser colocada é: o papel quantificacional do operador comparativo é o mesmo nos dois tipos de comparação? A resposta pode ser afirmativa se considerarmos que, tendo em mente as regras do operador comparativo formuladas por Stechow no cap. 2, ele sempre toma quatro argumentos: um domínio de quantificação, um predicado e dois argumentos de grau. Estes graus tanto podem referir a graus específicos de predicados adjetivais quanto a cardinalidades que envolvem verbos ou mesmo graus de intensidade que envolvem verbos estativos e verbos de ação. Entretanto, como vimos a quantificação do operador comparativo, pela visão de Stechow e Marques, não ocorre sobre variáveis de quantidade introduzidas pelos verbos, mas introduzidas por algum elementos nominal implícito (daí Marques optar por chamar estas estruturas de quantificação nominal, em oposição à quantificação escalar dos adjetivos). Vimos que Marques consegue lidar com a leitura de intensidade colocando o adjetivo na estrutura verbal. Stechow pode solucionar a quantidade de eventos se assumir que na estrutura do verbo há tal variável. Mas não consegue captar a leitura de intensidade.

O fato de que o quantificador atua em domínios distintos pode ser melhor visualizado pelo quadro que Marques apresenta, baseado em Mira Mateus et al.(2003), e já apresentado no primeiro capítulo:

Comparativas no domínio do grau	de adjetivos atributivos	cf. (81)
	de adjetivos predicativos	cf. (82)
	de advérbios	cf. (83)
Comparativas quantificacionais	de quantificadores nominais	cf. (84), (85)
	de advérbios de quantidade	cf. (86)

- (81) a. A Ana tem uma casa maior que a Maria.  
b. A Ana tem uma casa maior que a da Maria.
- (82) O Paulo é mais alto (do) que a Ana.
- (83) a. A Maria escreve melhor do que a Ana (escreve).  
b. A Maria escreve melhor do que fala.
- (84) a. O Paulo escreveu mais livros do que a Ana (escreveu).  
b. O Paulo escreveu mais livros do que a Ana (escreveu) artigos.
- (85) a. Esta peça tem mais prata do que ouro.  
b. Ele tem tanta razão como tu (tens).
- (86) a. O Euro subiu mais do que o dólar.  
b. O Euro subiu mais do que o dólar desceu.

Uma evidência para essa distinção pode ser levantada pelo fato do operador comparativo exercer um claro papel adverbial em construções do segundo tipo, as comparativas quantificacionais, já que ele pode mover-se pela sentença, e consequentemente, quantificando sobre diferentes itens.

- (87) a. mais homens do que mulheres beberam vinho  
b. Homens beberam mais vinho do que as mulheres.

Entretanto temos diferença de condições de verdade, enquanto a compara o número de homens com o número de mulheres, b compara as quantidades de vinho bebidas pelo conjunto dos homens e pelo conjunto das mulheres.

### 3.6 FINALIZANDO

Iniciamos o capítulo restringindo dentro do universo das sentenças comparativas aquelas que estaríamos investigando nesta dissertação. Apresentamos o que acreditamos

serem as paráfrases desejáveis para aquele conjunto de sentenças, numa metalinguagem que usa o conceito de eventos. Por outro lado, não consideramos se os problemas que se colocam para as comparativas adjetivais, também se colocam para as comparativas verbais. É pressuposto que sim, dado que a literatura não faz uma divisão nestes sentido para tratar dos problemas expostos no capítulo 2. Entretanto, fenômenos como a legitimação de itens de polaridade negativa não são ainda bem compreendidos. Por exemplo uma sentença como *Maria correu mais do nunca* a legitimação de *nunca* é bastante natural, enquanto em uma sentença como *Maria correu mais do que Carla nunca* a aceitabilidade já não é tão garantida. O objetivo de examinar mais detidamente os verbos nas sentenças comparativas era verificar até onde as propostas da literatura conseguiam captar a indeterminação que algumas sentenças simples apresentam.

A nossa discussão da comparação mostrou que mesmo não assumindo explicitamente, abordagens como a de Stechow e Marques mostram-se ao menos parcialmente capazes de representar a semântica de construções comparativas verbais, nos moldes das propostas que desenvolvem para a comparação adjetival. Como o objetivo principal do trabalho é examinar mais especificamente aquelas, buscamos propostas que nos dessem um olhar tanto para um tipo quanto para outro. A discussão mostrou que o debate geral da comparação centra-se nas comparativas adjetivais, sendo Marques o único autor preocupado em fazer uma divisão explícita dos subtipos. Apesar de conseguiram dar conta de um dado conjunto de sentenças e problemas que tais sentenças colocam, há problemas teóricos nas abordagens de Stechow e Marques que não podem ser negligenciados, como o alçamento da oração comparativa para aquele, e a duplicação da ordenação de graus, para este.

Olhando especificamente para construções com verbos, percebemos que há uma potencial indeterminação não considerada por nenhuma abordagem, que por focar em

casos mais complexos, acaba deixando de lado as sentenças simples com verbos. De notar que essa indeterminação não se confunde com a vagueza dos adjetivos, que são determinados contextualmente. Mostramos, rapidamente, que a indeterminação das comparativas verbais parece estar relacionada ao aspecto verbal, a acionalidade dos verbos. Apresentando um quadro em que os verbos de ação são os que apresentam maior indeterminação, enquanto accomplishment é restrito no sentido de poder ser interpretado como comparando os objetos ou o predicado verbal como um todo, caso este dos achievements, e com os estados já somente leitura de grau, ou intensidade.

A discussão das diferenças em relação a monotonia mostrou que há uma diferença importante de comportamento. Enquanto a semântica do operador comparativo é constante, o de superioridade é sempre monótono decrescente e o de inferioridade é sempre monótono crescente, a sua interação com adjetivos e com os argumentos da comparação, a oração matriz, e a oração comparativa, evidenciam que a descrição deste tipo de fenômeno ainda não é consensual. Mas atestando pelos exemplos, que há uma nítida diferença entre comparativas verbais e adjetivais neste aspecto. Quando considerado o operador comparativo como um quantificador generalizado, ele apresentou-se conservativo, no caso do operador de superioridade, tanto para a comparação adjetival, como para a verbal e nominal. Contrariamente à literatura verificou-se que o comparativo de inferioridade não é conservativo também em estruturas verbais e não apenas na comparação adjetival, como é assumido. Não verificando-se então uma diferença específica entre os dois tipos de comparação, mas entre os operadores comparativos.

Além disso, a semântica da comparação, particularmente o estudo da semântica da comparação na Língua Portuguesa é carente de estudos. Pelo que constatamos, a comparação se revela como um campo vasto de estudo, porque interage com fenômenos

diferentes, mas ao mesmo tempo imbricados, quando do estudo da comparação, seja no domínio adjetival ou verbal. Particularmente, a problemática da legitimação de itens de polaridade negativa, fenômeno também ainda pouco explicado, e pouco estudado no Português do Brasil. Também o fenômeno da monotonia se revela vasto e interessante, já que parece que em contextos comparativos a descrição desse tipo de ocorrência ainda não é consensual, e em algumas abordagens, como Stechow, Hendriks ou Marques não é explícito em relação à qual argumento sentencial, a oração matriz ou a oração comparativa é um ambiente descendente, nem se a mudança de estrutura, comparativa de quantificação nominal, ou comparativa de quantificação adverbial (sobre verbos) possuem o mesmo tipo de comportamento em relação à monotonia.

## CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação olhamos para a semântica das sentenças comparativas. Mais especificamente, buscamos uma distinção entre as comparativas de quantificação escalar (com predicados adjetivais) e comparativas quantificacionais de advérbios de quantidade (com predicados verbais) e de quantificação nominal (de predicados nominais, conjuntos de indivíduos), atentando para as possíveis diferenças de comportamento destas sentenças em relação ao operador comparativo de superioridade. Também falamos do comparativo de inferioridade quando foi necessário para fins de exemplificação e argumentação. A razão dessa divisão foi por motivos de objetividade. Nossa conclusão, ainda provisória, é de que há diferença entre os diferentes tipos de comparação e que um estudo mais detalhado é preciso.

No primeiro capítulo buscamos mostrar alguns aspectos principais da comparação. Noções como a de escala, gradação, oração matriz e oração comparativa foram introduzidas para situar o leitor dentro da terminologia da área. O trabalho de Marques (2003) nos possibilitou compreender com mais clareza certos aspectos envolvidos na semântica da comparação: a presença de uma propriedade suscetível de gradação; o estabelecimento de um cotejo entre dois elementos em relação a esta propriedade; e a estrutura sintática subordinada. Consideramos, ao longo desse trabalho, que essas são características essenciais das sentenças comparativas. Ainda neste primeiro capítulo, restringido dentro do universo das sentenças da Língua Portuguesa, através da classificação proposta em Brito e Matos (2003), quais sentenças são consideradas comparativas canônicas, portanto suscetíveis de mesmo tratamento sintático e semântico e quais construções são estruturas aparentadas. Ainda não sendo claro na literatura lingüística a possibilidade de um tratamento uniforme para as comparativas canônicas e não canônicas. Prova de que esse ponto merece ainda estudo é

o fato de que as chamadas comparativas aditivas, consideradas não canônicas pela maior parte da literatura, podem, na análise de Smessaert (1996), ser tratadas do mesmo modo que as comparativas canônicas.

No segundo capítulo apresentamos duas teorias específicas da comparação. Stechow (1984), que delimita um conjunto de dados e busca soluções para os problemas que tais dados ensejam para as teorias do comparativo, resolve os problemas assumindo que a oração comparativa é alçada em forma lógica acima da oração matriz; cria um operador de maximalidade para dar conta de casos com operadores de possibilidade e a legitimação de itens de polaridade negativa, já que assume ser o operador *max* monótono descendente e entende que a sentença comparativa é uma descrição definida (Russell, 1905). Marques (2004) é, do que sabemos, o primeiro trabalho na literatura a considerar especificamente problemas semânticos da Língua Portuguesa, particularmente o Português Europeu; ele apresenta algumas críticas ao modelo proposto por Stechow: a ambigüidade entre um limite máximo ou mínimo, nas comparativas de possibilidade; a legitimação de itens de polaridade negativa, já que a presença de tais elementos não é tratada de modo uniforme na leitura que o autor faz de Stechow; e as diferenças de comportamento em relação à monotonia. Como mostra Marques, certos adjetivos interferem na legitimação de inferências: enquanto nas construções quantificacionais de quantificação adverbial ou nominal a relação monotônica é entre o operador comparativo e o argumento da direita, isto é, a oração comparativa; e entre o operador comparativo e o argumento da esquerda a oração matriz. A conclusão do capítulo mostrou que as duas abordagens conseguem dar conta dos dados que eram problemáticos. Mas também foi visto que apesar disso, elas não são igualmente boas: por exemplo, o alçamento da oração comparativa é visto como um passo indesejável na literatura; como Marques propõe que os quantificadores da oração

comparativa sejam interpretados *in situ*, em diferença com a proposta de Stechow em que eles eram alçados com toda a oração *do que ...*, a solução daquele é melhor do que a deste. No entanto, a proposta de Marques acarreta que há, nas sentenças comparativas, uma negação implícita e uma segunda ordenação de graus (>), sem contraparte sintática, faltando-lhe evidências empíricas para tal assunção. Apesar de mostrar sentenças de atestam que em estados anteriores da Língua Portuguesa parecia haver uma negação visível em estruturas comparativas.

O último capítulo foi dedicado a investigar com mais atenção estruturas comparativas com verbos. Delimitamos um conjunto de sentenças e apresentamos as possíveis leituras que elas apresentam. Como ficou visto, sentenças comparativas simples com verbos são indeterminadas: possuem leituras em que se comparam intensidades, vezes, ou algum complemento implícito quando não há complemento verbal. Mostramos, ainda, que a possibilidade dessas leituras está atrelada ao tipo de verbo, a *Aktionsart*: estativos, como os adjetivos, só têm leitura de intensidade; atividades são muito indeterminados, enquanto que accomplishments em geral e todos os achievements têm apenas a leitura em que se comparam quantidades de eventos. Isso já aponta para uma distinção de comportamento entre comparativas adjetivais e verbais. Mostramos ainda que há duas outras propriedades que as separam: a monotonicidade e a conservatividade. Essas diferenças sugerem que pode ser o caso que a estrutura semântica dessas comparativas não seja a mesma. Há muito mais a ser investigado aqui.

Ainda neste último capítulo, tentamos estender as teorias de Stechow e Marques para as comparativas verbais, dado que ambos assumem que essa possibilidade é viável. Mostramos que nenhuma delas capta as diferentes leituras das comparativas verbais, em especial as de atividade. A teoria de Stechow pode dar conta da leitura de quantidades de objetos, que seriam comparativas nominais, e, se se admitir que verbos têm uma

variável de evento, seria possível estendê-la para comparação de quantidade de eventos, mais uma vez, um tipo de comparativa nominal. Mas sua teoria não capta a leitura de intensidade dos eventos a menos que se postule uma variável para intensidade do evento, algo que o autor parece sugerir quando, na forma lógica, traduz *fumou* por *fumou-muito*. É de se notar, no entanto, que essa extensão é teoricamente bastante pesado, ela requer que um verbo tão simples quanto correr tenha argumentos invisíveis para a intensidade do evento e para a quantidade de eventos.

Como mostramos, a teoria de Marques só capta a leitura de intensidade, porque supõe que uma sentença como *Maria corre mais do que Paulo* se traduz por *Maria corre mais depressa do que Paulo*. Esta é certamente uma possibilidade, mas não é a única e talvez não seja a mais saliente.

Deste modo, futuros desdobramentos da pesquisa sobre a comparação no Português Brasileiro requer a consideração de uma análise semântica que dê conta de representar a indeterminação das comparativas verbais analisadas, especificando qual é de fato o domínio do operador comparativo, o que não fica evidente nas propostas analisadas. A legitimação de itens de polaridade negativa também é um fenômeno que interfere diretamente em outros, como a monotonia e a interpretação de quantificadores na oração comparativa. Como visto, estes são fenômenos imbricados. Assim uma abordagem que dê conta da legitimação de operadores negativos, precisa explicar o conjunto de inferências mostrado no capítulo 3. Também, como vimos, uma abordagem da comparação em termos de quantificação generalizada parece ser mais atrativa e econômica teoricamente. Apesar de não conseguir isomorfia de tratamento das comparativas de inferioridade. Seria possível uma análise nestes termos que conseguisse também adequar as comparativas de inferioridade? Poderia uma análise que tratasse o operador comparativo como um quantificador generalizado captar as leituras verificadas

para os verbos de ação como visto no terceiro capítulo? E que desse conta da legitimação de inferências e itens de polaridade negativa? Ou ainda, poderia alguma das teorias, a de Stechow ou de Marques, ou outra abordagem, ser melhorada para dar conta das construções problemáticas? A resposta para estas perguntas, bem como o estatuto semântico geral da comparação não são óbvios. Somente um estudo cuidadoso, que considere estes e os aspectos relacionados pode nos mostrar como funciona a interpretação da comparação, não apenas na Língua Portuguesa, como também nas línguas naturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 1911.
- BARWISE, Jon & COOPER, Robin. Generalized Quantifiers and Natural Language. *Linguistics and Philosophy*. N. 4, 1981. p. 159-219.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 28. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- BRITO, Ana Maria & MATOS, Gabriela.. Construções de graduação e comparação. In: MATEUS, Maria H. Mira et. al. (org.). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003. p. 729-766.
- BRESNAN, Joan. The syntax of comparative clause construction in english. *Linguistic Inquiry*, N. 4, vol. 3. p. 275-345.
- CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Trad. de Luis A. Pagani e Lígia Negri. Campinas: Editora da Unicamp, Londrina: Eduel, 2003.
- CHIERCHIA, Gennaro & McCONNELL-GINET, Sally. *Meaning and Grammar: an introduction to semantics*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- CRESSWELL, Max. The Semantics of Degree. In: PARTEE, Barbara (org.). *Montague Grammar*. Nova Iorque: Academic Press, 1976. p. 261-292.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- DAVIDSON, Donald. *Essays on Actions and Events*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1980.
- HEIM, Irene. Comparatives. ms. 1985.
- \_\_\_\_\_. Degree Operators and Scope. ms. 2000.
- HELLAN, Lars. *Towards an Integrated Analysis of Comparatives*. Tese de Doutorado. Tübingen, Narr, 1981.
- HENDRIKS, Petra. *Comparatives and Categorical Grammar*. Tese de Doutorado, Universidade de Groningen, 1995.
- HENDRIKS, Petra & HOOP, Hellen. Optimality Theoretic Semantics. *Linguistics and Philosophy*. N. 24, 2001. p. 1-32.
- HOEKSEMA, Jack. Negative Polarity and the Comparative. *Natural Language and Linguistic Theory*. N. 1, 1983. p. 403-434.

KAMP, Hans & REYLE, Uwe. *From Discourse to Logic: Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht: Kluwer, 1993. Vol. I.

KENNEDY, Christopher. *Projecting the Adjective: The Syntax and Semantics of Gradability and Comparison*. Tese de Doutorado, Univ. Santa Cruz, 1997.

\_\_\_\_\_. Comparatives. In: ALLEN, Keith (org.) *Encyclopedia of Language and Linguistics*. 2. ed. Elsevier: Oxford, 2004. (no prelo)

KLEIN, Ewan. A semantics for positive and comparative adjectives. *Linguistics and Philosophy*. N. 1, vol. 4, 1980. p. 1-45.

\_\_\_\_\_. The interpretation of adjectival comparatives. *Journal of Linguistics*. N. 18, 1982. p. 113-136.

\_\_\_\_\_. Comparatives. In: STECHOW, Armin von & WUNDERLICH, Dieter (eds.). *Semantik: Ein Internationales Handbuch der Zeitgenössischen Forschung*. Berlin: Walter de Gruyter, 1991. p. 673-691.

LADUSAW, William A. *Polarity Sensitivity as Inherent Scope Relations*. Tese de Doutorado, Austin, Texas, 1979.

LARSON, Richard. Scope and Comparatives. *Linguistics and Philosophy*, 1988. N. 1, vol. 11. p. 1-26.

LEWIS, David. Counterfactuals and Comparative Possibility. *Journal of Philosophical Logic*. N. 2, 1973. p. 436-437.

MARQUES, Rui. *Para uma semântica das sentenças comparativas do Português*. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa, 2003.

MATOS, Gabriela & BRITO, Ana Maria. On the Syntax of Canonical Comparatives in European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*. N. 1, vol. 1, 2002. Colibri, p.41-81.

MEIER, Cécile. Maximality and Minimality in Comparatives. In: KATZ, Graham, REINHARD, Sabine & REUTER, Philip (orgs.). *Proceedings of the 6<sup>th</sup> Annual Meeting of the Gesellschaft für Semantik*. Publications of the Institute of Cognitive Science, Univ. Osnabrück, 2002.

NEVES, Maria H. de Moura & HATTNER, Marise Dall'Aglio. Construções comparativas. In: ABAURRE, Maria Bernadete & RODRIGUES, Angela (orgs.). *Gramática do Português Falado: novos estudos descritivos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003. Vol.VIII. p. 123-183.

PARSONS, Terence. *Events in the Semantics of English: a study in subatomic semantics*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1990.

- PERES, João Andrade. *Roteiro / acetatos de aulas para a cadeira de Semântica II*. 1998. ms.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; BASSO, Renato Miguel & MENDES DE SOUZA, Luisandro. *Como “O João fuma mais do que o Pedro” ?! Um exercício de análise semântica*. (em preparação)
- POSTAL, Paul. On Certain Ambiguities. *Linguistic Inquiry*. N. 5, 1974. p. 367-425.
- RULLMANN, Hotze. *Maximality in the Semantics of WH-Constructions*. Tese de Doutorado, Univ. Massachusetts, Amherst, 1995.
- RUSSELL, Bertrand. On Denoting. *Mind*. N. 14, 1905. p.479-493.
- SEUREN, Pieter A. M. The Comparative. In: KIEFER, F. & RUWET, N. (orgs.). *Generative Grammar in Europe*. Reidel, Dordrecht, 1973. p. 528-564.
- STECHOW, Armin von. Comparing semantic theories of comparison. *Journal of Semantics*. N. 3, 1984. p. 1-77.
- SCHWARZSCHILD, Roger & WILKINSON, Karina. Quantifiers in Comparatives: A Semantics of Degree Based on Intervals. *Natural Language Semantics*. 2002. N. 10, vol. 1, 2002. p. 1-41.
- SMESSAERT, Hans. Monotonicity Properties of Comparative Determiners. *Linguistics and Philosophy*. N. 19, vol. 3, 1996. p. 295-336.
- VOGT, Carlos. *Intervalo Semântico*. São Paulo: Ática, 1977.
- \_\_\_\_\_. De magis a mas: uma hipótese semântica. *Linguagem Pragmática e Ideologia*. Campinas: Hucitec, Funcamp, 1980. p. 103-128.
- WILLIAMS, E. Discourse and Logical Form. *Linguistic Inquiry*. N. 8, vol. 1, 1977. p. 101-139.